

# CIRA

BOLETIM CULTURAL 15

## Preservação Patrimonial História



# CIRA

BOLETIM CULTURAL 15

## **Preservação Patrimonial História**



## FICHA TÉCNICA

### Propriedade

**Câmara Municipal de Vila Franca de Xira**

Fernando Paulo Ferreira

PELOURO DA CULTURA

Vereadora Manuela Ralha

### Coordenação Geral

DIREÇÃO MUNICIPAL DE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Departamento de Turismo Cultura e Identidade Patrimonial e Imaterial

David Santos

DIVISÃO DE CULTURA MUSEUS E PATRIMÓNIO HISTÓRICO

Museu Municipal de Vila Franca de Xira

**Museu Municipal de Vila Franca de Xira**

### Coordenação da Edição

DIVISÃO DE CULTURA, MUSEUS E PATRIMÓNIO HISTÓRICO

Graça Soares Nunes

### Textos

Fernando Paulo Ferreira, Alfredo Marujo, Graça Soares Nunes, Henrique de Sousa Natário,  
Maria João Martinho, António Amaro Rosa, Ana Sofia Neves, Catarina Pimentel Neto.

### Design e paginação

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Divisão de Comunicação, Protocolo e Relações Internacionais

Patrícia Victorino

### Composição para Web

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, PROTOCOLO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Renato Lourinho

### Edição

200 exemplares

### Data da edição

maio de 2025

Os artigos são da inteira responsabilidade dos autores

ISSN: 2183-4679

Depósito legal: 97380/96

## ÍNDICE

|                                                                                                                                                          |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Apresentação</b>                                                                                                                                      | 5   |
| Fernando Paulo Ferreira, Presidente da Câmara Municipal                                                                                                  |     |
| <b>Relíquias da Antiga Confraria da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo da Vila de Alverca</b>                                                      | 7   |
| Alfredo Marujo                                                                                                                                           |     |
| <b>Convento de Freiras Clarissas de Nossa Senhora de Suberra em Castanheira do Ribatejo</b>                                                              | 39  |
| Graça Soares Nunes                                                                                                                                       |     |
| <b>“Não mais Além”</b>                                                                                                                                   |     |
| <b>Monumento às Linhas de Torres Vedras em Alhandra</b>                                                                                                  | 79  |
| Henrique de Sousa Natário e Maria João Martinho                                                                                                          |     |
| <b>Monumento ao Campino, Vila Franca de Xira</b>                                                                                                         | 99  |
| Ana Sofia Neves                                                                                                                                          |     |
| <b>“Que seja pobre e simples, mas que seja nosso e fale de nós”: O Cruzeiro da Independência de Povos (1940)</b>                                         | 115 |
| António Amaro Rosa                                                                                                                                       |     |
| <b>Quem fez Alverca? Investigação Sobre os Movimentos Migratórios e Consequente Desenvolvimento da Cidade de Alverca do Ribatejo Durante o Século XX</b> | 145 |
| Catarina Pimentel Neto                                                                                                                                   |     |





## Apresentação

O periódico *Boletim Cultural Cira* – 15 completa a bonita idade de 38 anos. Inicialmente tinha apenas o nome de Boletim, cumprindo assim o papel de anais do município, no decurso do tempo completou-se utilizando o topónimo antigo da nossa cidade de Vila Franca – *CIRA* que passou a Xira. O objetivo primordial da Revista *Cira* é dar a conhecer, ao público em geral e à comunidade científica, a investigação desenvolvida em torno das temáticas da história e patrimónios da região de Vila Franca de Xira, promovidas e desenvolvidas por colaboradores do município e por investigadores externos inseridos ou não em Universidades/ Centros de Investigação, mas também, por amantes da história e do património.

As matérias abordadas são de carácter interdisciplinar dentro dos conteúdos histórico-patrimoniais. Neste âmbito e utilizando a pesquisa desenvolvida para as conferências, sobre história e património do concelho de Vila Franca de Xira, e também, com a colaboração de investigadores externos interessados nestes assuntos. Dedicámos o número 15 desta revista à temática – Preservação do Património e História das Gentes deste local.

O conteúdo desta edição revela um conjunto de trabalhos sobre as seguintes temáticas:

*Relíquias da Antiga Confraria da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo da Vila de Alverca; Convento de Freiras Clarissas de Nossa Senhora de Suberra em Castanheira do Ribatejo; “Não mais Além” Monumento às Linhas de Torres Vedras em Alhandra; Monumento ao Campino, Vila Franca de Xira; “Que seja pobre e simples, mas que seja nosso e fale de nós”: O Cruzeiro da Independência de Povos (1940); Quem fez Alverca? Investigação sobre os Movimentos Migratórios e Consequente Desenvolvimento da Cidade de Alverca do Ribatejo Durante o Século XX.*

Desde já agradecemos a todos os colaboradores o seu empenho e o contributo para o prosseguimento destes estudos. A revista *Boletim Cultural Cira* 15 será a quinta edição digital, a disponibilizar nos sítios, Web do município e do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, e também em suporte papel.

Chamamos a vossa atenção para a sua leitura e também o envio de possíveis contributos, para o enriquecimento e conhecimento da nossa história e património, permitindo a ampla disseminação de mais conteúdos a todo o tipo de públicos.

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

**Fernando Paulo Ferreira**



# Relíquias da Antiga Confraria da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo da Vila de Alverca

Alfredo Marujo<sup>1</sup>

## RESUMO

O texto, alicerçado em vetustos inventários e demais registos, fala-nos da extinta Confraria da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, da então vila de Alverca que até ao séc. XIX teve a sua sede no Convento Carmelita de S. Romão.

Após a extinção do mesmo, se transferiu a dita Confraria para a Capela de S. Sebastião, trazendo consigo um conjunto de peças de arte sacra, verdadeiras relíquias que pela sua beleza e historicidade, constituem um acervo que muito honra a nossa história local, em tudo digno de visita e contemplação!

Palavras-chave: MEMÓRIAS (Memórias longínquas do que foi, outrora, esta associação de fiéis que chegou a congregar mais de um terço da população de Alverca); CONVENTO (Convento de S. Romão, onde a Confraria teve a sua primeira sede); CARMELO (Ordem do Carmelo à qual a Confraria estava associada); CONFRARIA (Confraria intitulada da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo); RELÍQUIAS (Relíquias, como conjunto de bens culturais que integraram o património da Confraria).

---

<sup>1</sup> Consultor de Património da Paróquia de S. Pedro de Alverca. Vários Artigos sobre a história e património religioso de Alverca do Ribatejo e monografia sobre Alverca do Ribatejo. (Este texto não foi escrito ao abrigo do acordo ortográfico).

## Agradecimentos

Às Entidades e pessoas que de algum modo prestaram o seu sempre precioso contributo sem o qual este trabalho não teria sido possível, aqui deixamos expresso o testemunho da nossa sentida e inolvidável gratidão.

- > Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- > Arquivo Histórico da Paróquia de S. Pedro de Alverca.
- > Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa.
- > Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- > Museu Municipal de Vila Franca de Xira
- > Vigararia-Geral do Patriarcado de Lisboa.
- > Adélia Marujo.
- > Dr.<sup>a</sup> Anabela Ferreira
- > Arnaldo Augusto Barros da Silva.
- > Beatriz Ferreira Pinto (Postumamente)
- > Dr.<sup>a</sup> Célia Adriano.
- > Dr.<sup>a</sup> Graça Soares Nunes.
- > Mário Rosário Barros da Silva.
- > Cónego Nuno Isidro Cordeiro.
- > Padre Paolo Di Gennaro.
- > Dr.<sup>a</sup> Teresa Ponces.



**Fig.1** Brasão da Ordem dos Carmelitas. S/data. Autor desconhecido. Foto: Adélia Marujo

## Introdução

Sabemos e muitas vezes ouvimos dizer que Alverca, por ser antiga, tem uma longa história; todavia, bastante diluída e, em algumas das suas vertentes, completamente esquecida.

De facto, sendo Alverca uma terra antiga que remonta aos primórdios da nacionalidade, não podia deixar de ter um passado rico. Rico nas suas gentes, nos acontecimentos que por aqui tiveram lugar, rico no seu património e na sua cultura, enfim, um passado histórico digno desta urbe várias vezes secular.

Porém, na sucessão do tempo, muitas vicissitudes contribuíram para o esmorecimento ou a perda dessas memórias. Foram os ventos e as tempestades da história a ocultar ou a destruir essa mesma história. Não esqueçamos, no entanto, que quando as intempéries passam e à luz rutilante do sol os nevoeiros se dissipam, tudo se pode renovar... isto é, apesar das perdas sofridas pela nossa história local, há sempre a possibilidade dela poder renascer... Ainda que oculta entre os escombros ou esquecida sob os sedimentos dos séculos, ela, a história, permaneceu e por aí está, como que adormecida, à espera de alguém, de um qualquer descobridor de tesouros. Sim, de tesouros, porque é disso mesmo que falamos. A nossa história é verdadeiramente um tesouro, precioso e muito desejado. Eis porque nos vamos lançando nestas aventuras e, desta feita, em busca de uma pérola de grande valor que foi a antiga Confraria da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, da Vila de Alverca. Tendo sido tão querida dos nossos antepassados, acabou por sucumbir aos sucessivos reveses a que foi submetida.

Diz-se, contudo, que as pérolas, tal como os diamantes, são eternas! Assim, ela não pereceu na sua totalidade porque reviverá na sua história; reviverá neste conjunto de memórias que através desta apresentação, procuramos a todo o custo reerguer!

### Memória Histórica

Embora não esteja no âmbito desta apresentação falar da história da Ordem Carmelita, pois ela, só por si, seria matéria para uma longa e assaz interessante *Tarde de Conversa*, gostaria de dizer, apenas em jeito de preâmbulo, que as suas origens remontam aos tempos bíblicos e se alicerçam sobre a figura de Elias, um dos maiores profetas de que nos fala o *Antigo Testamento*, no *Livro dos Reis*<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Bíblia Sagrada, 1.º Reis, 17, Difusora Bíblica.

Impelido por Deus, ele habitou eremiticamente o Monte Carmelo, na Palestina, que se havia de tornar o coração da Ordem Carmelita.

Foi, pois, nesse mesmo Monte cheio de beleza e de mistério que no séc. XII se instalaram os primeiros eremitas, após os Cruzados terem instaurado na Terra Santa o Reino Latino de Jerusalém.<sup>3</sup>

A pedido desses monges eremitas, o Patriarca de Jerusalém, Alberto de Vercelli, mais tarde Santo Alberto, escreveu para eles a Regra que viria a ser aprovada pelo Papa Honório III, em 1226.<sup>4</sup>

Quando os muçulmanos voltaram a entrar na Terra Santa, os monges eremitas do Monte Carmelo foram perseguidos e expulsos, tendo então muitos deles fugido para a Europa, em cujos países tiveram como principal impulsor da Ordem, S. Simão Stok, figura proeminente no contexto da expansão que então se verificou neste Continente<sup>5</sup>. A Portugal, mais exatamente à vila de Moura, no Alentejo, chegaram no ano de 1251.<sup>6</sup>

Cerca de 350 anos depois, também Alverca foi uma das terras escolhidas pelos Carmelitas para a fundação de um Convento, o que viria a acontecer a 18 de Setembro de 1600, sendo Provincial da Ordem, Frei Tomé de Faria.<sup>7</sup>

A Comunidade que então o habitou eram frades seguidores da “Antiga Observância”, ou seja, não tinham aderido à Reforma que Santa Teresa d’Ávila e S. João da Cruz haviam introduzido nos finais do séc. XVI, na Ordem do Carmelo.<sup>8</sup>

Foi, pois, na Igreja deste Convento, denominado Convento de S. Romão, situado algures na encosta entre Alverca e Arcena que em ano ainda desconhecido foi ereta a Confraria da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, também então designada por Confraria de Maria do Carmelo, como mais adiante se demonstrará<sup>9</sup>.

---

<sup>3</sup> LAMEIRA, Francisco, LOUREIRO, José João, VECHINA, Frei José Carlos, Retábulo da Ordem dos Carmelitas Descalços, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, pág. 9.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> S. Simão Stok [http://www.carmelitas.pt/site/santos/santos\\_ver.php?cod\\_santo=21](http://www.carmelitas.pt/site/santos/santos_ver.php?cod_santo=21)

<sup>6</sup> LAMEIRA, Francisco, LOUREIRO, José João, VECHINA, Frei José Carlos, Retábulo da Ordem dos Carmelitas Descalços, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, pág. 9 e 10.

<sup>7</sup> WERMERS, M., Ordem do Carmo em Portugal, Lisboa, 1970, pág.186

<sup>8</sup> LAMEIRA, Francisco, LOUREIRO, José João, VECHINA, Frei José Carlos, Retábulo da Ordem dos Carmelitas Descalços, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, pág. 11 e 12.

<sup>9</sup> ANTT, AHMF, Inventário Geral do Convento de S. Romão, feito em 19/12/1833, por ordenação da Portaria Régia de 10/12/1833, Ref.ª 2195. Designação inscrita numa cartela que pertenceu à Capela da Ordem Terceira de N. Sr.ª do Carmo, da Vila de Alverca.

Na documentação disponível, aparece-nos como data mais antiga o ano de 1708,<sup>10</sup> mas nada nos confirma que a Confraria não pudesse ter sido ereta anteriormente.

Sabemos, com exatidão, que estava sediada numa Capela lateral da nave da igreja conventual, do lado do Evangelho,<sup>11</sup> isto é, do lado esquerdo de quem entrava no templo. No retábulo dessa Capela havia uma tribuna na qual era venerada uma antiga e muito bela Imagem de Nossa Senhora do Carmo e outra de S. José<sup>12</sup> que ainda hoje se conservam.

Encontrava-se nessa Capela a seguinte inscrição:<sup>13</sup>

SEGUNDO O DIREITO  
FOI CONCEDIDA À CONFRARIA  
DE MARIA DO CARMELO  
O PRIVILÉGIO DA ADMINISTRAÇÃO  
DESTA CAPELA

Teve esta Confraria para além do privilégio de administrar a dita Capela, um privilégio ainda maior que foi conseguir a adesão de grande parte da população de Alverca e de seu Termo, bem como de numerosas pessoas de várias localidades vizinhas e até de terras distantes. Diga-se, a propósito, que no séc. XVIII mais de um terço da população de Alverca pertencia a esta Confraria da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo ou, mais exatamente, para uma população que era de 1.410 pessoas,<sup>14</sup> 520 eram membros desta Confraria!<sup>15</sup>

Os Irmãos normalmente Professavam um ano após a sua Entrada<sup>16</sup> e tinham por carisma e Regra, uma vida contemplativa, feita de oração e piedade, no recolhimento e total dedicação e entrega a Deus, à Igreja e ao próximo.<sup>17</sup>

<sup>10</sup> AHPSPA, Livro de Entradas, Profissões e Falecimentos dos Irmãos Terceiros do Carmo, 1770, pág.1.

<sup>11</sup> ANTT, AHMF, Inventário Geral do Convento de S. Romão, feito em 19/12/1833, por ordenação da Portaria Régia de 10/12/1833, Ref.ª 2195.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Inscrição feita numa cartela que pertenceu à Capela da Ordem Terceira de N. Sr.ª do Carmo, da Vila de Alverca.

<sup>14</sup> ANTT, Dicionário Geográfico, Vol. 3, Memória 43, pág. 331.

<sup>15</sup> AHPSPA, Livro de Entradas, Profissões e Falecimentos dos Irmãos Terceiros do Carmo, 1770.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> Cf. A Regra da Ordem Terceira do Carmo, de Frei Pedro Bravo, O. Carmo, ([www.ordem-do-carmo.pt/index.php/.../182-a-regra-da-ordem-terceira-do-carmo.html](http://www.ordem-do-carmo.pt/index.php/.../182-a-regra-da-ordem-terceira-do-carmo.html))



No ano de 1834, 234 anos depois da fundação do Convento de S. Romão, um decreto do Ministro de Estado, Costa Cabral, determinava a extinção das Ordens Religiosas em Portugal. Por força desse decreto, também o Convento de S. Romão que ao tempo tinha apenas um Religioso, o Frei Agostinho de Jesus Maria Delgado, acabou por ser extinto e profanado pelo Conselheiro Presidente da Junta de Exame do Estado, através do Auto de Extinção de 14 de Março de 1834.<sup>18</sup>

Apesar de nesse documento ter ficado expresso que a Igreja do Convento ficava entregue ao Pároco de Alverca, Padre António Nunes Sales, para cuidar da sua conservação e lá poder celebrar a santa missa e ter ficado também explícito que os Irmãos da Confraria da Ordem Terceira tinham autorização para utilizar a sua Capela como até ali acontecera,<sup>19</sup> o que é facto é que após a venda do Convento em 1845<sup>20</sup>, o mesmo teria sido demolido,<sup>21</sup> e, não se sabendo exatamente quando ou como, a Sede da Confraria foi transferida, com os seus haveres, para a Capela de S. Sebastião,<sup>22</sup> em Vale de Ranas.<sup>23</sup>



**Fig. 2** Capela de S. Sebastião. Foto: Adélia Marujo.

<sup>18</sup> ANTT, AHMF, Auto de Extinção do Convento de S. Romão, Ref.º2195.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> ANTT, AHMF, Despacho do Tribunal do Tesouro de 13/01/1845, Proc.º 231 (Livro 1.º das Requisições, fl.138-v), Ref.º 2195.

<sup>21</sup> AMARAL, João José Miguel Ferreira da Silva, Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros, II volume, pág. 51, Edições do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 1991.

<sup>22</sup> Arrolamento feito aos bens da Confraria em 30/12/1912.

<sup>23</sup> Nome antigo pelo qual era conhecida a pequena localidade onde se situa a Capela.

Foi depois, aí, nessa Capela, que os Irmãos da Confraria continuaram os seus exercícios de piedade, passando também a cuidar dos bens próprios da Capela, como por exemplo, as imagens de S. Sebastião e do Senhor dos Passos<sup>24</sup> e promovendo as festas e procissões com que as mesmas imagens eram devotamente veneradas pela população<sup>25</sup>.

No ano de 1910, aquando da Proclamação da República e por força da Lei da Separação das Igrejas do Estado, a Capela de S. Sebastião, tal como os outros templos foi encerrada<sup>26</sup> e nela, em Dezembro de 1912, foi feito um Arrolamento de todos os seus bens que eram também os bens da Confraria, tendo os mesmos ficado sob a responsabilidade da Junta da Paróquia<sup>27</sup>. Tal como determinava o Art.º 62.º da referida Lei da Separação, procederam a esse Arrolamento o Administrador do Concelho, um Membro da Junta da Paróquia e o Delegado do Secretário das Finanças.

Nessa mesma ocasião, as ditas Autoridades deslocaram-se à residência do Tesoureiro da Confraria, onde fizeram o Arrolamento dos valores que tinha à sua guarda<sup>28</sup>. O documento que disto nos dá conta, por quanto conhecemos, é o último que nos fala da Confraria da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo e através dele sabemos que o Tesoureiro era ao tempo um jovem de 26 anos, de nome José Ferreira Cera, filho de uma família de Alverca. Sendo a última pessoa que a documentação estudada faz memória, congratulamo-nos por saber que ele foi um homem bom, inteiramente dedicado às causas sociais da Freguesia, como seja a Corporação de Bombeiros, a Filarmónica, a Misericórdia e a Igreja Paroquial. Em todas elas deixou uma grata recordação que lhe mereceu ter o seu nome numa rua de Alverca<sup>29</sup>. Nome que muito honra e ilustra a última página desta antiga Confraria da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo.

Cerca de 30 anos depois, quando o Governo procedeu à entrega dos bens da Confraria à Paróquia de Alverca<sup>30</sup>, os mesmos foram levados da Capela de S. Sebastião para a Igreja de S. Pedro, onde se encontram, à exceção de uma

---

<sup>24</sup> Tradição oral.

<sup>25</sup> ANTT, Dicionário Geográfico, Vol.3, Memória 43, pág. 335.

<sup>26</sup> Cf. Lei da Separação das Igrejas do Estado, Art.º 62.

<sup>27</sup> AHPSPA, Arrolamento feito aos bens da Confraria em 30/12/1912, bens que se encontravam na Capela de S. Sebastião.

<sup>28</sup> AHPSPA, Arrolamento feito aos valores monetários da Confraria, em poder do Tesoureiro da mesma, na sua residência, em 30/12/1912.

<sup>29</sup> Idem.

<sup>30</sup> PACHECO, José do Carmo, Monografia de Alverca, Edição da Junta de Freguesia de Alverca, pág. 101

<sup>30</sup> AHPSPA, Auto de Entrega de 18/02/1943

imagem de Nossa Senhora do Carmo e outra de Santo Elias, as quais foram recentemente entronizadas na nova Igreja dos Pastorinhos.



**Fig. 3** Igreja de S. Pedro. Foto: Autor desconhecido

Sabendo-se, no entanto, que à luz do Direito Canónico as Confrarias são por sua natureza Associações perpétuas e não se conhecendo, neste caso, decreto algum que lhe pusesse termo, somente ao fim de 100 anos sem atividade, se poderia considerar extinta<sup>31</sup>. Assim, segundo o Direito, só há 6 ou 8 anos é que esta Confraria da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, ficou efetivamente extinta.

### Relíquias

Embora no espólio que pertenceu à Confraria não conste grande quantidade de peças nem tão pouco as mesmas possam ser consideradas notáveis, elas formam um conjunto apreciável que se constitui como memória de tão importante Instituição. Guardadas há décadas, religiosa e carinhosamente tratadas, elas perduraram no tempo; atravessaram gerações e, apesar de ocultas, incógnitas e ignoradas pelas gerações mais novas, elas subsistiram e aqui estão,

---

<sup>31</sup> Cf. Código de Direito Canónico, Cân. 120.

emergindo da bruma do tempo, para que as conheçamos e as contemplemos! Divididas entre a estatuária, a pintura, a talha, os têxteis e a bibliografia, elas são verdadeiras relíquias que por aqui irão perpassar, como que em festiva aparição, memorial inolvidável desta antiga Confraria da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo. Conheçamos, pois, estas velhas e veneráveis Relíquias.

## CAPELA /SEDE DA ORDEM TERCEIRA

### Cartela

Estava esta Capela localizada na nave da Igreja conventual, do lado do Evangelho<sup>32</sup>.



**Fig. 4** Frente e verso de uma cartela que pertenceu à Capela da Ordem Terceira, na Igreja do Convento de S. Romão. Foto: Adélia Marujo.

No Inventário feito em 19 de Dezembro de 1833, ordenado pela Portaria Régia do dia 10 do mesmo mês e ano, e no qual foram intervenientes, Frei José da Rocha Martins Furtado, Frei Agostinho de Jesus Maria Delgado, Prior do Convento, Padre António Nunes Salles, Prior de Alverca e o Escrivão, António Teixeira de Vasconcellos, podemos ler:

“O altar e Capela do lado do Evangelho é dedicado à Senhora do Carmo e pertence a uma Confraria que se intitula Ordem Terceira do Carmo”.

Embora esta Capela tenha desaparecido juntamente com a demolição do Convento, ficou-nos, como memorial desta pertença, este simples fragmento

<sup>32</sup> ANTT, AHMF, Inventário Geral do Convento de S. Romão, feito em 19/12/1833, por ordenação da Portaria Régia de 10/12/1833, Ref.º 2195.

de talha, que seria a parte superior de uma graciosa cartela. De um dos lados apresenta o brasão da Ordem dos Carmelitas Observantes e do outro, uma inscrição latina<sup>33</sup> que quer dizer:

SEGUNDO O DIREITO  
FOI CONCEDIDA À CONFRARIA  
DE MARIA DO CARMELO  
O PRIVILÉGIO DA ADMINISTRAÇÃO  
DESTA CAPELA

Tratando-se, assim, de uma peça com leitura de ambos os lados, só poderia ter estado colocada em local com dupla visibilidade e nunca encostada a qualquer retábulo ou parede. Pensamos, por isso, que estaria colocada à entrada da dita Capela, ao nível dos capiteis do arco triunfal, podendo ser vista tanto do exterior como do interior da Capela<sup>34</sup>.

O letreiro desta cartela indicia ter havido, em tempos passados, algum título de posse que conferisse à Confraria a legítima Administração da Capela. Tanto assim que no ano de 1833, aquando da preparação da Extinção do Convento, a Mesa da Ordem Terceira fez uma Declaração dirigida ao Governo, informando que a Capela era mesmo propriedade da Ordem Terceira e nada tinha a ver com o Convento. Disso nos dá conta o Auto de Extinção, datado de 14 de Março de 1834, adiantando que por determinação do Juiz de Diligência, a Confraria ficava autorizada a utilizar a Capela para a sua atividade, sem no entanto lhe ser reconhecida a posse da mesma. Isto, por não terem apresentado documento algum que fizesse prova em como a dita Capela lhes pertencia<sup>35</sup>. Ao que tudo indica, o letreiro desta cartela não foi considerado suficiente.

Sobre o interior da Capela, voltamos ao Inventário de 1833 e nele lemos o seguinte: “Na Capela da Ordem Terceira que é de madeira dourada, há 4 castiçais com

<sup>33</sup> Cf. Fig. 4.

<sup>34</sup> Cf. Fig. 21, apontamento de como possivelmente teria sido o interior da Igreja conventual de S. Romão, segundo a descrição do Edifício, datada de 19/12/1833.

<sup>35</sup> ANTT, AHMF, Auto de Extinção do Convento de S. Romão, de 14/03/1834, Ref.<sup>a</sup> 2195.

crucifixo de pau dourado e mais 2 de pau preto na tribuna da Senhora e uma pequena imagem de S. José, vestida”<sup>36</sup>.

Este excerto do Inventário é de suma importância, porque nos indica como seria a Capela. Não refere que tinha um retábulo de talha dourada, mas que era de madeira dourada<sup>37</sup>, ou seja, toda em talha, o que logo nos remete para uma configuração estilística identificada com um “barroco” bastante enriquecido.

Sobre o seu retábulo, embora sem pormenorizar, refere ainda o mesmo Inventário que tinha uma tribuna onde estava a imagem de Nossa Senhora e outra de S. José, imagens que iremos ver seguidamente:

## IMAGENS DE VULTO

### Imagem de Nossa Senhora do Carmo

Era esta belíssima imagem de Nossa Senhora do Carmo que se venerava na Capela da Ordem Terceira, entronizada na tribuna que acabámos de referenciar.

De concepção ainda seiscentista<sup>38</sup>, talhada e enriquecida na sua policromia de onde emerge o esplendor do ouro dos panejamentos, facilmente atraía a devoção das pessoas da Freguesia e também de muita gente vinda de lugares distantes<sup>39</sup>.

O tempo, todavia, causou-lhe grandes estragos: Perdeu-se a sua mão direita e as duas mãos do Menino Jesus. Também a camada pictórica, tanto dos panejamentos como das carnações, sofreu acentuado destacamento, bem como as assemblagens<sup>40</sup> que apresentavam graves fissuras, pondo em causa a estabilidade da imagem.

Foi então que a partir de 2005, curiosamente por sugestão de D. Manuel Clemente, então Bispo Auxiliar de Lisboa e devoto de Nossa Senhora do Carmo, pois nasceu precisamente a 16 de Julho, o mesmo dia da celebração litúrgica de Nossa Senhora, que se deu início a um processo faseado de restauro,

---

<sup>36</sup> ANTT, AHMF, Inventário Geral do Convento de S. Romão, feito em 19/12/1833, Ref.ª 2195.

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> AHPSA, Proc.º de Restauro da imagem de N. Sr.ª do Carmo, em talha.

<sup>39</sup> Eram grandes os festejos em honra de N. Sr.ª do Carmo que se realizavam anualmente, no Convento, entre 15 e 17 de Julho, simultaneamente com uma feira na Alameda do Convento. Cf. ANTT, Dicionário Geográfico, Vol. 3, Memória 43, pág. 333.

<sup>40</sup> Intervenção efetuada pela Dr.ª Élis Marçal, em 2005.





5



6



7

**Fig. 5** Imagem de N. Sr.<sup>a</sup> do Carmo que se venerava na Capela da Ordem Terceira, no Convento de S. Romão, séc. XVII. Foto: Autor desconhecido.

**Fig. 6** Imagem de S. José que se venerava na Capela da Ordem Terceira, no Convento de S. Romão, séc. XVIII. Foto: Adélia Marujo.

**FIG. 7** Imagem de Sr.<sup>a</sup> do Carmo que se venerava no altar-mor da Igreja Conventual de S. Romão, séc. XVII. Foto: Adélia Marujo.

acompanhado por técnicos do Museu Municipal. Procedeu-se à fixação das policromias, à consolidação das assemblagens e, finalmente, ao entalhamento das mãos e restauro das carnações<sup>41</sup>.

No ano de 2007 foi entronizada na Igreja dos Pastorinhos, onde tem sido muito venerada.

### Imagem de S. José

Conforme atrás foi referido, era esta a pequena imagem de S. José que se venerava na tribuna da Capela da Ordem Terceira, junto da imagem de Nossa Senhora do Carmo.

Classificada tecnicamente como imagem de grande qualidade artística, apresenta-se muito carenciada de uma intervenção de conservação e restauro, aguardando-se para isso a necessária disponibilidade.

Para além destas 2 imagens, Nossa Senhora do Carmo e S. José que integravam a Capela da Ordem Terceira, também as imagens da Igreja Conventual acompanharam os Irmãos da Confraria, conforme constatamos através do já referido Inventário de 1833, bem como de Inventários subsequentes. Dessas imagens podemos referir o seguinte:

### Imagem de Nossa Senhora do Carmo

Continuando a seguir o mesmo Inventário, nele se lê em determinada altura:

“No altar-mor está a imagem da Senhora do Carmo, a qual é feita de roca e de vestir...” e mais adiante se lê que esta imagem estaria entronizada num trono baixo, ornado com 2 anjos<sup>42</sup>.

Sobre esta imagem, uma imagem do séc. XVII, podemos adiantar que só através de um grande esforço da Paróquia e a boa colaboração da Câmara Municipal, foi possível evitar a sua completa destruição. Altamente atacada por insetos xilófagos, foi necessário proceder a uma intervenção de emergência, tão mau era o seu estado, como aqui podemos observar.

Entre 2003 e 2007, foi então submetida a uma intervenção, também faseada, que começando na desinfestação, passou pela consolidação e reconstituição do suporte, pelo preenchimento de lacunas e, finalmente, pela reintegração cromática<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> Intervenção efetuada na Fundação Ricardo Espírito Santo, em Lisboa, em 2007.

<sup>42</sup> ANTT, AHMF, Inventário Geral do Convento de S. Romão, feito em 19/12/1833, Ref.ª 2195.

<sup>43</sup> AHPSPA, Relatório de Intervenção na imagem de roca de N. Sr.ª do Carmo, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 2007.





**Fig. 8** A Imagem de N. Sr.ª do Carmo, antes do Restauro de 2003/2007. Foto: Filipe Martins

**Fig. 9** Escapulário pertencente à imagem de N. Sr.ª do Carmo. (s.d.) Foto: Adélia Marujo

As vestes, ainda são as antigas que se encontravam guardadas.

No âmbito da Exposição “A Arte no Concelho de Vila Franca de Xira – Grandes Obras”, levada a efeito pelo Museu Municipal, esteve esta imagem exposta entre Fevereiro de 2015 e Fevereiro de 2016<sup>44</sup>.

### Escapulário

Tem esta imagem, suspenso na sua mão direita, este bonito e artístico Escapulário que lhe vem dos tempos antigos, elemento devocional que tem a sua origem numa aparição de Nossa Senhora a S. Simão Stok.

A 16 de Julho de 1251, estando S. Simão em oração no seu Convento de Cambridge, pedia a Nossa Senhora que lhe manifestasse um sinal de carinho para com a Ordem. Conta-se que Nossa Senhora então lhe apareceu com um escapulário e lhe disse: “Recebe, meu filho, este Escapulário como penhor do privilégio que alcancei para ti, assim como para todos os filhos da Ordem do Carmo. Todo o que morrer com este Escapulário será preservado do fogo eterno.

Tornar-se-á, assim, um sinal de salvação, defesa dos perigos e penhor da minha particular proteção”<sup>45</sup>.

Desde então, a devoção do Escapulário se espalhou por todo o mundo cristão.

<sup>44</sup> Cf. Catálogo da Exposição “A Arte no Concelho de Vila Franca de Xira – Grandes Obras”, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pág. 32.

<sup>45</sup> TAVARES, Jorge Campos, Dicionário de Santos, 3.ª Edição, 2001, Lello Editores, pág. 135.

### Imagem de Santo Elias

Outra das imagens que outrora pertenceu à Igreja conventual e acompanhou os Irmãos da Confraria, foi esta magnífica imagem de Santo Elias, uma imagem primorosamente esculpida e policromada, de cujo estofado ainda hoje resplandece a folha de ouro com que foi enriquecida.

Para percebermos qual o lugar que teve naquele Templo Carmelita, retomemos a leitura do Inventário de 1833, onde a certa altura está escrito que a imagem de Santo Elias se encontrava no retábulo do Altar-Mor, do lado da Epístola<sup>46</sup>.

A presença desta imagem numa igreja carmelita, tem a ver, como inicialmente foi dito, com o facto de Santo Elias, numa história muito bonita narrada no “Livro dos Reis”, ter sido enviado por Deus a habitar eremiticamente o Monte Carmelo, na Palestina, onde depois, mais tarde, a Ordem Carmelita se estabeleceu e dali se difundiu por todo o mundo.

Também esta imagem, pelo cuidado que a Paróquia tem tido na preservação do seu património, no ano de 2008 foi alvo de uma intervenção de conservação e restauro, com o apoio da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, integrando



**Fig. 10** Imagem de Santo Elias que se venerava no altar-mor da Igreja Conventual de S. Romão, séc. XVII. Foto: Autor desconhecido.

<sup>46</sup> ANTT, AHMF, Inventário Geral do Convento de S. Romão, feito em 19/12/1833, Ref.ª 2195.

posteriormente uma Exposição na Igreja-Museu do Mártir Santo, patente até Agosto de 2009<sup>47</sup>.

### Imagem de Santo Alberto

A imagem de Santo Alberto foi mais uma, vinda da Igreja conventual de S. Romão. Quem foi Santo Alberto e que sentido teve a sua representação na Igreja dos Carmelitas?

Santo Alberto foi o Patriarca de Jerusalém, a quem no início do séc. XIII os Eremitas do Monte Carmelo se dirigiram, pedindo que lhes desse uma Regra, como forma de vida. Então Santo Alberto, entre 1206 e 1214 escreveu-lhes a Regra que viria a ser confirmada pelo Papa Honório III, em 1226.<sup>48</sup>

Para conhecermos qual a localização desta imagem na Igreja conventual, retomemos a leitura do Inventário de 1833. Nele se lê que no arco do cruzeiro havia 3 pequenas imagens, sendo uma delas a de Santo Alberto. Sabemos também, por outro excerto da mesma descrição que estas imagens estavam colocadas em nichos, havendo no nicho de Santo Alberto uma pequena lanterna, pendente com uma corrente.<sup>49</sup>

Sobre o estado de conservação desta imagem, aguarda-se oportunidade para ser submetida a uma intervenção de conservação e restauro, designadamente de limpeza, fixação e reintegração cromática, sobretudo ao nível dos panejamentos.

### Imagem de Santo António

Esta imagem de Santo António é outra das 3 pequenas imagens que estavam no arco do cruzeiro<sup>50</sup> e talvez aquela que aparece mais descontextualizada em todo o conjunto iconográfico da Igreja Carmelita. Admitamos, no entanto, poder tratar-se de um Santo da devoção dos Frades, o que por si justifica plenamente a sua entronização.

Em termos de conservação, também se aguarda por uma oportunidade para ser intervencionada.

Para completar o conjunto de imagens da Igreja do Convento, referidas no já citado Inventário de 1833, falta-nos apenas duas, cujo destino nos é desconhecido; nem sequer constam no Arrolamento feito aos pertences da Confraria, no ano de

---

<sup>47</sup> Exposição temporária, patente entre 01/05/2008 e 01/08/2009.

<sup>48</sup> Cf. Os Primeiros Carmelitas e o Patriarca Alberto. ([caminhoscarmelitas.com/?p=3406](http://caminhoscarmelitas.com/?p=3406))

<sup>49</sup> ANTT, AHMF, Inventário Geral do Convento de S. Romão, feito em 19/12/1833, Ref.ª 2195.

<sup>50</sup> Idem.



**Fig. 11** Imagem de Santo Alberto que se venerava na Igreja Conventual de S. Romão, séc. XVIII. Foto: Adélia Marujo.



**Fig. 12** Imagem de Santo António que se venerava na Igreja Conventual de Romão. séc. XVIII. Foto: Adélia Marujo.

1912. Isto leva-nos a crer que, em princípio, não teriam integrado o espólio que a Confraria trouxe aquando da saída do Convento.

Uma delas é a imagem de S. Romão, bispo, patrono da Igreja e que segundo a mesma descrição de 1833, estava no retábulo do altar-mor, do lado do Evangelho<sup>51</sup>, ou seja, do lado oposto à imagem de Santo Elias. Seria representado com as insígnias episcopais, uma vez que o referido Inventário também faz menção a um báculo de prata que lhe pertencia<sup>52</sup>.

A outra imagem em falta, é uma pequena imagem de Santa Ana, mãe de Nossa Senhora, a qual o mesmo Inventário nos descreve como uma das 3 imagens que estavam nos nichos do arco do cruzeiro<sup>53</sup>.

<sup>51</sup> Ibidem.

<sup>52</sup> Ibidem.

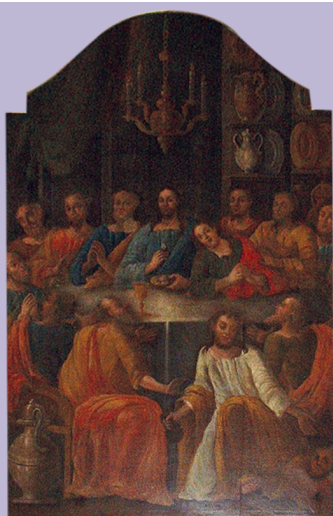
<sup>53</sup> Ibidem.

## PINTURA

### Pinturas da Ceia do Senhor e do Lava-Pés

Na Capela-mor da Igreja de S. Pedro podem ser contempladas 2 magníficas pinturas sobre tela, de autor desconhecido. Uma representa a Ceia do Senhor com os Seus Discípulos e a outra o Lava-Pés. Também estes quadros vieram da Capela de S. Sebastião e pertenciam à Confraria<sup>54</sup>.

Quanto à sua proveniência, é suposto terem também pertencido à Igreja conventual de S. Romão, porquanto, voltando ao Inventário de 1833, nele se lê o seguinte: "Há pendentes nas paredes da Igreja, 2 painéis pequenos que representam a Paixão e 2 maiores representando um o Mandato e o outro a Ceia"<sup>55</sup>. Será que o redator do Inventário considerou o painel do lava-pés integrado num sentido mais lato do Mandato de amor e de serviço que o Senhor, ao lavar os pés aos Discípulos, propôs no âmbito do "Mandamento Novo"<sup>56</sup>?



**Fig. 13** A Ceia do Senhor com os Discípulos. Pintura sobre tela, séc.XVII. Autor desconhecido. Foto: Autor desconhecido.

**Fig. 14** Jesus lavando os pés a S. Pedro. Pintura sobre tela, séc XVII. Autor desconhecido. Foto: Autor desconhecido.

<sup>54</sup> AHPSPA, Arrolamento feito aos bens da Confraria em 30/12/1912, bens que se encontravam na Capela de S. Sebastião.

<sup>55</sup> ANTT, AHMF, Inventário Geral do Convento de S. Romão, feito em 19/12/1833, Ref.ª 2195.

<sup>56</sup> Bíblia Sagrada, Jo 13, 1-35.



Estas 2 pinturas que se apresentavam muito escurecidas pelo tempo e com algumas fragilidades ao nível dos suportes, foram cuidadosamente restauradas no ano de 1986, ano em que também foram colocadas nas paredes da Igreja de S. Pedro<sup>57</sup>.

### Pintura de Nossa Senhora do Carmo

Esta pintura representando Nossa Senhora do Carmo, pela tradição oral teria também pertencido à Confraria da Ordem Terceira. Poderia estar incluída naquele conjunto de painéis do coro alto da Igreja conventual de que o Inventário nos dá conta, não referindo, no entanto, os seus conteúdos iconográficos.<sup>58</sup>

Estamos perante uma pintura de grande qualidade, possivelmente atribuível ao ciclo de Francisco Vieira Lusitano,<sup>59</sup> considerado o pintor mais importante do período Barroco em Portugal.<sup>60</sup>



**Fig. 15** Nossa Senhora do Carmo. Pintura sobre tela, séc. XVIII. Presumível Autor: Vieira Lusitano. Foto: Adélia Marujo.

<sup>57</sup> Por ocasião do grande restauro levado a efeito no interior da Igreja de S. Pedro.

<sup>58</sup> No já referido Inventário, feito em 19/12/1833, lê-se em determinada altura que no côro alto havia mais 2 grandes painéis e 5 pequenos.

<sup>59</sup> Cf. Catálogo da Exposição “A Arte no Concelho de Vila Franca de Xira – Grandes Obras, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pág. 128.

<sup>60</sup> Idem.

Interpela-nos, todavia, o facto de à data de 1912, ano em que foram levados a efeito os Arrolamentos tanto aos haveres da Confraria que nessa data estavam na Capela de S. Sebastião, como à Igreja Paroquial de S. Pedro, esta pintura encontrar-se na parede da Sacristia da Igreja de S. Pedro<sup>61</sup> e não na Capela de S. Sebastião, onde seria suposto se encontrar. Se, com efeito, esta pintura proveio do Convento Carmelita, teria vindo, talvez, diretamente para a Igreja Paroquial.

Devido ao seu elevado estado de degradação, designadamente pela perda de policromia, foi recentemente intervencionada, com o apoio técnico da Câmara Municipal, no Instituto Politécnico de Tomar, tendo seguidamente integrado, no Museu do Município, a Exposição “A Arte no Concelho de Vila Franca de Xira – Grandes Obras”<sup>62</sup>.

## CONJUNTO BIBLIOGRÁFICO

### Livro de Entradas, Profissões e Falecimentos Dos Irmãos Terceiros do Carmo

Trata-se de um livro manuscrito, com 396 folhas, em formato A4, encadernado a pele, de cor castanha.

Cada folha está dividida com 5 espaços horizontais e 4 verticais, servindo estes para o registo do nome, a data da Entrada na Confraria, a data da Profissão e a última coluna para a data do Falecimento.

A capa deste Livro não tem gravação alguma, mas logo no frontispício tem um lindo desenho policromado, feito manualmente, representando o brasão da Ordem Carmelita entre dois arranjos florais que assentam sobre um conjunto de volutas formando uma cartela, onde está inscrito o título do livro e a data de 1770.

Apesar desta data, existem registos de datas anteriores, sendo o mais antigo de 1708<sup>63</sup>. Por outro lado, sabemos que existia um livro velho<sup>64</sup>. Isto leva-nos a crer que ao criarem este novo livro, teriam feito para ele o traslado dos elementos anteriores.

---

<sup>61</sup> AHPSPA, Arrolamento feito à Igreja de S. Pedro de Alverca, em 1912.

<sup>62</sup> Cf. Catálogo da Exposição “A Arte no Concelho de Vila Franca de Xira – Grandes Obras, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2015, pág. 128.

<sup>63</sup> AHPSPA, Livro de Entradas, Profissões e Falecimentos dos Irmãos Terceiros do Carmo, 1770, Pág. 1

<sup>64</sup> Idem. Nota exarada na última folha.





**Fig. 16** Livro de Entradas, Profissões e Falecimentos dos Irmãos Terceiros do Carmo, 1770. Foto: Adélia Marujo.

Do estudo deste livro, foi possível avaliarmos a notoriedade que esta antiga Confraria alcançou durante os séc. XVIII e XIX, através das pessoas nele inscritas, da diversidade de classes sociais que foram desde o povo simples, à aristocracia, ao clero, aos Consagrados e até à nobreza do Reino. Também se constata a sua amplitude que ultrapassou os limites territoriais da Freguesia e freguesias limítrofes, tendo Irmãos até em Fanhões, Frielas, Carnota, Lisboa e Oeiras.

Entre os Irmãos inscritos, podemos destacar o Padre Manuel Henriques, Pároco de Alverca entre 1757 e 1792, bem como outros Sacerdotes residentes na Freguesia, os Padres da Quinta do Pinheiro, da Ordem de S. Paulo Eremita, os Párocos de Alhandra, Bucelas e Calhandriz, 30 Religiosas do Convento de Nossa Senhora dos Poderes, de Vialonga, da Ordem de Santa Clara, D. Jozefa Caetano Barbosa, proprietária da Quinta da Cumeira, onde se encontrava a Capela de Santo António Português, destruída pelo terramoto de 1755<sup>65</sup>, D. Anna Antónia Pegada e Serpa, viúva do Provedor da Misericórdia, Sebastião Barbosa e vários membros da sua família, o Dr. José da Silva, Cirurgião de Alverca, D. António, Conde de Vila Flor e mais tarde Duque da Terceira, etc.

As últimas Entradas registadas neste livro datam de 1872<sup>66</sup>. Houve, no entanto, Entradas posteriores que não foram registadas, apesar da advertência que se encontra na última folha do livro e que diz o seguinte:

<sup>65</sup> ANTT, Dicionário Geográfico, Vol.3, Memória 43, pág. 336.

<sup>66</sup> AHPSPA, Livro de Entradas, Profissões e Falecimentos dos Irmãos Terceiros do Carmo, 1770, pág. 165.

“Tem este Livro trezentas e noventa e seis folhas todas numeradas e rubricadas com rúbricas em todas as laudas do que nele devem escrever os Secretários com cuidado e vigilância porque não suceda como em o livro velho deste mesmo título aonde se acharam alguns Irmãos que bem constou serem Professos sem nele terem as suas Profissões por culpa dos Irmãos Secretários não fazerem a sua obrigação”<sup>67</sup>.

Por tudo isto, vejamos a riqueza histórica que este livro contém, não apenas em relação à Confraria, mas também como ponto de partida para outros estudos mais abrangentes e certamente enriquecedores para a história da nossa Cidade<sup>68</sup>.

### Directório Carmelitano



**Fig. 17** Directório Carmelitano/Index. Foto: Adélia Marujo.

Este pequeno livro é como que o Ritual para as diferentes ocasiões solenes dos Irmãos da Confraria, como seja, lançar o Escapulário, modo de deitar o Hábito e Professar, absolvição na hora da morte, etc.

### Livros de Registo das Quotizações dos Irmãos

Conjunto de pequenos livros onde, por anos e meses, eram feitos os registos das quotizações dos Irmãos.

<sup>67</sup> Idem. Última folha.

<sup>68</sup> Por exemplo, estudos sobre a população que outrora vivia em Alverca, famílias antigas e seus apelidos, condições sociais, toponímia, etc.



**Fig. 18** Conjunto de pequenos livros de registo das quotizações dos Irmãos da Ordem Terceira, séc. XVIII. Foto: Adélia Marujo

**Fig. 19** Interior de um dos livros da figura 18. Foto: Adélia Marujo.



**Fig. 20** Têxtil com as insígnias dos Carmelitas Observantes, frente e verso. s/data. Foto: Adélia Marujo.

Não podemos deixar de referir que para além destes livros, outros deveriam existir, principalmente o Livro do Compromisso, que é como o livro nobre e primeiro de qualquer confraria. O livro onde fica inscrita a origem da instituição, o modo como foi ereta, os seus fundamentos morais e de piedade, os nomes dos membros fundadores, assim como o título passado pela entidade eclesiástica que neste caso concreto seria o Arcebispo de Lisboa, uma vez que só a partir de 1716 Lisboa foi elevada à dignidade de Patriarcado<sup>69</sup>. No entanto, apesar das

<sup>69</sup> Cf. Quadro Cronológico dos Bispos, Arcebispos e Patriarcas de Lisboa.

pesquisas levadas a efeito tanto no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa como no Arquivo da Torre do Tombo, lamentavelmente ainda não foi possível encontrar quaisquer elementos que nos conduzissem à sua localização.

### Textil com as Insígnias da Ordem Carmelita

Esta imagem apresenta-nos uma bonita peça têxtil, embora em péssimo estado, cuja utilidade, apesar das diligências levadas a efeito, ainda não foi possível conhecer.

Sobre o suporte de seda de que é feita, apresenta um bordado com as insígnias da Ordem Carmelita.

## Anexo

### Apontamento sobre a Igreja Carmelita de S. Romão

Relativamente à Igreja conventual de S. Romão em cuja circunscrição a Confraria da Ordem Terceira teve a sua Capela e Sede, não existe, ou pelo menos não temos conhecimento de algum desenho ou pintura que nos dê conta de como seria. Contudo, ficaram algumas descrições através das quais esboçámos, embora com alguma imprecisão, a morfologia estrutural do edifício, bem como alguns dos seus pormenores funcionais e decorativos.

Referimo-nos, principalmente, ao Inventário Geral do Convento, de 19/12/1833<sup>70</sup> e à descrição que João Amaral nos deixou na pág. 51 das suas “Memórias Históricas...”<sup>71</sup>.

Assim, no contexto desta Apresentação e com base nos citados documentos, pareceu-nos oportuno e interessante ficar com uma breve noção de como seria aquele espaço sagrado, enquanto repositório que foi de todo este espólio que acabámos de ver.

Então, guiados pelos autores dessas memórias, façamos esta visita imaginária à desaparecida Igreja Carmelita de S. Romão:

---

<sup>70</sup> ANTT, AHMF, Inventário Geral feito no Convento de S. Romão em 19/12/1833, Ref.<sup>a</sup> 2195.

<sup>71</sup> AMARAL, João José Miguel Ferreira da Silva, Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros, II Volume, pág. 51, Edições do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 1991.





**Fig. 21** Possível configuração do interior da Igreja Carmelita de S. Romão. Apontamento de Alfredo Marujo .

Entremos no Templo e, no seu silêncio, ouçamos o que nos dizem os autores do Inventário:

- > A Igreja tem 3 altares. O altar mor e 2 laterais no corpo da Igreja<sup>72</sup>.
- > No altar mor está a imagem da Senhora do Carmo, a qual é feita de roca e de vestir, São Romão, do lado do Evangelho o qual é de madeira de vulto e Santo Elias também da mesma forma, do lado da Epístola<sup>73</sup>.
- > O altar e Capela do lado do Evangelho é dedicado à Senhora do Carmo e pertence a uma Confraria que se intitula Ordem Terceira do Carmo<sup>74</sup>.
- > O altar do lado da Epístola é onde costuma estar o Santíssimo Sacramento e tem no retábulo o painel de Nossa Senhora da Piedade<sup>75</sup>.
- > Há no arco do cruzeiro 3 pequenas imagens em vulto que são Santa Ana, Santo António e Santo Alberto<sup>76</sup>.
- > Há na Capela-mor um trono baixo ornado com 2 anjos e uma cúpula de pau, dourada<sup>77</sup>.
- > Há 2 portas laterais que dão acesso ao trono<sup>78</sup>.
- > O arco do cruzeiro tem por remate uma grande bambinela de madeira pintada e dourada<sup>79</sup>.
- > Todas estas Capelas têm teia de madeira, sendo dourada a da Capela mor<sup>80</sup>.
- > Há nas paredes da Igreja 2 púlpitos de madeira, 2 painéis pequenos que representam a Paixão e 2 maiores representando um "O Mandato" e o outro "A Ceia"<sup>81</sup>.
- > No coro alto há 7 painéis, 2 grandes e 5 pequenos...<sup>82</sup>

---

<sup>72</sup> ANTT, AHMF, Inventário Geral feito no Convento de S. Romão em 19/12/1833, Ref.<sup>a</sup> 2195.

<sup>73</sup> Idem.

<sup>74</sup> Ibidem.

<sup>75</sup> Ibidem.

<sup>76</sup> Ibidem.

<sup>77</sup> Ibidem.

<sup>78</sup> Ibidem.

<sup>79</sup> Ibidem.

<sup>80</sup> Ibidem.

<sup>81</sup> Ibidem.

<sup>82</sup> Ibidem.



Agora, sobre aquilo que o Inventário não refere, ouçamos o historiador João Amaral que conheceu muito bem esta Igreja:

- > A Igreja dedicada a São Romão era um bom templo, com as paredes ornadas de excelente azulejo azul, de proveniência estrangeira<sup>83</sup>.
- > A Capela mor era correspondente à grandeza do templo e nela havia 2 túmulos de mármore, contendo os ossos de marido e mulher, da família dos Fidalgos Salemas, de Lisboa, Padroeiros da Capela mor<sup>84</sup>. (Sabemos tratar-se de D. Mariana de Paiva<sup>85</sup> e seu marido D. António de Mello)<sup>86</sup>.
- > A coxia da Igreja, assim como os claustros, estavam povoados de túmulos epigrafados de Fidalgos que prestaram grandes serviços a Portugal<sup>87</sup>.

Eis tudo quanto conseguimos saber sobre esta Igreja, o espaço mais nobre deste Convento Carmelita de S. Romão, diretamente associado à Confraria da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo que hoje aqui nos reuniu.



<sup>83</sup> AMARAL, João José Miguel Ferreira da Silva, Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros, II Volume, pág. 51, Edições do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 1991.

<sup>84</sup> Idem.

<sup>85</sup> AHCMVFX, Morgado de D. Marianna de Paiva (Morgado de Alfarrobeira), Qt.ª de Alfarrobeira, Testamento de D. Marianna de Paiva, cx.10, n.º 1, 19/07/1633.

<sup>86</sup> Idem.

<sup>87</sup> AMARAL, João José Miguel Ferreira da Silva, Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros, II Volume, pág. 51, Edições do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 1991.

## Nota final

Ao findar esta apresentação, gostaria de agradecer mais uma vez a vossa presença e ao Museu Municipal o convite que tão gentilmente me foi dirigido.

Quando começamos a pesquisar o nosso passado e dia a dia o fazemos emergir, isto é, vamos transformando a cripto história em que muitas vezes jazia em conteúdos que se podem converter em clareiras de luz, luz que aquece, luz que ilumina... essas vivências dos nossos antepassados podem também preparar-nos e ajudar-nos a melhor percorrer os caminhos futuros... Isso fizeram os nossos Irmãos da Ordem Terceira que hoje aqui recordámos. Em termos simbólicos, eles também percorreram um longo passado, até regressarem às suas origens mais longínquas; subiram, descalços, isto é, despojados, o Monte Santo do Carmelo e aí, no silêncio e na oração se encontraram com Deus!

Que esta apresentação possa, pois, suscitar em nós o desejo de busca desses valores, dessas pérolas preciosas de que falava no início, dessas pérolas que são, afinal, a nossa história!

Continuemos a procurá-las em cada dia e elas certamente nos enriquecerão!

## Abreviaturas

Nas notas e na bibliografia foram utilizadas as seguintes siglas:

**AHCMVFX** Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

**AHMF** Arquivo Histórico do Ministério das Finanças

**AHPSPA** Arquivo Histórico da Paróquia de S. Pedro de Alverca

**ANTT** Arquivo Nacional da Torre do Tombo

## Fontes Bibliográficas

### ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Morgado de D. Mariana de Paiva (Morgado de Alfarrobeira), Qt.<sup>a</sup> de Alfarrobeira, Testamento de D. Marianna de Paiva, cx.10, n.º 1, 19/07/1633.

### ARQUIVO HISTÓRICO DA PARÓQUIA DE S. PEDRO DE ALVERCA

Arrolamento e Inventário feito aos pertences da Confraria da Ordem Terceira do Carmo, de Alverca, em 30/12/1912, na Capela de S. Sebastião.

Arrolamento e Inventário feito aos pertences da Confraria da Ordem Terceira do Carmo, de Alverca, em 30/12/1912, na Igreja Paroquial de S. Pedro.

Arrolamento e Inventário feito aos pertences da Confraria da Ordem Terceira do Carmo, de Alverca, em 30/12/1912, na Residência do Tesoureiro da Confraria.

Directório Carmelitano.

Livro de Entradas, Profissões e Falecimentos dos Irmãos Terceiros do Carmo, 1770.

Livros de Registo das quotizações dos Irmãos da Confraria da Ordem Terceira do Carmo.

### ARQUIVO HISTÓRICO DO PATRIARCADO DE LISBOA

Índice dos Fundos Arquivísticos.

### ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

A.H.M.F. – Auto de Extinção do Convento Carmelita de S. Romão de Alverca, n.º. 2195.

A.H.M.F. – Inventário Geral feito ao Convento de S. Romão em 19/12/1833, n.º. 2195.

Dossier “Governo Civil de Lisboa – Câmaras Irmandades, Asilos e Confrarias”.

Dossier “Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça” (mç. 1 a 300) e (mç. 301 a 770).

Ministério do Reino, (mç. 4382).

FARINHA, Maria do Carmo Jasmim Dias – JARA, Anabela Azevedo, Mesa da Consciência e Ordens, Lisboa, 1997.

NUNES, Natália, Confrarias – Irmandades – Mordomias, Associação Portuguesa dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Lisboa, 1976.

TREMOCEIRO, Paulo – JORGE, Teresa Revés, Inventário da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, Lisboa, 1999.

### BIBLIOGRAFIA

AMARAL, João José Miguel Ferreira da Silva, *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros*, Edições do Museu Municipal de VFX, 1997.

CAMPOS, Nuno C. J., *O Cosmos Carmelita em S. Romão de Alverca – Uma Leitura Heráldica*, CMVFX, A Arte no Concelho de Vila Franca de Xira – Grandes Obras, Edição da CMVFX, 2015.

LAMEIRA, Francisco – LOUREIRO, José João – VECHINA, Frei José Carlos, Retábulos da Ordem dos Carmelitas Descalços, Departamento de Artes e Humanidades da Universidade do Algarve,

MARUJO, Alfredo, *Paróquia de S. Pedro de Alverca* – Elementos para a sua História, 1999.

PORTUGUESA, *Conferência Episcopal, Código de Direito Canónico*, Cân. 120.

#### **DOCUMENTOS ON-LINE**

A Regra da Ordem Terceira do Carmo ([www.ordem-do-carmo.pt/index.php/.../182](http://www.ordem-do-carmo.pt/index.php/.../182))

Os Primeiros Carmelitas e o Patriarca Alberto ([caminhoscarmelitas.com/?p=3406](http://caminhoscarmelitas.com/?p=3406) – Lei da Separação da Igreja do Estado, Art.º 62.º).







# Convento de Freiras Clarissas de Nossa Senhora de Suberra em Castanheira do Ribatejo

Graça Soares Nunes<sup>1</sup>

## RESUMO

Os vestígios patrimoniais de antigos conventos existentes no concelho de Vila Franca de Xira perduram na paisagem e na memória das gentes, confirmados pelas fontes escritas ou arqueológicas, e inseridos numa paisagem em constante mutação. Sendo visíveis algumas estruturas arruinadas, certificadas pela documentação arquivística disponível que desvenda a sua história.

O convento que analisámos e investigámos é de freiras clarissas, denominado de Nossa Senhora de Suberra, localizava-se em Castanheira do Ribatejo. As ruínas do edifício foram suplantadas na década de oitenta do século XX, restando apenas algumas epígrafes sepulcrais, alguma cantaria oriunda do edificado, parte do revestimento azulejar foi integrado numa habitação particular e a documentação referente à sua extinção, ficou arquivada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa.

Esta unidade conventual, deve a sua fundação a uma família nobre muito influente, no contexto político e institucional português, do século XVI, família Ataíde – Condes da Castanheira, ligando-se o propósito fundacional à esfera devocional da mesma, nomeadamente a D. Fernando de Ataíde seu fundador.

---

<sup>1</sup> Técnica Superior do Museu Municipal – Núcleo de Alverca, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Licenciada em história pela Universidade Autónoma de Lisboa. Mestre em História Regional e Local pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Curso de formação avançada, pelo programa interuniversitário de Doutoramento da Universidade de Lisboa (ICS), Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Universidade Católica Portuguesa (UCP) e Universidade de Évora (EU). Investigadora da EUCIDEHUS, Universidade de Évora.

Após a morte do instituidor a obra foi continuada pelo 1.º Conde da Castanheira, D. António de Ataíde, tendo o convento pertencido a esta família ao longo de várias gerações. Os Ataídes, no decurso de três séculos contribuíram para a sua manutenção e várias mulheres desta família, recolheram-se nesse espaço conventual por vocação.

Palavras-Chave: **Património, Convento, Clarissas, Ruínas, Ataídes.**

## Introdução

O concelho de Vila Franca de Xira, nas proximidades da capital, era dotado de um conjunto significativo de conventos, as fontes assim o atestam, bem como as estruturas patrimoniais que ainda perduram na paisagem. Muitas destas unidades seculares foram fundadas nas proximidades das povoações mais importantes, em sítios ermos, em pleno campo para permitir um contacto direto com a natureza criada por Deus, e também para permitir aos frades e às freiras os exercícios espirituais, relacionando-se com a própria espiritualidade de cada ordem monástica a que pertenciam.

No período compreendido entre 1402 e 1600, foram fundados seis conventos nesta região, quatro masculinos, pertencentes à I Ordem Franciscana Secular masculina e um, pertencente à Ordem dos Frades Carmelitas calçados. Os dois conventos femininos, pertenciam à II Ordem Franciscana Secular Feminina.

Relativamente aos conventos femininos, analisamos somente o convento de Freiras Clarissas de Nossa Senhora de Suberra, fundado em 1514, em Castanheira do Ribatejo.

Não abordamos o convento de Nossa Senhora dos Poderes em Vialonga, também de freiras clarissas, por este já ter sido estudado.<sup>2</sup>

No capítulo seguinte focamo-nos sobre a espiritualidade Clariana, tendo por base os diversos estudos desenvolvidos, para contextualizarmos a inserção e fundação destes conventos, na paisagem com vista a uma melhor, compreensão da sua diversidade e das suas dinâmicas nesta região. De seguida apresentamos um quadro síntese com os conventos fundados no concelho de Vila Franca de Xira entre 1402 e 1600.

---

<sup>2</sup> Vid. MARUJO, Pedro do Canto, Borda d' Água, Vera, «O Convento de Nossa Senhora dos Poderes de Vialonga – A comunidade e o património (1562-1874)», *Boletim Cultural, CIRA 10*, CMVFX, 2010, pp.11-57.

**Quadro 1 Conventos do concelho de Vila Franca de Xira (1402-1600)**

| DESIGNAÇÃO                                   | PATRIMÓNIO EXISTENTE                                                                                                                             | ORDEM                                         | FUNDAÇÃO      | LOCALIZAÇÃO                            |
|----------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|---------------|----------------------------------------|
| <b>Convento de Santo António</b>             | Conservado na íntegra<br>Com alguma ruína nas instalações                                                                                        | Franciscanos,<br>província de<br>Sto. António | 1402          | Loja Nova-Vila<br>Franca de Xira       |
| <b>Convento de Nossa Senhora do Amparo</b>   | Primeira fundação:<br>Truncado e integrado em habitações.<br>Segunda fundação:<br>preservado, e integrado em habitação turística                 | Religiosos<br>Capuchos de<br>Santo António    | 1546          | Verdelha<br>do Ruivo<br>Vialonga       |
| <b>Convento de Nossa Senhora de Suberra</b>  | Inexistente, restam algumas pedras de sepulturas, e azulejos integrados em outra habitação.                                                      | Religiosas<br>Clarissas                       | 1514/<br>1520 | Castanheira<br>do Ribatejo             |
| <b>Convento de Nossa Senhora dos Poderes</b> | Inexistente, Restam estruturas, portal e muros parcelares.                                                                                       | Religiosas<br>Clarissas                       | 1562          | Vialonga                               |
| <b>Convento de Nossa Senhora dos Anjos</b>   | Inexistente, restam algumas estruturas indicadoras da sua totalidade, mina de água, tanque de rega, integrado na Quinta Municipal do Sobralinho. | Franciscanos,<br>Província de<br>Sto. António | 1597          | Sobralinho-<br>-Alverca<br>do Ribatejo |
| <b>Convento de São Romão</b>                 | Inexistente, restam estruturas, Fonte e Mina visitáveis.                                                                                         | Carmelitas<br>Calçados/<br>Observantes        | 1600          | Bom Sucesso/<br>Alverca do<br>Ribatejo |

## 1. A espiritualidade das freiras Clarissas

O ramo feminino das freiras clarissas, tinha como fundamentos a espiritualidade de S. Francisco de Assis, na forma de Vida da Ordem das Irmãs Pobres, que S. Francisco instituiu e se resumia a esta norma: «*Observar o Santo Evangelho de Nosso Senhor Jesus, vivendo em obediência, sem próprio e em castidade*».

A identidade clariana divide-se em três objetivos: a experiência radical da pobreza, sem qualquer privilégio; a vida fraterna na partilha e na igualdade; e a contemplação voltada para a identificação com Cristo como esposo. A originalidade de Clara é vista em contraste com a condição das mulheres de seu tempo, que era de mulheres mudas e submissas.

A Segunda Ordem Franciscana é formada pelas Irmãs Contemplativas de Clausura, seguidoras de Santa Clara; São Francisco de Assis; e Santa Beatriz da Silva.

Dela fazem parte a Ordem de Santa Clara (Irmãs Clarissas), a Ordem das Irmãs Concepcionistas (Santa Beatriz da Silva) e Ordem das Irmãs Capuchinhas.

Nascida em 1193, em Assis Itália, Clara pertencia a uma família aristocrática e rica. Aos 12 anos soube que Francisco de Assis renunciou à herança de seu pai, e esse facto, fascinou-a e influenciou-a, de tal modo que ela própria também renunciou à nobreza e riqueza, que possuía, para viver pobre e humilde, adotando a forma de vida que Francisco de Assis propunha. No convento de S. Damião, Clara praticou de forma heroica as virtudes de um bom Cristão: Humildade, Espírito de Piedade, Penitência e a Caridade. No Domingo de Ramos, no dia 18 de março de 1212, uma jovem, de dezoito anos, fugiu da casa de seus pais e foi para a igreja da Porciúncula (na atual Basílica de Santa Maria dos Anjos, Em Assis Itália), onde São Francisco de Assis e seus Frades, em oração, aguardavam a sua chegada.

Conduziram-na diante do altar de Nossa Senhora e a uniram-na para sempre ao seu Esposo Jesus Cristo. Ali mesmo, em presença de amigas e dos religiosos, São Francisco lhe corta os belos cabelos loiros. Após este episódio, foi para o mosteiro das Beneditinas de Bastia.

Clara tornou-se Mãe Espiritual de todas as jovens que quiseram juntar-se a ela, nascendo assim, a Ordem das Clarissas.

Dezasseis dias depois da sua fuga, no dia 4 de abril é alcançada pela sua irmã Catarina, (Santa Inês), que também fugira de casa, querendo firmemente dedicar-se ao serviço de Deus. Um tio seu chamado Monaldo tenta impedir Santa Inês de seguir a vida monástica, mas foi em vão.

Mais tarde após a morte de seu pai, a sua mãe e a sua irmã mais nova Beatriz, também entraram para a ordem das Clarissas.

Alguns dias após esses factos, São Francisco de Assis fez uma visita ao mosteiro e revestiu também Santa Inês do hábito da Segunda Ordem Franciscana, consagrando-a para sempre a Nosso Senhor. E escolheu para ambas as irmãs uma casa definitiva: a pobre residência da igreja de São Damião, situada fora dos muros de Assis.

Em pouco tempo, com outras jovens da cidade onde viviam, e de Perúcia, Santa Clara e Santa Inês, formaram a primeira comunidade das Irmãs Pobres de São Damião, que passaram a chamar-se Clarissas, após a morte de Santa Clara de Assis, ocorrida a 2 de agosto de 1253. Em plena Idade média, esta Ordem feminina das irmãs Clarissas disseminou-se rapidamente por toda a Europa abrangendo Portugal já nos finais da Idade Média.

### 3. Mosteiro de Freiras Clarissas de Santa Maria de Suberra em Castanheira do Ribatejo: Fundação e patronos

No ano de 1400, já existia a norte da Castanheira, uma ermida perto da povoação em que era venerada com grande devoção, Nossa Senhora das Neves, a quem o povo designava por Nossa Senhora de Suberra, devido à contemplação do Monte sobranceiro à ermida. Segundo os relatos da época a este local ocorriam muitos enfermos, de vários locais, e com fé e muita devoção a Nossa Senhora, ficavam curados das suas enfermidades.

O título de Nossa Senhora das Neves, atribuído à Mãe de Deus, é também indicado como *Santa Maria Maior*. O dístico de Nossa Senhora das Neves é devido a uma antiga tradição segundo a qual um casal romano, que pedia à Virgem Maria a inspiração para saber como empregar bem a sua fortuna, recebeu em sonhos a mensagem de que a Santíssima Virgem, desejava que lhe fosse dedicado um templo, precisamente no lugar do Monte Esquilino, e que como sinal este apareceria coberto de neve. Esse fenómeno milagroso, aconteceu na noite de 4 para 5 de agosto no século IV, em pleno verão e no dia seguinte, o terreno onde hoje se ergue a famosa Basílica de Santa Maria Maior em Roma, amanheceu inteiramente nevado.

Na *Corografia Portuguesa*, da autoria do Padre António da Costa 1712, existe uma notícia referente à Castanheira e que menciona a sua fundação.

«Castanheira – Foi dos Condes da Castanheira, que nela tinham o quarto do Pão e os oitavos do vinho. Tem 500 vizinhos, com nobreza divididos por uma paróquia da Invocação de S. Bartolomeu priorado da apresentação do Conde da Castanheira, que rende mais de 400 mil reis. Tem casa da Misericórdia, hospital e um mosteiro, de Religiosas Franciscanas, da Invocação de Nossa Senhora da Anunciada, ao qual deu princípio D. Fernando de Ataíde, cuja fábrica em breve luzio muito, e sem estar de todo perfeito, já no ano de 1514, havia nele 12 freiras terceiras sujeitas à Província de Portugal.

Depois D. António de Ataíde primeiro Conde da Castanheira, tio do Fundador aumentou este mosteiro em edifícios e rendas».



**Fig.1** Gravura apresentando o retrato do I Conde da Castanheira, D. António de Ataíde. Foto: Biblioteca Nacional de Lisboa.

**Fig. 2** Portal da Igreja Matiz da Castanheira do Ribatejo com o Brasão dos Condes da Castanheira. Foto: CMVFX.

«Por todos os títulos nasceu esta casa ilustre, porque o céu dispôs a sua fundação com repetidos anúncios, e milagrosos sucessos, e da terra concorreram empenhados no seu efeito muitos ânimos nobilíssimos, assim pela qualidade do sangue, como pelo esplendor dos bons procedimentos.<sup>3</sup>»

<sup>3</sup> SOLEDADE, Frei Fernando da, *História seráfica Chronologica da ordem de D. Francisco na Província de Portugal*. Quarta parte. Livro Segundo, 1709. (1501-1568), p.112.

D. Fernando de Ataíde filho, de D. Pedro de Ataíde e de D. Filipa de Castelo Branco, 7.º Senhor de Povos, foi o seu fundador, através da Bula papal de 15 de agosto de 1520, designado por *Oratorium de Sanctae Mariae de Soeserra*.

Frei Fernando da Soledade, refere que D. Fernando de Ataíde contraiu um problema de saúde grave, e socorreu-se da Virgem Maria, Nossa Senhora de Subserra, venerada pelo povo, e – *«posto que eram tão poucos os seus anos, que Nossa Senhora o atendeu e ficou muito reconhecido pelo milagre, um dia estava no mesmo sítio quando lhe apareceu de novo Nossa Senhora e lhe pediu que construísse um mosteiro naquele local dedicado à Virgem Maria, não lhe disse a Ordem mas pediu que fosse de Freiras»*.<sup>4</sup>

Foi ajudado pela sua esposa D. Leonor de Noronha, e estava no mesmo sítio quando lhe apareceu «inopinadamente uma freira de hábito pardo, (seria Santa Clara) rogando-lhe com instâncias que fundasse naquele sítio um mosteiro, em que habitassem freiras do mesmo hábito: porque dele havia de subir muitas almas coroadas com diademas de merecimentos percalços.»<sup>5</sup>

D. Fernando delineou o material a utilizar nos edifícios do futuro convento e fez um pedido para a realização e fundação do mesmo, ao Papa Leão X. O Papa concedeu-lhe a devida autorização, através de uma Bula datada de 15 de agosto 1520, e impôs as seguintes condições: O convento teria 12 freiras, e uma delas teria o título de ministra. Inserir-se no Distrito da paróquia de Santa Maria de Povos. A Ermida tomaria o título de: *Oratorium Saanctae Marie de Soe Serra* – Nossa Senhora de Subserra da Castanheira.

Em 1520 o convento tinha cinco freiras, três vieram de Vila do Conde e duas do Mosteiro de Santa Clara de Lisboa, que foram a Abadessa *Soror*<sup>6</sup> Joana de S. Francisco e a *Soror* Filipa da Cruz. Do Mosteiro de Vila do Conde vieram as seguintes Freiras: *Soror* Guiomar das Montanhas; *Soror* Catarina da Trindade e *Soror* Maria das Neves.

D. Fernando faleceu em 1525, sem descendência, e a sua mulher D. Leonor de Noronha continuou a obra, o senhorio das terras eram do tio do seu marido, D. António de Ataíde. D. Leonor contribuiu com o material para a igreja, aformoseou-a aperfeiçoando também os dois coros e preparou um dormitório e fez uma breve cerca, para que pudessem entrar as primeiras religiosas.

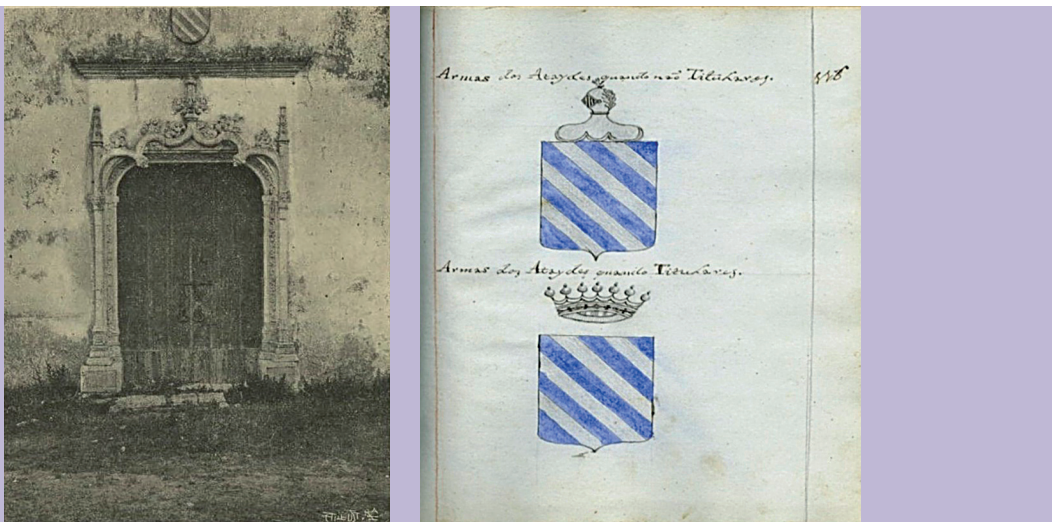
---

<sup>4</sup> Idem, pp.113-114.

<sup>5</sup> Ibidem, p.114.

<sup>6</sup> É o termo em latim para designar irmã freira.





**Fig. 3** Aspeto do portal, da Porta da igreja do Convento de Nossa Senhora de Subterra, encimado pelo brasão de Armas dos Ataídes. «que são “em campo azul quatro barras de prata. Timbre, uma onça de azul assentada e bandada com as quatro barras, ou bandas, do escudo.» *O Mosteiro da Subterra da Castanheira*, in Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes, 5.<sup>a</sup> Série, Tomo XII, n.º 6, Abril a Junho de 1911.

**Fig. 4** Armas dos Ataídes. AMARAL, João, *Memória Histórica da Via de Povos ou do Povos*.

Ao início o convento da Castanheira não pertencia à III Ordem das Clarissas, e as primeiras religiosas, vieram do primeiro mosteiro de Salvador de Évora, após a morte de D. Fernando. O terramoto de 26 de janeiro de 1531 afetou o decurso das obras. Este terramoto segundo alguns autores, assemelhou-se ao que ocorreu duzentos e vinte e quatro anos depois, em 1 de novembro de 1755. Esse tremor de terra teve o seu início em 7 de janeiro de 1531 e sentiu-se em todo o país.<sup>7</sup> «Em 26 de janeiro do mesmo mês de janeiro, foi grande o terremoto, que houve nesta cidade, que prostrou muitos templos, palácios e mais de 1500 casas, com morte de grande número de seus habitantes, ficando quase todas mais inabitáveis. Assolou muitos lugares vizinhos, e se estendeu por mais de sessenta léguas. O Tejo descobriu o seu leito correndo as águas para as margens. No mar perderam-se navios com o grande movimento das suas águas.»<sup>8</sup>

<sup>7</sup> MENDONÇA, Joaquim José de, *História Universal dos terremotos, que tem havido no Mundo, que há notícia, desde a sua criação até ao século presente*, Ed. Lisboa: na oficina de Antônio Vicente da Silva, 1758, p. 53.

<sup>8</sup> Idem, p. 54.

Em 1536, D. Leonor acabou o Claustro, dormitórios e oficinas, já com o apoio de D. António de Ataíde, 1.º Conde da Castanheira, fazendo as casas da portaria, a roda de expostos, as casas dos padres confessores e a cerca do convento, dilatando-a muito além dos seus limites. Em 1539, ocorreu a mudança da imagem de Nossa Senhora de Subserra de uma ermida, que estava na vila da Castanheira junto ao mosteiro, para a igreja do próprio mosteiro, tendo assistido à cerimónia, os Condes da Castanheira – D. António de Ataíde e sua mulher D. Ana de Távora. D. Leonor faleceu em 1541 e D. António de Ataíde, continuou a obra. D. Ana de Távora, a sua mulher, entrou como freira para o convento de Subserra, após a morte do marido.

A Madre irmã Joana do Salvador era ministra na altura. Da mesma época, são também a irmã Mécia da Conceição que faleceu em 1580; a irmã Branca Baptista e a irmã Joana de Jesus, filha de D. Francisco Lobo, irmão de D. Leonor de Noronha a fundadora. Em 1554, o convento tinha 33 freiras e 7 serventes. Em 1590, tinha 40 freiras e muitas delas eram de ascendência nobre.

D. Joana de Ataíde era mulher de D. Nuno Manuel, e filha de D. António de Ataíde. Após a morte do marido, tornou-se freira no convento da Castanheira, com o nome de irmã Maria de Jesus, faleceu em 1613. Teve seis filhas também elas se vestiram com o hábito das clarissas e professaram no convento da Subserra em Castanheira: eram D. Maria de Ataíde, D. Madalena de Ataíde, D. Ana de Ataíde, (freiras na Castanheira), D. Eufrásia de Ataíde (Convento de Jesus em Setúbal), e também D. Violante de Aragão, que foi Abadessa no Convento de Nossa Senhora dos Poderes em Vialonga).

A madre irmã Bárbara de S. Francisco era bisneta do Conde Padroeiro, D. António, por parte do pai, o Conde da Vidigueira, descendendo também da parte da mãe dos Menezes, capitães de Tanger. A freira Ana de Jesus era filha de Luiz Mendes de Vasconcelos e de Brites caldeira. A irmã Ana da Natividade era filha de Álvaro de Castro e neta de D. João de Castro.<sup>9</sup>

Apurámos que o convento de freiras Clarissas da Castanheira, tinha como patronos a família Ataíde, Condes da Castanheira, tendo-se mantido na sua posse até a altura em que na descendência desta família, a Casa dos Condes da Castanheira passou primeiro para os Marqueses de Cascais e depois para os Marqueses do Lourical.

O seu fundador D. Fernando de Ataíde, casou com D. Ana de Távora. Era filho de Pedro de Ataíde e Filipa de Castelo Branco. O seu pai era filho do celebre

---

<sup>9</sup> BRITO, Nogueira de *O Mosteiro de Sub-Serra da Castanheira*, in Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes, TomoXII, n.º 6, abril a Junho de 1911.

Álvaro de Ataíde e do seu primeiro casamento com Leonor de Noronha, (-1496), filha de Pedro Vaz de Mello, 1.º Conde de Atalaia, do Conselho de D. Afonso V, regedor da Casa Cível de Lisboa, e Senhor da Castanheira, Povos e Cheleiros, e de Maria de Noronha. O seu avó e o seu pai estiveram envolvidos na conspiração da altura contra o Rei D. João II. D. Álvaro de Ataíde, era filho de Álvaro Gonçalves de Ataíde, Conde de Autógia e da Condessa D. Guiomar de Castro (-1505). D. Álvaro, juntamente com seu filho Pedro foi um dos cérebros da conspiração do duque de Viseu, contra D. João II, por oposição à política de controle do poder da nobreza seguida pelo monarca. Há várias versões sobre o seu envolvimento na conjura dessa época, uma delas dando-o como o elemento que mantinha informados os Reis Católicos sobre os planos dos conspiradores. Segundo o cronista Garcia de Resende, o próprio D. João II reconheceria mais tarde a influência de D. Álvaro na conjura, tendo afirmado que ele era *“muy principal sempre nos tais dias, levava os Reis pelas rédeas, e era tão sabedor, cortês, gracioso, que ele por si fazia festa”*.

Quando D. João II matou o duque de Viseu, abortando assim a conjura, D. Álvaro de Ataíde estava em Santarém e conseguiu de seguida fugir para Castela, mas seu filho D. Pedro foi preso quando tentava escapar de Setúbal, onde se encontrava. Quer D. Pedro, quer o pai foram condenados à morte, e sofreram o confisco de seus bens, por sentenças de 09-09-1484 e 09-08-1485, sendo a primeira sentença capital executada na pessoa de D. Pedro de Ataíde, que foi degolado em Setúbal. A segunda nunca foi aplicada devido à fuga do réu.

Álvaro de Ataíde, depois de 1496, casou em segundas núpcias com Violante de Távora (?- 1555), que era viúva de Rui de Sousa Cide. Era filha de Pedro de Souza Seabra Pinheiros, Conde do Prado, e de Maria Pinheira. Foi a mãe de António de Ataíde, 1.º Conde de Castanheira.

D. Fernando de Ataíde segundo o que apuramos, faleceu sem descendência, tendo a casa e os respetivos bens, passado para o seu tio D. António de Ataíde que nasceu em 1550, e foi o 1.º Conde da Castanheira até 1563, ano do seu falecimento. D. António, jaz em mausoléu na capela-mor do Convento de Santo António da Castanheira.

Era filho de D. Álvaro de Ataíde Senhor da Castanheira, e de D. Violante de Távora. Foi casado com D. Ana de Távora e tiveram os seguintes filhos: Violante de Ataíde, António de Ataíde (2.º Conde da Castanheira que sucedeu na casa), Joana de Ataíde, Jorge de Ataíde, que foi bispo de Viseu, Ana de Ataíde, Maria de Ataíde, e Jerónimo de Ataíde comendador de Vila Franca.

D. António de Ataíde 2.º Conde da Castanheira (1530-20-1-1603), sucedeu no título logo após a morte de seu pai, por carta régia de 8 de outubro de 1563.



**Fig. 5 e 6** Aspeto interior do convento de Santo António, Castanheira-Capela-Mor, visionando-se os túmulos de D. António de Ataíde e de sua mulher D. Ana de Távora. Foto: MMVFX, Inv.1152 e 1134.1983.

Tinha o assentamento de 102.864 reais, e era Senhor da Castanheira, Povos e Cheleiros e por carta de 20-3-1564 recebeu a confirmação da alcaidaria de Colares. Casou duas vezes. A primeira vez com Maria de Vilhena (-1553) que era filha de D. Francisco da Gama 2.º Conde da Vidigueira e Almirante da Índia; e não tiveram geração. As segundas núpcias foram com Bárbara de Lara, (faleceu em 1603 e jaz na capela dos Condes no Convento de Santo António da Castanheira) era filha do terceiro marquês de Vila Real, Pedro de Menezes e de sua mulher Brites de Lara, não tiveram geração.

O 3.º Conde da Castanheira, Manuel de Ataíde (C.1560-1621), filho do antecedente continuou à frente da Casa, era filho de António de Ataíde (2.º Conde da Castanheira) e de Bárbara de Lara. Foi marido de Maria de Noronha (viúva de D. Nuno Álvares Pereira), tiveram descendência. Casou em segundas núpcias com Guiomar de Vilhena, sua sobrinha, filha de sua meia-irmã, Ana de Ataíde e de D. Henrique de Portugal. Deste casamento não houve descendência. Jaz soterrado na capela-mor do lado do evangelho da Igreja do Convento de Nossa Senhora de Suberra da Castanheira.<sup>10</sup> As suas irmãs Leonor

<sup>10</sup> AMARAL, João José Miguel Ferreira da Silva Amaral, *Memória do Convento de Santo António da Castanheira e outros escritos do bacharel*, Coordenação, transcrição e estudo introdutório de João Bernardo Galvão Teles e Lourenço Correia de Matos, (texto policopiado), 2012.

de Noronha, Joana de Noronha e Juliana de Noronha foram freiras no convento de Nossa Senhora de Suberra na Castanheira. Foi pai de João de Ataíde (-1637) 4.º Conde da Castanheira (C.1600-1634) filho do primeiro casamento com Maria de Noronha. Casou-se com Maria de Vilhena filha de D. Francisco da Gama, 4.º Conde da Vidigueira e vice-rei da Índia. Depois casou-se com sua tia Lourença de Vilhena, filha de seu avô D. António de Ataíde e de sua terceira mulher a Condessa D. Maria de Vilhena. De ambos os matrimónios não houve descendência.

O título de 5.º Conde da Castanheira passou para D. António de Ataíde, irmão de D. Manuel de Ataíde e sobrinho de D. João 4.º Conde da Castanheira, terceiro filho do Conde D. António e de sua mulher Bárbara de Lara. Os seus relevantes serviços à coroa fizeram-no merecedor da parte de D. Filipe IV, do título de I Conde Castro de Aire, no ano 1625. Foi dado às letras com grande inclinação pela filosofia e foi também poeta. Casou com D. Ana de Lima, filha e herdeira de D. António de Lima, Senhor de Castro de Aire. Teve descendência, e faleceu em Lisboa em 1647. Jaz na capela-mor de S. Francisco, jazigo da casa de sua mulher.<sup>11</sup>

A casa da Castanheira passou então para o filho de D. António de Ataíde, Jerónimo de Ataíde (C. de 1559-1669), e 6.º Conde de Castanheira, 2.º Conde de Castro Daire. D. Jerónimo casou com Helena de Castro, filha de D. João de Castro, deste matrimónio não houve descendência. Por esse motivo, sucedeu na casa dos Ataídes a 7.ª Condessa da Castanheira, D. Ana de Lima, irmã de Jerónimo de Ataíde, Sr.ª de Castro de Aire, com tudo o que lhe pertencia e encartou seu marido que foi Simão Correia da Silva, comendador da Ordem de Cristo, General de Artilharia, e pelo casamento 7.º Conde da Castanheira. Tiveram descendência, mas não vingou. Devido a essa ocorrência, sucedeu D. Bárbara de Lara, irmã de Jerónimo de Ataíde, filha de António de Ataíde e de Ana de Lima e mulher de D. Álvaro de Castro, 1.º Marquês de Cascais. Casaram em 1637, e foram pais de D. Luís Álvares de Castro Noronha Sousa e Ataíde 2.º Marquês de Cascais, (1644-1720) passando deste modo a posse do convento da Suberra da Castanheira, para os Marqueses de Cascais. No ano de 1695, D. Luís Álvares de Castro Noronha Sousa e Ataíde, foi embaixador extraordinário de Luís XIV em França, também esteve em mais cortes europeias, Inglaterra, Holanda, Veneza e Alemanha. Foi casado com Maria Joana Coutinho. Desta união nasceram: Manuel José de Castro Noronha de Sousa Ataíde, 3.º Marquês de Cascais; Bárbara Isabel de Lara; Álvaro Pires de Castro e Noronha, Bispo de Portalegre; D. Fernando de Noronha,

---

<sup>11</sup> Idem.



9.º Conde de Monsanto; Ana Maria Coutinho e Manuel de Sousa de Castro Ataíde, 3.º Marquês de Cascais (1666-1742); que tomou posse da Casa e bens do Louriçal. Manuel Ataíde, casou com Luísa de Noronha e desta união nasceu D. Maria Josefa da Graça de Noronha. Esta senhora casou com Francisco Xavier Rafael de Menezes (1711-?), 2.º Marquês do Louriçal. Deste casamento nasceu D. Ana Josefa Maria da Graça de Menezes e Castro, Marquesa de Cascais, (1752-1762), para quem passou o título e os bens, onde se incluía o convento das freiras da Castanheira. Contudo, a marquesa morreu em 1762, sem descendência direta. Por esse motivo, sucedeu na Casa, o seu tio irmão do seu pai, Henrique de Menezes e Toledo, 3.º Marquês do Louriçal (1727-1787), em 1758 era o dono do convento das freiras Clarissas da Castanheira, facto confirmado pelas memórias paroquiais de 1758, onde o pároco refere na 10ª pergunta (pergunta referente à questão se tem conventos) «(...)Tem dois conventos (...) outro de religiosas franciscanas que fica na raiz do monte parte do Norte e de que é padroeiro o marquês do Louriçal (...)»<sup>12</sup>, ou seja o 3.º Marquês do Louriçal – Henrique de Menezes e Toledo. Através da pesquisa desenvolvida verificamos que se trata do Convento das freiras Clarissas de Subserra.

## 4. O mosteiro de Freiras Clarissas de Santa Maria de Subserra: Composição Descrição e Avaliação

Em 9 de abril de 1744, a Abadessa do mosteiro de Nossa Senhora de Subserra era a Madre Ana da Ressurreição, natural da Castanheira. Em 1748 faleceu com 54 anos, a Madre Soror Antónia Xavier, filha do 3.º Marquês de Cascais e cunhada do 2.º Marquês do Louriçal, proprietário do convento. Em 8 de novembro de 1753, foram eleitas para abadessa, a Madre Micaela Venância de Castro, e para Rodeira-Mor, D. Ana da Penha de França Peixoto. (Gazeta de Lisboa, 1744, 1748 e 1753).

O terramoto de 1755 afetou bastante este convento, na memória paroquial da vila da Castanheira o Pároco refere, relativamente ao convento de Subserra da Castanheira o seguinte:

---

<sup>12</sup> ANTT, Castanheira, Memórias paroquiais, vol. 9, n.º 191, p. 1243 a 1246.

*«Esta vila no Terramoto de 1755 ficou tão arruinada que apenas dez moradas de casas ficaram capazes de se habitar e só a ermida de N. Sr.<sup>a</sup> do Tojo ficou ilesa. (...) As casas já se acham quase todas reparadas e algumas melhores do que dantes» (...) «Todas as vilas do Ribatejo padeceram muito; foram maiores os estragos em Alhandra, Vila Franca, Povos e Castanheira; nesta, no mosteiro das religiosas de S. Francisco, morreram algumas religiosas e algumas pessoas (...)».*

Em 1760, solicitaram o auxílio régio para o pagamento das dívidas de monta que tinham, devido aos estragos avultados no edifício do convento, provocados pelo sismo de 1755. A administração do Marquês de Pombal recusou, alegando que tinham gastos exorbitantes, aos quais tinham que por Cobro. Perderam o apoio régio, acentuando-se deste modo a decadência do mosteiro.

Em 1811 as freiras de Santa Clara de Alenquer, foram transferidas para o convento da Castanheira, após a destruição do seu convento pelos invasores franceses. As Ordens religiosas foram extintas em 1834, por decreto de 30 de maio, primeiro as masculinas e depois as femininas, as freiras podiam permanecer nos conventos até à morte da última freira viva. No entanto, pediam a incorporação dos seus bens na Fazenda Nacional, à exceção dos objetos sagrados e paramentos, estes deveriam ser entregues aos ordinários das paróquias. Em 1838 as freiras do convento de Nossa Senhora dos Poderes em Vialonga, foram transferidas para o Convento de Suberra na Castanheira do Ribatejo, pelo facto de o seu convento estar em estado de ruína e inabitável.

Em 5 de março de 1860, e de acordo com as indicações do governo da época, dadas em 21 de julho de 1857, o convento de Nossa Senhora de Suberra foi descrito por *Soror*<sup>13</sup> ou irmã, Ana Margarida da Encarnação que na época era a Abadessa, e a freira, Matilde Ludovina de S. José que era a escritã do mesmo, dando origem a um auto de inventário dos objetos, livros documentos entre outros, (Vid. anexo 1). Participaram também desse ato, a pupila D. Maria Augusta Gonçalves, o padre António Eleutério Freire da Fonseca, o professor público da Castanheira do Ribatejo, Eduardo Eugénio Barreto, o regedor da freguesia, Camilo Cândido Pereira, o vice-presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Júlio Cid Larcher Roxo, escrivão da administração e Silvestre dos Santos oficial de diligências.

---

<sup>13</sup> Nome em latim dado às freiras que significa irmã.



Nesse ano, habitavam no convento de Nossa Senhora de Suberra 11 freiras, a Madre Superior ou Abadessa, era a irmã Ana Margarida da Encarnação, que era natural de Alhandra e professou os seus votos em 1797, e tinha 78 anos. A irmã Ana Felícia do Carmo tinha 80 anos, oriunda de Lisboa e entrou em 1788; a madre Matilde Ludovina de S. José de 71 anos, natural de Castelo Branco e entrou em 1801; a irmã Maria da Conceição de 87 anos, entrou em 1804 era natural de Alenquer; a irmã Gertrudes Violante do Céu com 87 anos, entrou em 1804 era natural de Setúbal; a irmã Ana Maria do Coração de Jesus com 70 anos, natural de Lisboa e entrou em 1808; a irmã Maria Antónia do Amor Divino com 63, entrou em 1813 e era de Lisboa; A irmã Maria José da Madre de Deus, tinha 57 anos, entrou em 1815 e era de Lisboa; a irmã Maria da Luz tinha 48 anos, entrou em 1828 e era de Lisboa; e por último a irmã Cândida Maria da Conceição, de 46 anos entrou em 1830 e era natural de Alenquer. Concluimos que eram cinco freiras de Lisboa, uma oriunda de Alhandra que na altura era a Madre Superior, e que tinha entrado no convento há mais tempo em 1797. As restantes, duas eram de Alenquer e uma de Castelo Branco. Tinham idades compreendidas entre os 46 e 87 anos. (Vid. Quadro n.º 2).

Sabemos também quem eram as seculares existentes na altura; a recolhida D. Teresa da Encarnação, as educandas D. Maria Francisca, D. Amélia Augusta de Carvalho e D. Adelaide Augusta de Carvalho. As pupilas e meninas do Coro eram: D. Maria Augusta do Coração de Jesus, era a freira organista, D. Rosa Maria de Assunção, D. Maria Cristina de Matos, D. Carolina Augusta Alves (Vid. Quadro n.º 3).

Como empregados no serviço interno e externo da comunidade conventual, no ano de 1860 existiam os seguintes colaborados: O Sr. Padre António de Santa Clara que era o capelão e confessor do convento, recebia 72 Réis anuais, comia no convento, era tratado na doença e tinha roupa lavada de cama e também direito a fazer barba. A veleira que era a Maria Joaquina e recebia 16#800 Réis anuais e comia no convento. As criadas da comunidade conventual eram as seguintes: Justina, Francisca Romana, Joana Maria, Tomásia de Jesus, Francisca Maria, Maria Rosa, Jesuína, Genoveva, Maria da Piedade e Ângela. Todas elas recebiam 8#000 Réis anualmente e comiam e tratava-se de doenças no convento. Existia ainda o Procurador-Geral, João Augusto Teixeira que recebia 150 Réis anuais, o Procurador Raimundo José Soares em Abrantes que recebia 72#000 Réis anuais. O criado Joaquim António Dinis que recebia anualmente 43#200 Réis e de comer. As criadas particulares – Maria Gertrudes, Maria Joana, Susana e Maria Jesuína, que eram pagas pelas religiosas a quem serviam, mas

que não são indicadas na documentação. Existia ainda o cirurgião do Partido, Dr. Manuel Joaquim da Fonseca Esguelha que recebia 30#000 Réis anuais.<sup>14</sup>

## Quadro 2 Freiras do Convento de Nossa Senhora de Subserra – 1860

| NOME DAS CONVENTUAIS                       | SUA IDADE | DATA DA ENTRADA | NATURALIDADE   |
|--------------------------------------------|-----------|-----------------|----------------|
| <i>Soror Maria Antónia do Amor Divino</i>  | 63        | 1813            | Lisboa         |
| <i>Soror Maria da Luz</i>                  | 48        | 1828            | Lisboa         |
| <i>Soror Gertrudes Violante do Céu</i>     | 87        | 1804            | Setúbal        |
| <i>Soror Maria da Conceição</i>            | 87        | 1804            | Alenquer       |
| <i>Soror Maria José da Madre de Deus</i>   | 57        | 1815            | Lisboa         |
| <i>Soror Maria Cândida</i>                 | 58        | 1818            | Lisboa         |
| <i>Soror Ana Felícia do Carmo</i>          | 80        | 1788            | Lisboa         |
| <i>Soror Ana Margarida</i>                 | 78        | 1797            | Alhandra       |
| <i>Soror Ana Maria do Coração de Jesus</i> | 70        | 1808            | Lisboa         |
| <i>Soror Matilde Ludovina de S. José</i>   | 71        | 1801            | Castelo Branco |
| <i>Soror Cândida Maria da Conceição</i>    | 46        | 1830            | Alenquer       |
| <b>Total</b>                               | 11        |                 |                |

Fonte: Convento das religiosas de Nossa Senhora de Subserra na Castanheira 5 de Março de 1860. Soror Ana Margarida da Encarnação Abadessa-Soror Matilde Ludovina de S. José, escritã – O vigário da Vara do Ribatejo António de Almeida o escrivão da Fazenda José Bernardo dos Anjos.

<sup>14</sup> ANTT, Convento das religiosas da Nossa Senhora da Subserra na Castanheira 5 de Março de 1860 – Soror Ana Margarida da Encarnação Abadessa – Soror Ludovina de S. José Escrivã – O vigário da Vara do Ribatejo.

**Quadro 3 Convento de Nossa Senhora de Suberra Seculares Existentes no Convento – 1860**

| RECOLHIDAS              | DATA DA ENTRADA E DA ORDEM QUE A AUTORIZOU       | EDUCANDAS                                                                              | DATA DA ENTRADA E DA ORDEM QUE AS AUTORIZOU                             | PUPILAS E MENINAS DO CORO                                                                                                     | DATA DA ENTRADA E DA ORDEM QUE AS AUTORIZOU                                                                                                        | OBSERVAÇÕES |
|-------------------------|--------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| D. Teresa da Encarnação | Decreto de S. Eminência de 5 de Novembro de 1851 | D. Maria Francisca<br>D. Amélia Augusta de Carvalho<br>D. Adelaide Augusta de Carvalho | D. de Dezembro de 1852<br>Ordem régia de 28 de Dezembro de 1855<br>Idem | D. Maria Augusta do Coração de Jesus<br>D. Rosa Maria de Assunção<br>D. Maria Cristina de; Matos<br>D. Carolina Augusta Alves | D. S. Eminência De 4 de janeiro de 1850<br>Idem Idem de 20 de Dezembro de 1854<br>Idem de 20 de Dezembro de 1854<br>Idem de 20 de Dezembro de 1854 | É organista |

Fonte: Convento das religiosas de Nossa Senhora de Suberra na Castanheira 5 de Março de 1860. Soror Ana Margarida da Encarnação Abadessa – Soror Matilde Ludovina de S. José escrivã – O vigário da Vara do Ribatejo António de Almeida o escrivão da Fazenda José Bernardo dos Anjos.

**Quadro 4 Empregados de ambos os sexos no serviço interno e externo da comunidade – 1860**

| EMPREGOS              | NOMES                          | TÍTULO PORQUE SERVEM     | VENCIMENTOS ANUAIS | OBSERVAÇÕES                                                |
|-----------------------|--------------------------------|--------------------------|--------------------|------------------------------------------------------------|
| Capelão e confessor   | O Padre António de Santa Clara | Provisão de S. Eminência | 72#000             | Comer, tratamento na doença e roupa lavada de cama e barba |
| Sacristão             | João                           | Nomeação das Religiosas  | 14#400             | Comer e o mesmo supra                                      |
| Veleira               | Maria Joaquina                 | Nomeação das Religiosas  | 16#800             | Comer só                                                   |
| Criadas da Comunidade | Justina                        | Nomeação das Religiosas  | 8#000              | Comer e tratamento na doença                               |

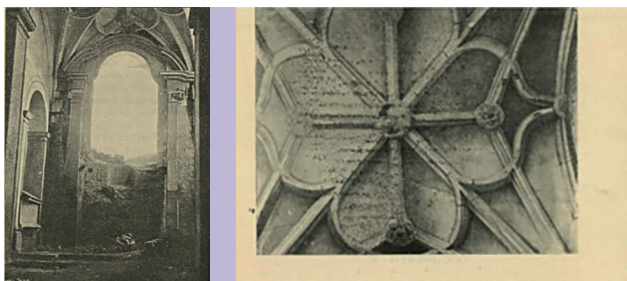
|                           |                                    |                         |          |                                    |
|---------------------------|------------------------------------|-------------------------|----------|------------------------------------|
|                           | Francisca Romana                   | Nomeação das Religiosas | 8#000    |                                    |
|                           | Joana Maria                        | Nomeação das Religiosas | 8#000    |                                    |
|                           | Tomásia de Jesus                   | Nomeação das Religiosas | 8#000    |                                    |
|                           | Francisca Maria                    | Nomeação das Religiosas | 8#000    |                                    |
|                           | Maria Rosa                         | Nomeação das Religiosas | 8#000    |                                    |
|                           | Jesuína                            | Nomeação das Religiosas | 8#000    |                                    |
|                           | Genoveva                           | Nomeação das Religiosas | 8#000    |                                    |
|                           | Maria da piedade                   | Nomeação das Religiosas | 8#000    |                                    |
|                           | Ângela                             | Nomeação das Religiosas | 8#000    |                                    |
| Procurador em Abrantes    | Raimundo José Soares Mendes        | Nomeação das Religiosas | 72#000   |                                    |
| Recebedor em Torres Novas | José Maria Queirós                 | Nomeação das Religiosas |          | 10% das entregas que faz           |
| Procurador-Geral          | João Augusto Teixeira              | Nomeação das Religiosas | 150 #000 |                                    |
| Criado                    | Joaquim António Diniz              | Nomeação das Religiosas | 43#200   | Comer                              |
| Criadas particulares      | Maria Gertrudes                    | Nomeação das Religiosas |          | É paga pela religiosa a quem serve |
|                           | Maria Joana                        | Nomeação das Religiosas |          | ---                                |
|                           | Susana                             | Nomeação das Religiosas |          | ---                                |
|                           | Maria Jesuína                      | Nomeação das Religiosas |          | ----                               |
| Cirurgião do Partido      | Manuel Joaquim da Fonseca Esguelha | Nomeação das Religiosas | 30#000   |                                    |
|                           |                                    | Total                   | 478#400  |                                    |

Assinado: Convento das religiosas da Nossa Senhora da Suberra na Castanheira 5 de Março de 1860 – Soror Ana Margarida da Encarnação Abadessa – Soror Ludovina de S. José, escrivã – O vigário da Vara do Ribatejo.

Concluímos que à data da extinção do convento a comunidade era composta por onze freiras e muitas delas de idade avançada.

#### 4.1. Descrição do convento e edifícios anexos de Nossa Senhora de Suberra – 1860

O edifício do convento, Igreja e cercas, confrontavam a Norte com terra e olival de José António da Silva Vidal, a Sul com terras de Domingos Teixeira Marques e a própria estrada de acesso ao convento, a Nordeste com terra denominada a Barrada, pertença do mesmo convento, e Sudeste com olival de Francisco de Faria Gouveia Zagalo.<sup>15</sup> O conjunto edificado era de grande envergadura, destacando-se a igreja de uma só nave, com a capela-mor com cinco altares, do lado direito tinha os túmulos de *D. Fernando de Ataíde e de sua mulher D. Leonor de Noronha*.<sup>16</sup> Era toda coberta por abóboda nervada (Figs. 7 e 8), com pedras de fecho esculpidas, assente sobre mísulas e tinha capelas laterais. O edifício era composto por dois andares, que integravam Portaria, com roda de expostos e Claustro, com duas laranjeiras e três árvores de fruto, tinha Coro de Cima, com entre Coro e Coro de Baixo com entre Coro. O interior era forrado de azulejos, datados do séculos-XVI-XVII, sendo que se conservam painéis de azulejos de grande qualidade, na Quinta de S. José do Marco em Castanheira do Ribatejo. (Figs. 9 e10).



**Fig. 7** Aspeto interior do convento de Nossa Senhora de Suberra Castanheira-Capela-Mor, visionando-se do lado direito os túmulos de D. Fernando de Ataíde e de sua mulher D. Leonor de Noronha. Foto: in *Boletim da Associação dos Archeologos Portugueses*, Tomo XII, n.º 9, janeiro a março de 1912.

**Fig. 8** Aspeto interior do teto da Capela-Mor do convento de Nossa Senhora de Suberra da Castanheira. Foto: in *Boletim da Associação dos Archeologos Portugueses*, Tomo XII, n.º 9, janeiro a março de 1912.

<sup>15</sup> ANTT- Doc. 7 – IV/A/1801 – Descrição do convento e edifícios anexos de Nossa Senhora de Suberra – na conformidade das instruções de 21 de julho de 1857- 5 de Março de 1860.

<sup>16</sup> Idem.



**Fig. 9** Paineis de azulejos do século XVIII, representando a conversão de Saul, proveniente do antigo convento de Nossa Senhora de Suberra, integrado na Quinta de S. José do Marco em Castanheira do Ribatejo. Foto: João Miguel dos Santos Simões, 1960-1970. Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian.

**Fig. 10** Paineis de azulejos do século XVIII, representando S. Bernardino de Siena, proveniente do antigo convento de Nossa Senhora de Suberra, integrado na Quinta de S. José do Marco em Castanheira do Ribatejo. Foto: João Miguel dos Santos Simões, 1960-1970. Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian.

No piso superior localizava-se o refeitório, com respetivos sótãos, três casas e uma cela no corredor do refeitório. Existiam ainda os dormitórios das criadas, uma casa de despejos, e uma cela com cozinha do lado do nascente.

No piso inferior tinha duas casas com portas para o claustro, a casa do noviciado, e quatro celas junto à casa do noviciado, casa de Cartório e dormitório de baixo com 13 celas. Dispunha de enfermaria, hospedaria, uma casinha e duas casas sem uso, devido ao seu mau estado de conservação.

No claustro de baixo havia uma Capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade, a Sacristia, a Capela do Sr. Jesus dos Passos, quatro casas de arrecadação, e ainda as Capelas de: S. João Baptista, da Natividade, de Nossa Senhora de Suberra e a Capela de Santa Rosa de Viterbo. O mesmo piso inferior apresentava ainda celeiro, Casa do Capítulo, uma casinha grande com depósito de água, um pátio, três casas térreas e uma casa para guardar a lenha.

Do ponto de vista agrícola era uma casa com muitas árvores de fruta, a descrição indica-nos que tinha uma cerca que continha dez árvores de fruta, um quintal com duas laranjeiras e uma parreira, uma outra cerca com dezoito laranjeiras, setenta e três árvores de diversas qualidades, seis parreiras e latadas,



outra cerca junto à propriedade do Sr. Leal com duas amendoeiras, e por último uma cerca nova com dez árvores diversas e uma vinha.

Tinha uma casinha junto ao forno, uma casa de amassar pão uma dispensa junto à casa de entrada, duas casinhas e um celeiro junto a portaria. No pátio de entrada localizavam-se duas cavalariças, um palheiro, e dois quartos.

Dispunham ainda de um Hospício com casas de entrada, três quartos, duas casas térreas, casa de despejo com quintal, aí existiam três árvores parreiras e um tanque. Fora do pátio do convento existia uma hospedaria, com quatro casas de sobrado e três casas térreas<sup>17</sup> para albergar os doentes, pobres e peregrinos.

Segundo o auto de avaliação de 5 de março de 1860 o convento e todos os edifícios urbanos foram avaliados em 4.000#000 Réis, a igreja e sacristia em 1.000#000 as cercas 1.000#000 o que perfazia o total de total 6.000#000.<sup>18</sup>

O património afeto ao convento era vasto, era composto por vários foros<sup>19</sup> e pensões de propriedades rurais e urbanas, títulos de crédito público e escrituras de empréstimos contraídos com os fundos do convento. Através da documentação consultada verificámos a existência de bens imóveis nos concelhos de Vila Franca de Xira, Alenquer, Golegã, Torres Novas, Arruda, Avis, Gavião, Sertã, Coruche entre outros. Tinha também foros dos extintos conventos de nossa Senhora dos Poderes em Vialonga (1833) e de Nossa Senhora da Esperança em Abrantes (1859). E cobravam-se foros entre 1849 e 1882, pertencentes a bens situados em S. Lourenço de Estremoz, Santo António do Couço, Santa Justa, provenientes do extinto convento de Vialonga, eram de 1849 a 1882.

Também detinham Ações da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, Certificados de dívida interna e inscrições que foram todos remetidos à junta de Crédito Público.

Os objetos de culto descritos em inventário (vid. Anexo), bem como uma campainha em prata, uma caldeirinha de prata, um véu de ombros bordado a ouro, foram entregues ao vigário da Vara do Ribatejo, o prior Joaquim da Luz de Sousa Mafra da freguesia de Santa Iria de Azóia em 8 de junho de 1885. Os objetos mencionados tinham sido pedidos pelo Conde de Almedina, Inspetor da Academia Real de Belas Artes de Lisboa, para o Museu de Belas Artes, tendo o seu desaparecimento dado origem a um processo-crime em 1890, do qual desconhece-se o desenlace e o paradeiro dos objetos.

---

<sup>17</sup> Ibidem.

<sup>18</sup> ANTT- Doc. 7 – IV/A/1801 – Descrição do convento e edifícios anexos de Nossa Senhora de Suberra – na conformidade das instruções de 21 de julho de 1857- 5 de Março de 1860.

<sup>19</sup> Prestação certa ou variável em géneros ou dinheiro.

Segundo informação do Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em artigo da autoria de Nogueira de Brito, datado de 1911, refere as relíquias que o convento tinha: um santuário de prata matizado de pedras preciosas vermelhas e verdes, contendo os ossos de onze santos, destacando-se uma âmbula com o sangue de um mártir, um cordão de S. Francisco de Assis, um dente de Santa Madalena; um Calvário com uma cruz em Prata dourada com relíquias de vinte santos e no alto da cruz um pedaço do santo lenho em que Nosso Senhor Jesus Cristo foi crucificado. Esta peça terá sido dada ao mosteiro pelo Bispo D. Jorge de Ataíde, o crânio de uma das onze mil virgens, foi doado por Manuel de Mello Coutinho Embaixador em Castela, junto do Imperador Carlos V, que recebeu a mesma relíquia e a doou ao mosteiro por intermédio da Condessa D. Ana de Távora.<sup>20</sup>

O convento de Suberra da Castanheira para além das mercês Régias, recebia do Conde D. António de Ataíde todo o trigo e legumes de que necessitava. Era um espaço conventual modesto, como era comum aos espaços conventuais da Ordem de S. Clara de Assis, despojadas dos bens terrenos, a população feminina que o integrava apesar de grande parte pertencer à nobreza aristocrática da época, os dotes que essas freiras pertencentes à nobreza possuíam, eram empregues nas despesas de manutenção da casa, no acolhimento dos pobres e doentes e a crianças expostas provenientes da Roda, que acolhiam e tratavam certamente na hospedaria e enfermaria.

Sabemos que no tempo da Abadessa Maria Micaela viviam no convento 48 religiosas, cada uma consumia 24 alqueires de trigo, por ano num total de 19 moios e quarenta alqueires de trigo. As quartas dos criados e criadas da comunidade importavam em 6 moios de cevada, ficando 4 moios e 36 alqueires para o gasto das bestas que serviam o convento.

As rendas de que dispunham e os foros de bens imóveis importavam em 312#240 Réis, os juros Reais eram de 761#416 Réis, A renda de frutos era de vinte moios e cinquenta e um alqueires e meio de trigo e dez moios e 36 alqueires de cevada.

As despesas que tinham com o pessoal que servia no convento, como padres, donatos, criados, advogados, procuradores, médico, sangrador, cirurgião, ferradores, guardas, boticário, as religiosas, a enfermaria, a sacristia com despesas de cera, azeite, vinho, hóstias, importava sem incidentes extraordinários, segundo informação da Madre Maria Micaela em 2. 717#620 Réis, por volta do ano de 1607.

---

<sup>20</sup> BRITO, Nogueira de O *Mosteiro de Sub-Serra da Castanheira*, in Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes, TomoXII, n.º 6, abril a Junho de 1911.



**Fig. 11 e 12** Aspeto geral do convento de Nossa Senhora de Suberra da Castanheira. Foto: in *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguese*, Tomo XII, n.º 9, janeiro a março de 1912.

O convento de Nossa Senhora de Suberra, foi extinto tal como todos os conventos em Portugal, após a extinção das ordens religiosas por imposição legal de 1834, e por Decreto de 29 de março de 1890. O edifício do convento, a igreja e cerca, foram concedidos provisoriamente à Junta de Paróquia da freguesia de S. Bartolomeu da Castanheira, para a sede da mesma, casa de residência do Pároco e escolas de instrução primária de ambos sexos. Todas as despesas com as obras de adaptação do espaço ficavam a cargo da Junta da paróquia, e no caso de não ser utilizado nesse âmbito reverteria para os bens da Fazenda Nacional, sem indemnização e no estado em que estiverem os referidos bens, se no caso de dois anos não forem utilizados para o fim a que estavam destinados.<sup>21</sup> Deste vastíssimo património pouco resta, as ruínas do convento de freiras clarissas de Suberra da Castanheira, perduraram na paisagem até 1985, ano em que foram totalmente arrasadas, para dar lugar à construção de uma conduta da Empresa Pública de Águas – EPAL, para reforço de abastecimento de água potável à cidade de Lisboa, sem a concordância da autarquia e dos serviços de património públicos na altura IPPC, apenas com a consonância dos proprietários, não sendo possível a sua preservação pela ausência de instrumentos legais de proteção, era património não classificado o que não permitia a sua proteção legal. Restaram

<sup>21</sup> Diário do Governo n.º 14 de 2 de Abril de 1890.

algumas epígrafes sepulcrais, alguns elementos arquitetónicos no adro da igreja de S. Bartolomeu da Castanheira e os painéis azulejares de grande qualidade artística (já mencionados) integrados na propriedade particular da quinta de S. José do Marco em Castanheira do Ribatejo.

## Bibliografia

### FONTES

#### ANTT

Castanheira, Memórias paroquiais, vol. 9, n.º 191, p. 1243 a 1246

Cartório do Convento da Trindade, L.º 75, fl. 119-V.º.

Província de Santo António, Maço 17.

Ordem dos Frades Menores, província de Santo António, Maço 17, Santo António dos Capuchos; maço 19, Convento do Soveral, 1 Maço 12.

AMARAL, João José Miguel Ferreira da Silva Amaral, *Memória do Convento de Santo António da Castanheira e outros escritos do bacharel*, Coordenação, transcrição e estudo introdutório de João Bernardo Galvão Teles e Lourenço Correia de Matos, (texto policopiado), 2012.

COSTA, Padre António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa E Descripçam do Famoso Reyno de Portugal...*, Tomo III, Lisboa, 1712.

*Florilégio*, S. Francisco de Assis, Editorial Estampa, Lisboa, 1991.

MENDONÇA, Joaquim José de, *História Universal dos terremotos, que tem havido no Mundo, que há notícia, desde a sua criação até ao século presente*, Ed. Lisboa: na oficina de António Vicente da Silva, 1758

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *O Carmo e a Trindade, Subsídios para a História de Lisboa*, Vol. I, Ed. Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1939.

SOLEDADE, Frei Fernando da, *História Serafica Chronologica da Ordem de S. Francisco, na Provincia de Portugal*, Tomo IV, Lisboa, 1709, p.666.

### SITIOS CONSULTADOS NA INTERNET

Gazeta de Lisboa, 24 de junho 1728. <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Gazeta-deLisboa/GazetadeLisboa.htm> consulta em 17/4/2020, 14h45m.

*PatrimónioKito5*, *Património Arquitetónico edificios conventuais Capuchos*, IRHU/IGespar. [https://www.google.com/search?rlz=1C1GCEA\\_enPT786PT786&sxsrf=AOaemvLPkpcy-QXxVCsUeHLIIPckNm\\_zqTg:1642071381025&q=Kites+patrimonio+kit+5+arquitetonico&spell=1&sa=X&ved=2ahUKEwi3-vHKyK71AhVyxoUKHWrqBZsQBSgAegQIARA3&biw=-1366&bih=625&dpr=1#Kits-13-1-2022](https://www.google.com/search?rlz=1C1GCEA_enPT786PT786&sxsrf=AOaemvLPkpcy-QXxVCsUeHLIIPckNm_zqTg:1642071381025&q=Kites+patrimonio+kit+5+arquitetonico&spell=1&sa=X&ved=2ahUKEwi3-vHKyK71AhVyxoUKHWrqBZsQBSgAegQIARA3&biw=-1366&bih=625&dpr=1#Kits-13-1-2022).

*O Mosteiro da Suberra da Castanheira*, in Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes, 5ª Série, Tomo XII, n.º 6, Abril a Junho de 1911. [http://museuarqueologicodocarmo.pt/publicacoes/arqueologia\\_historia/serie\\_5/Tomo%20XII/AH\\_serie5\\_TomoXII\\_Bol6.pdf](http://museuarqueologicodocarmo.pt/publicacoes/arqueologia_historia/serie_5/Tomo%20XII/AH_serie5_TomoXII_Bol6.pdf) Consulta em 13-1-2022.

## Anexo

*Inventário das Alfaias, vasos sagrados e todos os mais objetos pertencentes ao culto e que existiam na igreja do extinto convento das Religiosas de Subserra da Castanheira que hoje são entregues, em virtude da ordem superior ao Meritíssimo Vigário da Vara do Ribatejo o Reverendo prior da Freguesia de Santa Iria da Azóia, Joaquim da Luz Sousa Mafrá, devidamente autorizado, para o receber por sua eminência o Sr. Patriarca (Cardeal)*

1. Um cálice de prata dourada com indicação de ter quinze onças e quatro oitavas e meia de peso
2. Um dito de prata com indicação de ter trinta e uma onças e uma oitava de peso.
3. Um cofre de prata para lavatório, tendo a indicação de pesar onze onças e 3 oitavas.
4. Um par de galhetas de prata com a indicação de pesar dezanove onças e meia oitava
5. Uma custódia de prata com indicação de pesar sessenta e uma onça e meia.
6. Um purificador de prata com a indicação de pesar cinco onças e cinco oitavas.
7. Um vaso sagrado de prata dourada com a indicação de pesar vinte e seis onças e cinco oitava.
8. Um dito pequeno com a indicação de pesar treze onças e três oitavas.
9. Um painel representando a Ceia do Senhor.
10. Um dito representando os Passos do calvário.
11. Um painel representando S. Francisco.
12. Um painel representando Santa Clara.
13. Um painel representando S. António.
14. Um painel representando a Virgem Maria Sr.<sup>a</sup> da Graça.
15. Um painel representando S. Francisco de Paula.
16. Uma imagem do Senhor dos Passos.
17. Uma imagem representando a Virgem Maria Senhora de Subserra.
18. Uma imagem do Calvário.
19. Dois quadros representando a Paixão do Senhor.

20. Uma imagem de Santa Rosa.
21. Uma imagem de Santa Clara.
22. Uma imagem de Santa Úrsula.
23. Um Santo Cristo.
24. Um painel representando o Pai Eterno.
25. Um painel representando a Virgem Maria Senhora da Piedade.
26. Uma imagem de S. João Baptista.
27. Dois vultos de S. Francisco.
28. Dois vultos de Santa Clara.
29. Um de Santo António.
30. Quatro tocheiros de madeira.
31. Quatro castiçais grandes de estanho.
32. Quatro castiçais pequenos.
33. Um esquife de madeira.
34. Quatro bancadas de vinhático.
35. Uma estante de quatro faces.
36. Um órgão.
37. Uma estante de madeira pequena.
38. Uma imagem da Virgem Maria Senhora dos Poderes.
39. Uma imagem da Virgem Maria Senhora da Conceição.
40. Uma imagem da Virgem Maria Senhora da Encarnação.
41. Uma imagem de S. José e o Menino Jesus.
42. Uma dita de S. Carlos Borromeu.
43. Uma dita de S. Francisco.
44. Um painel representando o Santo Cristo no Calvário.
45. Um dito representando a Senhora do Desterro.
46. Um dito representando S. Miguel.
47. Um dito representando o Jordão.
48. Um dito representando Santa Teresa.
49. Um dito representando S. Cristóvão.
50. Um dito representando S. Francisco de Paula.
51. Um dito representando S. Bento.
52. Um dito representando O Encontro na Rua da Amargura
53. Um dito representando S. Tobias.
54. Um dito representando S. Cristo.
55. Um dito representando S. António.
56. Um dito representando Virgem Maria Senhora do Capítulo.

57. Um dito representando Virgem Maria Senhora Sr.<sup>a</sup> da Graça.
58. Um dito representando S. Francisco.
59. Uma imagem de S. Dimas.
60. Uma dita do Senhor dos Passos.
61. Uma dita do Senhor Morto.
62. Um painel representando o Ece Homo.
63. Cinco quadros representando os Passos do Senhor.
64. Um painel representando S. Caetano.
65. Um painel representando S. Jacinto.
66. Uma imagem do Santo Cristo.
67. Uma imagem de Santa Clara.
68. Uma imagem do menino Jesus.
69. Uma imagem de S. Caetano.
70. Um quadro representando Santa Gertrudes
71. Um quadro representando a Virgem Maria Senhora do Carmo.
72. Um dito representado S. Isabel.
73. Um dito representando o Senhor da pedra Fria.
74. Quatro crucifixos de madeira.
75. Uma imagem da Virgem Maria Senhora de Subserra.
76. Uma imagem da Virgem Maria Senhora da Conceição.
77. Uma imagem de Nosso Senhor amarrado à coluna.
78. Uma imagem de Nosso Senhor da Cana Verde.
79. Uma imagem de S. Tomás de Cantuária.
80. Uma imagem de S. Benedito.
81. Uma imagem de S. João Evangelista.
82. Uma imagem de S. Pedro.
83. Uma imagem de S. João Baptista.
84. Uma imagem de S. Miguel.
85. Uma imagem de S. Sebastião.
86. Uma imagem de S.<sup>a</sup> Clara.
87. Duas imagens de S. Francisco.
88. Dois painéis colocados no alto das paredes laterais da Capela Mor.
89. Dez painéis colocados no alto das paredes laterais da igreja.
90. Um turíbulo de latão.
91. Uma naveta de latão.
92. Uma campainha de latão.
93. Duas alâmpadas de latão.



94. Seis castiçais de metal dourado do altar-mor.
95. Oito castiçais pequenos dos colaterais altares.
96. Trinta e seis pequenos de estanho que servem no trono.
97. Uma bacia e jarro de estanho.
98. Seis castiçais de estanho.
99. Doze jaras pequenas com flores de papel.
100. Uma imagem de St.º António com o Menino Jesus.
225. Um trono de Altar-mor uma maquina e um sacrário.

Vila da Castanheira e extinto Convento das Religiosas da Virgem Maria Senhora de Subserra, 19 de Novembro de 1855.

Assinado o Administrador do concelho – e Doc. N.º 10 – Auto do Inventário dos bens do convento – 1883 – cx.1968 – IV/A/2 (14)

*Auto do que se encontrou no convento de Nossa Senhora de Subserra da Castanheira no Concelho de Vila Franca de Xira. 1883, 28 dias do mês de setembro. No convento de nossa senhora de Subserra da Castanheira da freguesia de S. Bartolomeu, do concelho de Vila Franca de Xira. Onde se achava o cidadão Camilo Cândido Pereira, vice-presidente da Câmara municipal de Vila Franca de Xira servindo de administrador do concelho, Júlio escrivão, e respetivo oficial de diligências Silvestre dos Santos e testemunhas adiante designadas – Achando se presente a Soror Cândida Maria da Conceição, pôs logo a disposição da autoridade administrativa todas as casas do convento, com exclusão das celas ainda ocupadas por algumas pupilas, por conterem apenas segundo disse objetos de uso particular e não pertencentes ao convento e o reverendo padre António Eleutério Freire da Fonseca, a fim de se proceder a inventário dos objetos, livros, documentos e tudo mais que pertence a este convento, conforme foi ordenado por sua Ex.ª o Conselheiro Governador Civil do Distrito de Lisboa, pelo mesmo Sr. Administrador.*

*O Senhor Administrador na presença da religiosa e mais pessoas a este auto declarou imediatamente o inventário pela forma seguinte:*

### **Casa que serve de cartório**

1. Um livro dos Foros do extinto convento da Senhora da Esperança de Abrantes-1859
2. Um livro dos Foros do extinto convento de Torres Novas.
3. Um livro de Foros do Alentejo tendo na encadernação gravado em letras douradas Dona Maria.

4. Um dito de rendas do extinto mosteiro da Esperança com a data de 1820.
5. Um dito de Foros de Nossa senhora dos Poderes de Vialonga-1778.
6. Um dito de foros do casal do Rebanque
7. Um dito de Foros do extinto convento de Alenquer
8. Um dito de Foros do Convento da Castanheira
9. Um dito memorial de todas as rendas pertencentes ao mosteiro da Castanheira.1802.
10. Um dito dos Assentos das Religiosas que estão sepultadas no coro de baixo 1678.
11. Um dito escrito pelo Bacharel João José Miguel Ferreira da Silva Amaral em 1852, relativo ao mosteiro e com a relação nominal das religiosas naquela data de inscrição no convento.
12. Um livro de rendas do mosteiro da Castanheira em 1809.
13. Um dito de assento das entradas e profissões das religiosas do Mosteiro da Castanheira.
14. Um dito de patentes, sendo a primeira de 1634, não tendo o começo por lhe faltar folhas.
15. Um dito de patentes.
16. Um dito do tombo das terras de Azambuja com termo de abertura de 1755
17. Um dito das terras e propriedades pertencentes ao mosteiro de Vialonga.
18. Um dito manuscrito de bens do mosteiro tendo na ultima folha a designação de: «pertence à capela e fazenda de António Dinis».
19. Um dito dos juros que cobrava o mosteiro de Vialonga em 1778
20. Um dito de todos os rendimentos do mosteiro da Castanheira em termo de 1855.
21. Um dito de foros e outros rendimentos do mesmo mosteiro, com termo de 1836.
22. Um dito de rendas com índice, numerado da f. 1 a 79 artigos.
23. Um livro de foros do extinto convento de Vialonga.
24. Um dito das fazendas deste mosteiro escrito de 1690 a 1693.
25. Um dito de descrição de propriedades do Alentejo feita por os documentos existentes no cartório.
26. Um dito de contas das capelas que as religiosas do mosteiro de Vialonga tinham de cumprir em 1792.
27. Um dito dos assentos de missas que entraram para o mesmo mosteiro – 1752.
28. Um dito dos foros que o mesmo mosteiro tem em Alverca.

29. Um dito dos foros pensões e mais rendimentos do mosteiro e obrigações da comunidade.
30. Um dito de assentos das religiosas que professaram no convento de Vialonga em 1739
31. Um dito de patentes de 1723
32. Um dito pequeno de algumas obrigações da comunidade de 1768
33. Um dito de rendas e foros do convento de Vialonga.
34. Um livro da fundação do convento de Vialonga e desocupação de bens 1615
35. Idem
36. Um maço cometendo escrituras do mosteiro de Alenquer
37. Idem
38. Idem
39. Idem
40. Idem
41. Idem
42. Idem
43. Idem
44. Idem
45. 2 Armários de pinho
46. 4 Cadeiras de pinho
47. 1 Banca de abas madeira de fora
48. 1 Banca de pinho
49. 1 Escrivantina de pau-santo
50. 1 Baú
51. 1 Caixa de madeira tendo na tampa uma estrela embutida
52. 1 Cofre de madeira de carvalho
53. 1 Cofre de madeira de vinhático c 3 fechaduras
54. 1 Caixa velha de madeira de pinho
55. 2 Armários de casquinha
56. 1 Degrau de madeira de pinho
57. 1 Certificado com o n.º 5 de dívida interna fundada do valor nominal de reis de 19 contos e duzentos mil
58. 1 Certificado c o n.º 479 de dívida interna fundada do valor nominal de reis sete contos e trezentos e cinquenta mil
59. 1 Inscrição de dívida interna fundada de juro de 3 por cento n.º 850 no valor nominal de reis 5 contos.

60. 3 Inscrições de dívida interna fundada de juro de 3 por cento n.ºs 56.601,56,604,65,177 do valor nominal cada uma reis um conto.
61. 3 Inscrições de dívida interna 500 mil reis
62. 23 Inscrições e dívida interna cada uma de cem mil reis
63. 3 Certificados de dívida interna cada um de 50 mil reis
64. Uma apólice com o n.º 366 do empréstimo aberto em 13 de novembro de 1830 do capital nominal de 200 mil reis.
65. 3 Ações da companhia de Grão-Pará cada uma no valor 400 mil reis.
66. 1 Cálice de prata dourada com a indicação de ter 15 onças e 4 oitavas e meio de peso
67. Um cálice de prata de 31 onças e 1 oitavo de peso
68. 1 Copo de prata para o lavatório 11 onças e 3 oitavas
69. 1 Par de galhetas de prata 19 onças e meia oitava.
70. Uma custódia com 61 onças e meia de prata
71. 1 Purificador de prata 5 onças e 5 oitavo 1 vaso sagrado de prata dourada 26 onças e 5 oitavas
72. Um vaso sagrado de prata dourada
73. Um vaso pequeno 13 onças e 3 oitavas

### **Casa que servia de refeitório**

74. 6 Bancas de pinho velhas
75. 1 Armário dito
76. 1 Pannel representando a ceia do Senhor
77. 1 Dito representando os Passos do Calvário
78. 1 Dito representando S. Francisco
79. 1 Dito representando S.ª Clara
80. 1 Dito representando St.º António
81. 1 Dito representando Nossa Senhora das Graças
82. 1 Dito representando S. Francisco de Paula
83. 2 Candeeiros de arame

### **Capelas do Claustro**

84. 1 Imagem do Senhor dos Passos
85. 1 Dita de Nossa Senhora de Subserra
86. 1 Dita do Calvário
87. 2 Quadros representando a Paixão do Senhor
88. 1 Imagem da Senhora da Piedade (riscada)

- 89. 1 Dita de Santa Rosa
- 90. 1 Dita de Santa Clara
- 91. 1 Dita de Santa Úrsula

### **Casa do Capítulo**

- 92. 1 Santo Cristo
- 93. Um Painel representando O Padre Eterno
- 94. Um dito representando Nossa Senhora da Piedade.
- 95. 1 Imagem de S. João Baptista
- 96. 2 Vultos de S. Francisco
- 97. 2 Ditos de Santa Clara
- 98. 1 Santo António
- 99. 4 Tocheiros de madeira
- 100. 4 Ditos grandes de estanho
- 101. 4 Ditos pequenos de dito
- 102. 1 Esquife de madeira

### **Coro de Cima**

- 103. 4 Bancadas de vinhático
- 104. 1 Estante de 4 faces
- 105. 1 Órgão
- 106. 1 Estante de madeira pequena
- 107. 2 Cadeiras
- 108. 1 Imagem de Nossa Senhora dos Poderes
- 109. 1 Imagem de Nossa Senhora da Conceição
- 110. 1 Dita de Nossa Senhora da Encarnação
- 111. 1 Dita de José e o Menino Jesus
- 113. 1 Dita de S. Francisco
- 114. 1 Painel representando santo cristo e o calvario
- 115. 1 Dito representando a Senhora do Desterro
- 116. 1 Dito representando S. Miguel
- 117. 1 Dito representando o Jordão
- 118. 1 Dito representando Santa Teresa
- 120. 1 Dito representando S. Francisco de Paula
- 121. 1 Dito representando S. Francisco de Paula
- 122. 1 Dito representando O Encontro na Rua da Amargura
- 123. 1 Dito representando S. Tobias

- 124. 1 Dito representando o Santo Cristo
- 125. 1 Dito representando S. António
- 126. 1 Dito representando Nossa Senhora do Capítulo
- 127. 1 Dito representando Senhora das Graças
- 128. 1 Dito representando S. Francisco
- 129. 1 Imagem de S. Dimas

### **Coro de Baixo**

- 130. 1 Imagem do Senhor dos Passos
- 131. 1 Imagem do Senhor Morto
- 133. 5 Quadros representando os passos do Senhor
- 134. 4 Bancos de madeira

### **Casa da roda**

- 135. 1 Banca velha de madeira de pinho
- 136. 2 Estrados velhos de madeira de pinho
- 137. 1 Painel representando S. Caetano
- 138. 1 Dito representando S. Jacinto

### **Casa da portaria**

- 140. 1 Imagem de Santo Cristo
- 141. 1 Imagem do Menino Jesus
- 142. 1 Imagem de S. Caetano
- 143. 1 Quadro representando S. Gertrudes
- 144. 1 Quadro representando Nossa Senhora do Carmo
- 145. 1 Quadro representando S. Isabel
- 146. 1 Quadro representando O Senhor da Pedra Fria
- 147. 4 Cadeiras de braços de madeira ordinária

### **Casa denominada grade clara**

- 148. 1 Banquinha de madeira
- 149. 4 Canapés de palhinha
- 150. 7 Cadeiras de palhinha
- 151. 1 Banco de madeira
- 152. 2 Bancas

### Casa denominada da grade escura

153. 2 Bancas de madeira de pinho

154. 7 Cadeiras

155. 1 Banco

### Casa que serve de amassaria

156. 1 Peneiro

157. 2 Alguidares de amassar

158. 2 Caixas de guardar farinha

### Casa que serviu de cozinha

159. 2 Caldeirões de ferro grandes

160. 1 Caldeirão de ferro pequeno

161. 3 Tachos de arame

162. 1 Caçarola de ferro grande

163. 1 Caçarola de ferro pequena

164. 2 Sertãs de cobre

165. 1 Fogareiro de cobre

166. 3 Talhas de barro para azeite, grandes

167. 5 Ditas pequenas

168. 1 Dita de folha pequena

169. 1 Bilha de folha

170. 1 Jogo de medidas de folha de pote para baixo

171. 2 Funis de folha

172.

### Torre

172. 1 Sino grande de bronze

173. 1 Dito pequeno

### Igreja

174. 4 Crucifixos de madeira

175. **1 Imagem de Nossa Senhora de Subserra**

176. 1 Imagem de Nossa Senhora da Conceição

177. 1 Imagem do Senhor Jesus Amarrado à Coluna

178. 1 Imagem do Senhor Jesus da Cana Verde

179. 1 Imagem de S. Tomás de Cantuária



- 180. 1 Imagem de S. Benedito
- 181. 1 Imagem de S. João Evangelista
- 182. 1 Imagem de S. Pedro
- 183. 1 Imagem de S. João Baptista
- 184. 1 Imagem de S. Miguel
- 185. 1 Imagem de S. Sebastião
- 186. 1 Imagem de Santa Clara

### Imagens existentes no Coro (inventario de 1860-soror Ana Margarida da encarnação)

Nossa Senhora dos Poderes  
Nossa Senhora da Conceição  
Nossa Senhora da Encarnação  
S. José com o menino Jesus

- 187. 2 De S. Francisco
- 188. 2 Painéis colocados no alto das paredes laterais da capela-mor
- 189. 10 Painéis colocados ao alto das paredes laterais da igreja
- 190. 1 Turíbulo de latão
- 191. 1 Naveta de latão
- 192. 1 Campainha
- 193. 2 Lâmpadas de latão
- 194. 6 Castiçais de altar de metal dourado do altar-mor
- 195. Oito Castiçais
- 196. 36 Castiçais
- 197. Uma bacia e jarro do mesmo metal
- 198. 6 Castiçais de estanho
- 199. 12 Jarras pequenas com flores de papel
- 200. Uma imagem de S. António com o menino Jesus
- 201. 1 Resplendor e 3 setas de prata pertencentes a imagem de S. Sebastião descrita neste inventario com n.º 185
- 202. 1 Meia-lua de prata da Nossa Senhora da Conceição n.º 176
- 203. Um fio de contas de vidro tendo pendente um laço de prata e estrela com raios de ouro todo cravejado de diamantes brancos pertencente a imagem de N. Senhora da Conceição n.º 176
- 204. Um resplendor pequeno de prata da imagem de Jesus Cristo n.º 200
- 205. 1 Resplendor de prata pertencendo a imagem de S. Caetano n.º 142

- 206. 1 Alampada grande de latão
- 207. 8 Castiçais de madeira dourada
- 208. 1 Imagem de Santa Sancha
- 209. 1 Chave de prata pertencente ao sacrário com fita de seda branca bordada a ouro
- 210. Duas palmatorias de metal amarelo

### **Sacristia**

- 211. 1 Crucifixo grande
- 212. 2 Painéis
- 213. 1 Banco forrado de damasco encarnado
- 213. Um dito de pinho
- 214. Um dito de pinho forrado
- 215. Uma banca de pinho
- 216. 2 Estantes de madeira
- 217. 3 Ditas de altar
- 218. 1 Par de galhetas de vidro
- 219. 1 Arcaz
- 220. 1 Cadeira forrada de chita encarnada
- 221. 1 espelho em quadro dourado

### **Casa de arrecadação**

- 222. 1 Imagem de N Senhora da piedade
- 223. Um resplendor pertencente a ela
- 224. 1 Imagem de Maria Madalena
- 225. Um diadema de prata da dita imagem
- 226. 1 Imagem de nossa senhora das dores
- 227. 1 Imagem de S. João Evangelista
- 228. 1 Imagem de Nossa senhora das Dores
- 229. Pequena espada de prata pertencendo à mesma
- 230. Bordão de prata pertente à imagem de Santa Clara n.º ?
  
- 231. Uma cabeça de S. João Baptista
- 232. Um grupo denominado a Adoração do menino Jesus composto de Nossa Senhora, S. José, o menino Jesus e os três Reis Magos
  
- 233. 1 Setial de damasco amarelo com cortinas encarnadas

- 234. 1 Par de cortinas lisas rosa do trono
- 235. 17 Cortinas para armar a igreja
- 236. 2 Casulas de damasco branco
- 237. 2 Encarnadas
- 238. 2 Roxas
- 239. 1 Casula de cetim preto
- 240. 1 De damasco verde
- 241. 1 De damasco encarnado
- 242. 1 De damasco roxo
- 243. 1 De damasco verde
- 244. 12 Bolsas corporais de cores diferentes
- 245.
- 246. 26 Amitos de linho
- 247. 5 Panos de estante de damasco de cores diferentes
- 248. Uma umbela de damasco branco usada
- 249.
- 250.
- 251.
- 252.
- 253.
- 254.
- 255. 1 Pálio roxo de tela em tecido de ouro falso.
- 256.
- 257.
- 258.
- 259. 1 cofre de madeira com lados de madre pérola que serve para encerrar o santíssimo Sacramento nas quintas-feiras Santas

O Administrador do concelho disse, mais nada a declarar e disse que o património foi transferido para lugar seguro, todos objetos sob sua guarda e responsabilidade.

### **Casa denominada o hospício**

- 337. 2 Bancas de pinho
- 338. 1 Armário de pinho
- 339. 2 Estantes

- 340. 1 Barra de ferro
- 341. Um Enxergão
- 342. 1 Banco de pinho
- 343. Dez cadeiras
- 344. 1 Candeeiro de latão
- 345. Uma Sineta
- 3 painéis de S. Francisco, senhor dos passos e nossa senhora

### **Casa denominada hospedaria**

- 346. 4 Barras de ferro
- 347. 1 Enxergão
- 348. 3 – Bancas ordinárias de pinho
- 349. 9 Cadeiras

### **Convento**

- 350. 9 Sinetas
- 351. 1 Quadro de S. Sebastião que estava na portaria exterior
- 352. Uma pedra de rosário em forma de peanha





# “Não mais Além” Monumento às Linhas de Torres Vedras em Alhandra

Henrique de Sousa Natário<sup>1</sup>  
Maria João Martinho<sup>2</sup>

## RESUMO

O Monumento às Linhas de Torres, em Alhandra é o objecto do nosso estudo neste artigo, que irá dar uma perspetiva de contextualização, dando conta dos acontecimentos históricos que determinaram que anos mais tarde se decidisse a sua edificação. Para além de estabelecermos uma inevitável cronologia da obra, far-se-á ainda uma resenha acerca da fortuna estética do monumento.

Palavras-chave: Linhas de Torres, Monumento, Hércules, Invasões Francesas, Alhandra.

Perto da vila de Alhandra, no arranque da Subserra, pode-se distinguir por entre as árvores uma coluna branca encabeçada por uma estátua. Esta estátua é a figura de Hércules, e o conjunto é o Monumento às Linhas de Torres e seus Defensores, sendo este monumento o objecto do nosso estudo.

O presente artigo tem assim o propósito de sistematizar e transmitir todos os aspectos que nos são conhecidos acerca da história e características do Monumento às Linhas de Torres Vedras, enfatizando aqueles que prenderam de certo modo a nossa atenção neste processo de pesquisa. A informação obtida

---

<sup>1</sup> Técnico Superior de História na Câmara Municipal de Lisboa. Pós-Graduado em História Militar pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

<sup>2</sup> Historiadora da Arte do Departamento de Educação e Cultura / Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus / Setor de Património Histórico da CMVFX. Licenciada em História, variante de História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.





**Fig. 1** Aspecto geral do Monumento às Linhas de Torres. 24 março 2011. IMG-1580 (DCI da CMVFX).

consubstancia-se grosso modo nos documentos existentes no Arquivo Histórico Militar de Lisboa, onde se encontra depositado o relatório de Joaquim da Costa Cascais – autor do projeto do monumento – e a correspondência diversa trocada acerca do processo de construção da referida obra.

## Contextualização

No âmbito da observação do Monumento às Linhas de Torres, não se pode deixar de contextualizar as ditas Linhas de Torres, integrando o paradigma das Invasões Francesas, que decorrem entre 1807 e 1811<sup>3</sup>.

As Invasões Francesas revestem-se de uma grande carga antecedente, ao que podemos seguramente remontar à Revolução Francesa, ou até mesmo à Revolução Americana, que veio a fomentar e influenciar a primeira. Depois disto, podemos referir a Campanha do Rossilhão, em 1793<sup>4</sup>, e as intervenções da frota do Marquês de Nisa, entre 1797 e 1799<sup>5</sup>, em colaboração com o Vice-Almirante Nelson, o afamado vencedor das Batalhas do Aboukir e de Trafalgar.

Depois destas agressões por parte da Monarquia Portuguesa à França Revolucionária, o primeiro momento de retaliação francesa surge-nos por meio da Guerra das Laranjas, sob a forma de uma invasão espanhola, em 1801, na qual Portugal perde Olivença. Só neste momento são cessadas as hostilidades bélicas entre Portugal e França iniciadas em 1793, mas estas subsistem no mundo diplomático, principalmente quando é decretado o Bloqueio Continente por Napoleão Bonaparte, em 1806.

Em outubro de 1807, é celebrado secretamente, entre Espanha e França, o Tratado de Fontainebleau, que previa a conquista e divisão de Portugal. Contudo, a ameaça de invasão já se sentia a algum tempo em Portugal, que se debatia com a iminência do ataque, apesar de se ter aderido ao Bloqueio Continental<sup>6</sup>.

Esta invasão concretiza-se a 20 de novembro de 1807, com a entrada de cerca de 25000 soldados franceses, sob o comando de Jean-Andoche Junot, que se vão dirigindo para Lisboa, sem oposição. O Príncipe Regente, futuro D. João VI, deixa

<sup>3</sup> Isto se não considerarmos a Guerra das Laranjas como a primeira Invasão Francesa. Contudo, tais divagações não são o objectivo deste artigo.

<sup>4</sup> SERRÃO, História de Portugal, Volume VI: O Despotismo Iluminado (1750-1807), Editorial Verbo, 1982, PP.317-318

<sup>5</sup> SELVAGEM, Carlos, pseud, *Portugal Militar: Compêndio de História Militar e Naval de Portugal Desde as Origens do Estado Portucalense Até o Fim da Dinastia de Bragança*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, PP.489-490

<sup>6</sup> Decreto, 20 de outubro de 1807. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/11/24/p496>

ordem para se cooperar com as forças francesas<sup>7</sup>, quando anuncia a partida da Corte e da família real para o Brasil.

Junot entra em Lisboa a 29 de novembro<sup>8</sup>, onde se inicia o período de ocupação francesa. O general francês tentou manter os ânimos calmos pelo país, fazem recurso a um discurso “libertador”, em que as tropas francesas vinham defender Portugal do jugo Inglês, assim como de um rei cobarde que fugira para o Brasil<sup>9</sup>. Junot, com o consentimento do Conselho de Governação<sup>10</sup>, fez aprovar várias leis e medidas, como o desarmamento da população<sup>11</sup> e a dissolução do exército português<sup>12</sup>.

Apesar da aparente calma, sob a superfície fervilhava a oposição à ocupação estrangeira, e a exemplo disso podemos ver a reação dos lisboetas por ocasião de Junot mandar hastear a bandeira francesa no Castelo de S. Jorge<sup>13</sup>, a 13 de dezembro de 1807. Mas só depois da notícia da revolta madrilena de 2 de maio de 1808<sup>14</sup>, é que os ânimos portugueses começam a escalar, e dá-se a Primeira Revolta do Porto, que forma a Junta do Supremo Governo a 19 de maio, proclama fidelidade ao príncipe regente, e desafia o controlo francês em Portugal<sup>15</sup>. A revolta espalha-se pelo país a partir de junho<sup>16</sup>.

A intervenção inglesa surge já num ambiente de conflito, com o desembarque em Lavos, no dia 1 de agosto<sup>17</sup>. Esta vem a ser a primeira acção de Arthur Wellesley, mais tarde Duque de Wellington, no teatro de guerra peninsular, com as vitórias nas batalhas de Roliça (17/8) e Vimeiro (21/8).

A 30 de agosto<sup>18</sup>, vem-se a celebrar a Convenção de Sintra, em que os franceses e os ingleses suspendem as hostilidades. Nenhum dos intervenientes tinha grandes possibilidades de manter um conflito prolongado, pelo que optaram pela paz. Nesta convenção, não houve intervenção portuguesa nem foram visados os interesses portugueses. E assim terminam os 9 meses de ocupação francesa em Portugal.

---

<sup>7</sup> Decreto, 26 de novembro de 1807. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/11/24/p503>

<sup>8</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal, Volume VII: A Instauração do Liberalismo (1807-1832)*, Lisboa, Editorial Verbo, 2002, P.22.

<sup>9</sup> *Idem, Ibidem* P.23.

<sup>10</sup> Nomeado para governar Portugal na ausência da família real.

<sup>11</sup> *Idem, Ibidem*, P.26.

<sup>12</sup> *Idem, Ibidem*, P.33.

<sup>13</sup> *Idem, Ibidem*, P.26.

<sup>14</sup> *Idem, Ibidem*, P.40.

<sup>15</sup> *Idem, Ibidem*, P.42.

<sup>16</sup> *Idem, Ibidem*, P.43.

<sup>17</sup> *Idem, Ibidem*, P. 52.

<sup>18</sup> *Idem, Ibidem*, P.54.

Quando se dá a segunda invasão francesa, o paradigma peninsular modificara-se. Espanha já não era aliada de França, estando os dois em guerra. Napoleão comandava pessoalmente o ataque a Espanha, tendo conquistado Madrid a 30 de novembro de 1808<sup>19</sup>.

Neste âmbito, a segunda invasão francesa decorre como uma extensão da conquista de Espanha por parte dos franceses. Esta invasão a Portugal é delegada ao Marechal Soult. Visava-se a conquista do norte do país. A 12 de março, as forças francesas começam a passar a fronteira, e a 20 do mesmo mês conquista Braga. No dia 27, Soult já se encontrava no Porto, que sucumbiu ao ataque francês dois dias depois<sup>20</sup>.

As forças de Soult permanecem na cidade do Porto desde o dito dia 29 de março até ao dia 11 de maio. Nesse período de tempo, Soult tenta governar a cidade de forma pacífica e numa tentativa de subverter os portuenses à causa portuguesa<sup>21</sup>. Também nesse período de tempo, o general Wellesley desembarca em Lisboa com um exército inglês<sup>22</sup>.

No dia 12 de maio<sup>23</sup>, os franceses evacuavam da cidade do Porto, com a chegada do exército inglês, enquanto Beresford comandava o recém formado exército português numa tentativa de cortar as vias de fuga aos franceses. O exército francês tentava regressar à Galiza, mas a retirada mostrou-se custosa, principalmente quando estavam a ser perseguidos por dois exércitos.

Assim termina a segunda invasão francesa. Contudo, no decorrer do ano 1809, após firmado o Tratado de Tilsit<sup>24</sup> entre a França, Prússia e o Império Russo, assim como o casamento de Napoleão com a princesa Maria Luísa de Áustria<sup>25</sup>, que colocava a Áustria na esfera de influência francesa, Espanha e Portugal (com o apoio de Inglaterra), eram os maiores problemas para a Europa sob o domínio francês.

Este novo projeto de uma terceira invasão a Portugal ficava a cargo do Marechal Massena, com um exército de cerca de 67.000 efectivos<sup>26</sup> e tinham como objectivo a conquista de Lisboa.

---

<sup>19</sup> SELVAGEM, Carlos, pseud, *Portugal Militar: Compêndio de História Militar e Naval de Portugal Desde as Origens do Estado Portucalense Até o Fim da Dinastia de Bragança*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, P.507.

<sup>20</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal, Volume VII: A Instauração do Liberalismo (1807-1832)*, Lisboa, Editorial Verbo, 2002, P.64.

<sup>21</sup> *Idem, Ibidem* PP. 66-69.

<sup>22</sup> 22 de março. *Idem, Ibidem* P.70

<sup>23</sup> *Idem, Ibidem*, P.72.

<sup>24</sup> *Idem, Ibidem*, P. 76.

<sup>25</sup> *Idem, Ibidem*, P. 75.

<sup>26</sup> *Idem, Ibidem*, P. 76.

O primeiro passo da terceira invasão francesa dá-se em Espanha, com a conquista de Ciudad Rodrigo, que capitula perante o exército de Massena em julho de 1810. Uma vez conquistada, Ciudad Rodrigo é usada como ponto de lançamento da terceira invasão francesa a Portugal<sup>27</sup>.

O primeiro alvo português atacado pelos franceses foi Almeida, que capitula a 28 de agosto, após a destruição do paiol da praça<sup>28</sup>. Esta serve agora de base francesa, cujas tropas começam as reparações necessárias a este ponto estratégico<sup>29</sup>, ficando assim guarnecida por franceses, enquanto Massena leva a maior parte do exército a caminho de Lisboa, sendo o próximo objectivo desta campanha a cidade de Coimbra<sup>30</sup>.

Nesta fase, Wellesley, já Lord Wellington, decide fazer o primeiro confronto às forças invasoras, o que se vem a consagrar na batalha do Bussaco, a 26 de setembro<sup>31</sup>. Apesar da vitória luso-inglesa, Wellington continua a retirada em direcção a Lisboa, seguido pelas forças francesas que entram em Coimbra a 30 de setembro<sup>32</sup>.

Depois de Coimbra, a marcha dos franceses para Lisboa decorre sem grandes percalços. A 12 de outubro, o exército de Massena já se encontrava em Sobral de Monte Agraço, Vila Franca de Xira e a fazer o reconhecimento de Alhandra<sup>33</sup>.

Durante todo o percurso Massena deparou-se com problemas de logística, pois era constantemente assediado por forças guerrilheiras, e além disso, Portugal estava a praticar uma política de terra queimada, que deixava pouco ou nada para a subsistência do corpo militar francês<sup>34</sup>.

É nesta situação que Massena se depara com as Linhas de Torres Vedras, quando chega a Vila Franca de Xira e a Sobral de Monte Agraço. O plano destas linhas defensivas pode remontar a 1807, devido a estudos realizados pelo engenheiro militar José Maria das Neves Costa<sup>35</sup>. As obras começam em 1809, numa coligação deste engenheiro português com o engenheiro britânico Richard Fletcher, por ordem do Duque de Wellington. Este sistema era composto por uma série de fortificações que ligavam o rio Tejo até ao oceano Atlântico.

---

<sup>27</sup> *Idem, Ibidem*, P. 78.

<sup>28</sup> *Idem, Ibidem*, P.79.

<sup>29</sup> *Idem, Ibidem*, P. 80.

<sup>30</sup> *Idem, Ibidem*, P. 80.

<sup>31</sup> *Idem, Ibidem*, P. 81.

<sup>32</sup> *Idem, Ibidem*, P. 81.

<sup>33</sup> *Idem, Ibidem*, P. 82.

<sup>34</sup> *Idem, Ibidem*, P.83.

<sup>35</sup> *Idem, Ibidem*, P. 86.



A primeira linha começava em Alhandra e seguia até à foz do rio Sisandro, a segunda ia de Alverca até à Ericeira e a terceira linha servia de baluarte aos ingleses, defendendo Oeiras e o local de embarque das forças inglesas caso toda a defesa de Lisboa fosse superada<sup>36</sup>.

A marcha de Massena para Lisboa é travada pelas Linhas de Torres Vedras. Contudo este não começa a retirada do país. Fixa acampamento em Santarém e aguarda por uma oportunidade para retomar a ofensiva<sup>37</sup>. Esta situação arrasta-se desde novembro de 1810 até fevereiro de 1811<sup>38</sup>. A passagem do inverno sem mantimentos e sem progressos, colocou o exército francês numa situação precária<sup>39</sup>. Só em março começa a retirada das forças francesas, perseguido pelos exército luso-inglês<sup>40</sup>. Esta perseguição resulta na quebra da ordem da retirada francesa, que se vê obrigada a abandonar todo o tipo de bagagens para chegar o mais rápido possível à fronteira, sempre sofrendo baixas<sup>41</sup>. A 11 de maio, a praça de Almeida é reconquistada.

Uma vez defendido o reino de Portugal, Wellington continua a perseguição das forças francesas com o seu exército luso-inglês. Depois de dois anos de campanhas em Espanha, em 1813 Wellington começa uma campanha que levará as forças luso-inglesas a passar os Pireneus, nos confrontos de Nivelles, a 11 de novembro de 1813<sup>42</sup>, terminando a campanha na batalha de Toulouse, a 5 de abril de 1814<sup>43</sup>. Ainda no mês de abril, Napoleão é deposto<sup>44</sup>, dando início à paz na Europa e ao Congresso de Viena<sup>45</sup>. Napoleão é exilado para a ilha de Elba<sup>46</sup>, que regressa a França no “Governo dos Cem Dias”<sup>47</sup>, em abril de 1815, mas Portugal não se envolve neste retornar à guerra na Europa.

---

<sup>36</sup> Todas as informações das localizações que marcam os limites das Linhas de Torres foram retiradas da História de Portugal, Volume VII, de Joaquim Veríssimo Serrão, P.86

<sup>37</sup> *Idem, Ibidem*, P. 87.

<sup>38</sup> *Idem, Ibidem*, P.87.

<sup>39</sup> *Idem, Ibidem*, P.89.

<sup>40</sup> *Idem, Ibidem*, P. 90.

<sup>41</sup> *Idem, Ibidem*, P.92.

<sup>42</sup> SELVAGEM, Carlos, pseud, *Portugal Militar: Compêndio de História Militar e Naval de Portugal Desde as Origens do Estado Português Até o Fim da Dinastia de Bragança*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, P. 526.

<sup>43</sup> *Idem, Ibidem*, P.527.

<sup>44</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal, Volume VII: A Instauração do Liberalismo (1807-1832)*, Lisboa, Editorial Verbo, 2002, P. 104.

<sup>45</sup> *Idem, Ibidem*, P.106.

<sup>46</sup> *Idem, Ibidem*, P. 105.

<sup>47</sup> *Idem, Ibidem*, P. 108.

## Uma cronologia do monumento

Ao procurarmos traçar uma “crónica” do monumento, identificamos logo nos primórdios do processo em si a figura de Joaquim da Costa Cascais, então tenente-coronel da Artilharia, que havia sido incumbido de escrever sobre a história da guerra peninsular. Surge-lhe deste modo a ideia de materializar a comemoração dos feitos deste acontecimento, transmitida, por sua vez, ao Marquês de Sá da Bandeira, Ministro da Guerra à época, propondo, logo numa primeira instância, a edificação de um monumento no Bussaco, recordando a batalha que ali ocorrera a 27 de setembro de 1810, no contexto da 3.ª invasão francesa ao território nacional.

Sobre este momento particular redige no seu relatório:

*Corria o anno de 1862, e eu acháva-me desde 1860 incumbido de escrever a historia da guerra peninsular. Estudos já feitos, me levarão a conhecer, mais a fundo, os sacrificios da nação, e a incontestável gloria das suas armas n'esta lucta de 6 ann. Pesáva-me de não haver uma só lembrança comemorativa, e communiquei ao falecido Snr. Marquez de Sá...*<sup>48</sup>.

Ao propósito de Costa Cascais, sucede-se a vontade do próprio Sá da Bandeira na construção de um monumento perto de Alhandra, com referência às Linhas de Torres Vedras, antes ainda da edificação do Monumento do Bussaco (ofício da Secretaria da Guerra, de 27 de outubro de 1870).

*...em 12 de setembro, recebi novo officio, no qual se me falava de outro Monumento, que deveria ser colocado próximo d'Alhandra, e cuja execução immediata se recomendavam ficando o do Bussaco, para quando se concluísse a Linha Férrea do Norte*<sup>49</sup>.

A portaria da mesma data – publicada na ordem do exército n.º 58 de 1870 – encarrega assim Joaquim da Costa Cascais de formar um projecto para um monumento a ser levantado próximo da vila de Alhandra, de forma a comemorar a defesa das Linhas de Torres Vedras, devendo para o efeito ser aproveitado um fuste de coluna existente em Pêro Pinheiro.

Joaquim da Costa Cascais, filho de Manuel da Costa Cascais<sup>50</sup> (Major durante a Guerra Peninsular), nasce a 29 de outubro de 1814<sup>51</sup>. Este militar de renome é mais conhecido pelos seus contributos para a arte dramaturga portuguesa,

<sup>48</sup> AHM, DIV/3/14/4/8, Fol. 1. Estamos em crer que o facto do seu pai ter sido um veterano deste conflito, como veremos um pouco adiante, terá tido aqui algum peso para esta sua vontade.

<sup>49</sup> AHM, DIV/3/14/4/8, Fol. 1v.

<sup>50</sup> GANDAREZ, Maria Piedade Alves, *Introdução ao Teatro de Joaquim da Costa Cascais*, Lisboa, Tese de Licenciatura em Filologia Romântica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1969, P.40.

<sup>51</sup> *Idem, Ibidem*, P.37.



com a estreia da sua primeira peça, *O Valido*, em 1841<sup>52</sup>, tendo feito depois mais doze peças. Contudo, também se distinguiu na carreira militar, tendo servido na Guerra Civil Portuguesa, como voluntário, desde julho de 1833 até à Convenção de Évora-Monte<sup>53</sup>, a 26 de maio de 1834. Na sua vida viria a chegar ao posto de General de Divisão em 1885<sup>54</sup>, e lecionou Desenho e Topografia no Colégio Militar<sup>55</sup> e na Escola do Exército<sup>56</sup>. Curiosamente, Costa Cascais é por duas vezes nomeado para comendações de Ordens de Cavalaria (Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa<sup>57</sup> e Ordem Militar de S. Bento de Avis<sup>58</sup>) mas recusou ambas as distinções.

O projeto para o Monumento de Alhandra é apresentado através de ofício de 3 agosto de 1874, acompanhado de desenho e respectiva orçamentação (no valor de 10.700\$000). Sucede-se a aprovação através de ofício da mesma Secretaria da Guerra, de 28 de agosto de 1874.

O fuste de coluna proveniente de Pêro Pinheiro começaria por ser daí removido e transportado até à estação de caminhos de ferro de Lisboa<sup>59</sup>, fazendo-se assim uso deste meio de transporte da Direcção de Obras Públicas do Distrito de Lisboa. O conto de réis que Costa Cascais havia orçamentado para a viagem deste elemento pétreo até ao local destinado à sua implantação viria a revelar-se insuficiente, logo à chegada a Alhandra, no mês de dezembro, uma vez que ainda faltava contabilizar custos com o aluguer dos carros e juntas de bois, como é possível notar no ofício dirigido ao Chefe de Gabinete do Ministério da Guerra, Guilherme Quintino Lopes de Macedo, datado de 19 de setembro:

*Pelo orçamento, que remetti a V. Ex.<sup>a</sup> em 3 d'Agosto ultimo, se vê, que a despeza com o concerto dos carros, preparações nas estradas, etc, é calculada em 40\$000 réis, a do transporte do fuste até Lisboa em 5000\$000 reis, e a de Lisboa até á estação d'Alhandra em 360\$000, o que prefaz um total de 900\$000 reis, restando apenas 1000\$000, que deverão ser applicados à prompta saída do fuste para fóra da referida estação, afim de evitar direitos de armazenagem, que tanto pezaram na construção*

<sup>52</sup> OLIVEIRA, Manuel Alves de, *O Grande Livro dos Portugueses*, Circulo dos Leitores, 1991, P.137.

<sup>53</sup> GANDAREZ, Maria Piedade Alves, *Introdução ao Teatro de Joaquim da Costa Cascais*, Lisboa, Tese de Licenciatura em Filologia Romântica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1969, PP.42-43.

<sup>54</sup> *Idem, Ibidem*, P.55.

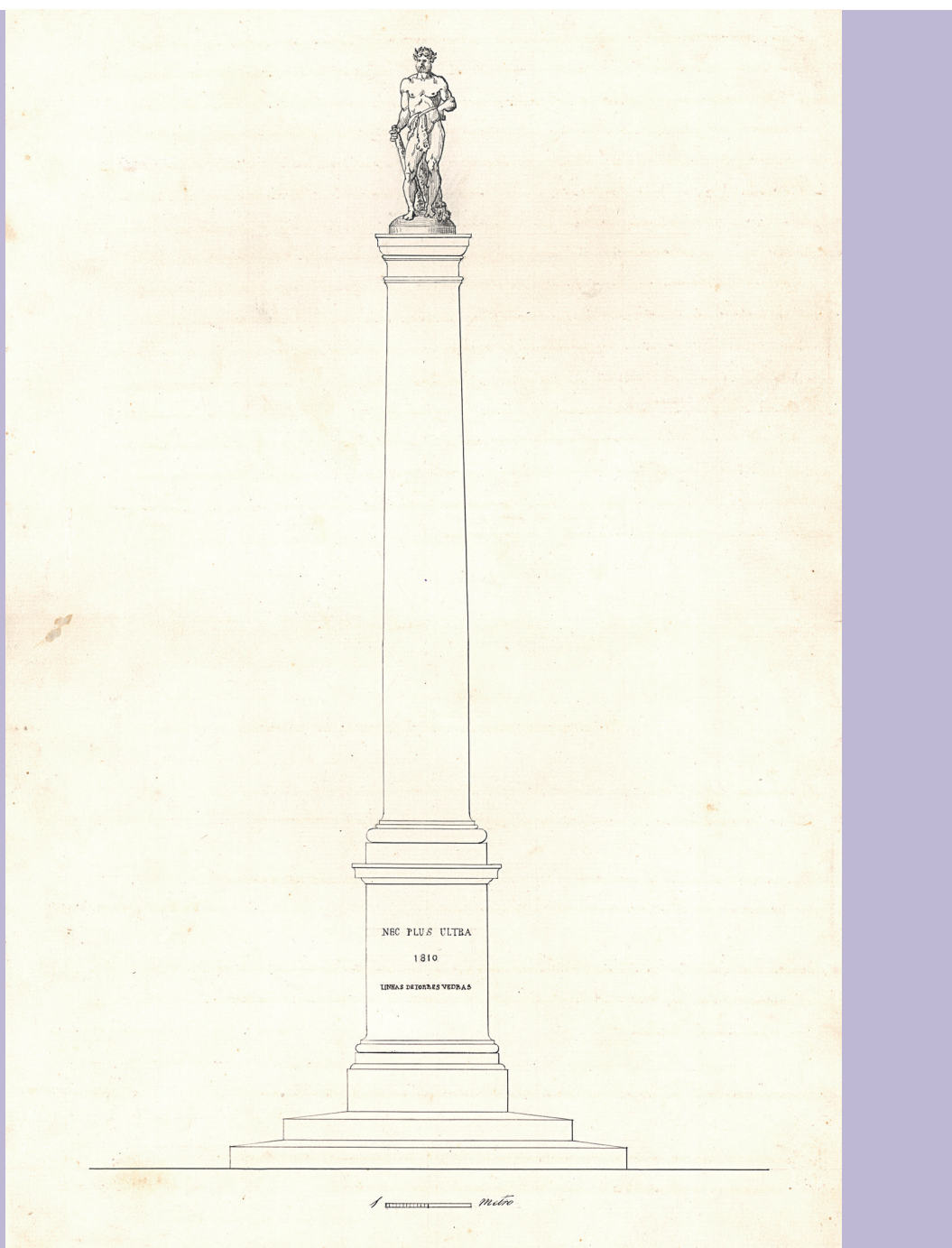
<sup>55</sup> *Idem, Ibidem*, P.43.

<sup>56</sup> *Idem, Ibidem*, P.48.

<sup>57</sup> *Idem, Ibidem*, P.46.

<sup>58</sup> *Idem, Ibidem*, P.55.

<sup>59</sup> Apesar de Joaquim da Costa Cascais não mencionar concretamente de que estação de caminhos de ferro se tratava, considerando a data do ofício em que o mesmo se refere ao itinerário da viagem da coluna a partir do seu local de origem até ao miradouro sobre Alhandra (setembro de 1874), sabemos tratar-se da Estação de Lisboa – Santa Apolónia, uma vez que a do Rossio só inauguraria 16 anos mais tarde.



**Fig. 2** Desenho com escala do monumento, contido no projeto apresentado por Joaquim da Costa Cascais em agosto de 1874. AHM DIV/3/14/3/27.

*do monumento do Bussaco*<sup>60</sup>. Face ao exposto por Costa Cascais, pela Secretaria da Guerra seria então determinado um abono mensal no valor de 500\$000 réis, destinado à continuação das obras do Monumento.

A 23 daquele mês de dezembro ocorreria uma visita ao local, na qual o autor do projeto para o monumento é acompanhado pelo próprio marquês de Sá da Bandeira e por alguns membros da Comissão de Defesa, “o Snr. Sanches de Castro, e o falecido Severino d’Azevedo,... e outros officiaes”<sup>61</sup>.

A documentação consultada dá igualmente conta da ocorrência de um temporal, em fevereiro de 1876, que causa grande estrago na estrada destinada ao transporte da coluna entre a estação de Alhandra e o local de implantação no mesmo (Forte da Boavista, obra militar n.º 3).

Esta via, concluída em julho de 1883, a par com o monumento e os quartéis, é descrita como tendo 700 metros de comprimento por 12 de largo, bordada por 314 oliveiras, cuja produção é arrematada anualmente, dando entrada no cofre da “receita eventual”.

No ano seguinte, verifica-se um “qui pro quo” (a expressão é do próprio Joaquim da Costa Cascais) por ocasião da colocação da coluna:

*Em 29 de maio de 77, era o fuste colocado sem novidade, sobre o respectivo pedestal. A subida e o assentamento de um monolitho pesando mais de 24000 kilogramas, sendo a manobra de maior importância e dificuldade em toda a construção do Monumento, despertara por isso maior curiosidade, juntando-se povo, concorrendo a Philharmonica da Villa ... e isso déra motivo a um qui pro quo, que por ser do domínio oficial, não deixarei de citar. Em 11 de junho escreve-me o Gabinete remetendo copias de 2 officios, um do Secretario do Governo Civil de Lisboa, e outro do Administrador de Villa Frânca, Agostinho Nunes de Oliveira e Costa, em que este se queixa de não ter participado, o haver festa nacional! Por ocasião de se colocar o fuste. Tinha abraçado a nuvem por Juno – é claro! Respondi.*

Também a leitura da correspondência trocada entre o Administrador do concelho de Vila Franca, o Ministério da Guerra e Joaquim da Costa Cascais permitem-nos a reconstituição suficientemente rigorosa destes acontecimentos.

O relatório redigido por Joaquim da Costa Cascais permite-nos constatar de igual modo as enormes dificuldades sentidas em todo o processo de expropriações dos terrenos destinados à área do monumento, em clara oposição ao que havia sucedido no Bussaco:

---

<sup>60</sup> AHM, DIV/3/14/3/28.

<sup>61</sup> AHM, DIV/3/14/4/8, Fol. 15v.

*Em quanto no Bussaco, onde tudo corrêra à maravilha, póde-se dizer que não há anexos. Comprávamos o indispensavel, e este éra-nos vendido sem dificuldade... Em Alhandra já não fora assim. Geralmente os proprietários, alem de reputarem em mais o que valia menos, não se prestávão a ceder tão somente o requerido... Como disse, aqui as expropriações forão às vezes complicadas, e quasi 10 vezes maior a despeza do que no Bussaco.*

*Eis a relação:*

*Terrenos próximos o Monumento a diversos, em 22 de outubro de 1878 – 489\$000*

*D.º p.ª a plataforma, em 18 d'agosto de 79 – 60\$000*

*D.º a Francisco José Pereira, para a estrada, em 14 de julho de 82 – 352\$000*

*D.º onde assenta o Monumento, e quartéis, em 27 d'agosto de 85 – 279\$000*

*Somma = 1:180\$000<sup>62</sup>.*

As características calcárias do solo no local levam, por sua vez, Costa Cascais a decidir-se pela sementeira de pinheiro de alepo,<sup>63</sup> com vista a combater a sua aridez e a fixação dos terrenos, após uma tentativa mal sucedida de cultivo de outras culturas.

Os trabalhos de construção vêm implicar a permanência no local destinado ao monumento de dois empregados junto à obra do monumento – um guarda e um cantoneiro que se auxiliam e substituem quando o serviço assim o exige, verificando-se ainda a existência de um destacamento, entretanto suprimido com o término da obra, até pela presença próxima dos quartéis: *Em Alhandra, onde o Monumento existe num só ponto, próximo dos quartéis dos empregados, e sendo o todo de cantaria e algum ferro, torna-se sobre modo mais fácil a vigilância, devendo-se antes reear a damnificação por caso pensado, do que o intento de roubo<sup>64</sup>.*

Costa Cascais solicita, em julho de 1877, autorização ao Ministério da Guerra para que na Fundição de Canhões se proceda à construção de um para-raios e à execução das letras e algarismos em bronze, destinados à legenda do monumento (ofício de dia 22). Nesta altura, o autor do projeto assume que já se encontra erigida a parte arquitetónica propriamente dita do monumento.

Em 1879, Costa Cascais menciona a construção de uma muralha de contenção do terreno (com uma espessura de quatro metros na base e três no

<sup>62</sup> AHM, DIV/3/14/4/8, Fol. 18-19, 20v.

<sup>63</sup> Trata-se da espécie de pinheiro mais rústica e menos ativa em Portugal. A sua tolerância à secura, à pobreza e à alcalinidade dos solos, leva a que apareça em áreas inacessíveis a outras espécies, como é o caso da encosta junto ao Monumento, onde aparentemente ainda persiste nos nossos dias.

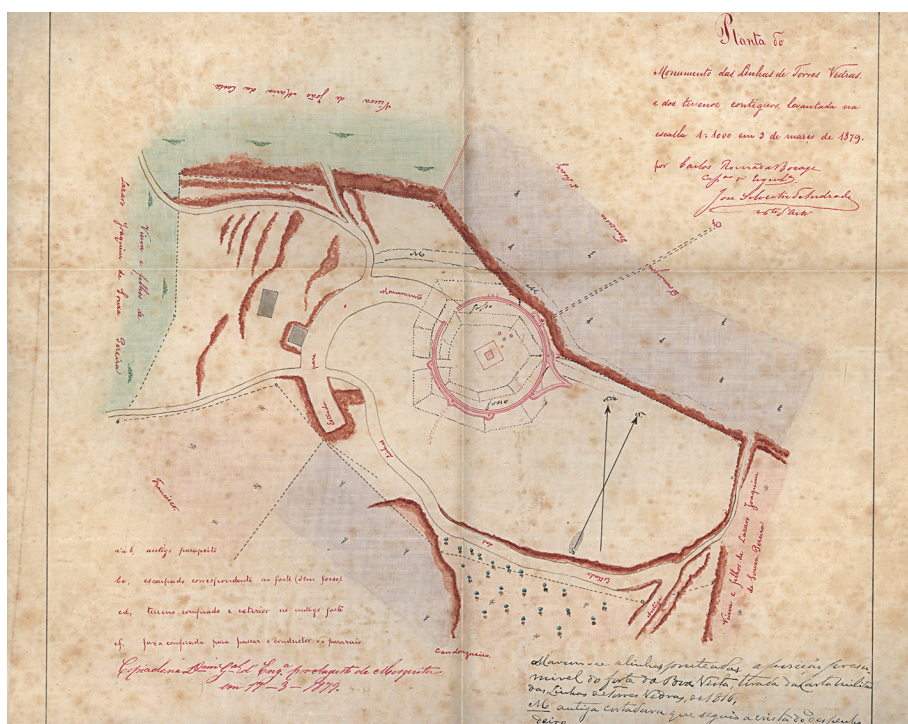
<sup>64</sup> AHM, DIV/3/14/4/8, Fol. 23.



topo) apetrechada com encanamento para a saída das águas pluviais, e ainda a colocação de uma barreira na zona da quinta que confrontava com os terrenos do monumento. Alerta para as intenções do proprietário da quinta em plantar bacelo na barreira, o que resultará na deterioração da mesma, da muralha e dos próprios alicerces do monumento e remete para o facto de haver incumbido o condutor dos trabalhos da obra, João de Sousa Ramos, de proceder ao embargo das referidas plantações (ofício de 13 de janeiro).

As plantações de bacelo terão, no entanto, continuado, segundo ofício do comandante do destacamento de Caçadores n.º 6, de Alhandra, de 24 do mesmo mês, tendo conhecimento de que os trabalhadores da plantação haviam sido instruídos pelo proprietário para não pararem de o fazer até ao embargo judicial.

O 2.º Sargento de Caçadores n.º 6 pede assim autorização para fazer uso das armas em caso de necessidade. Este assunto é encaminhado por Costa Cascais – através de ofício urgente de 26 de janeiro – dirigido ao Ministério da Guerra, dando conta das providências assumidas.



**Fig. 3** Planta do Monumento das Linhas de Torres Vedras e dos terrenos contíguos, levantada nua escala 1:1000, em 3 de março de 1879 por Carlos Romão Bocage, Capitão de Engenharia e Jozé Silvestre d'Andrade. AHM DIV/3/14/3/42.

Em março desse ano, a Comissão de Defesa de Lisboa e seu Porto produz uma planta a cores do monumento e terrenos circundantes e dá conta que à época já não restam quaisquer vestígios do Forte da Boavista. O Forte da Boa vista, considerado “obra de fortificação passageira” e, como tal, sem servidão administrativa desde o cessar da guerra, impedindo assim a aplicação do decreto de 17 de maio de 1865.

Vários factores contribuíram para a demora na conclusão do monumento:

*(...) desde julho, seguirão os trabalhos com menor impulso... havendo ainda em março de 1881, dáva-se finalmente devido a chuvas torrenciais, a queda de grande aterro, a qual nos trouxera não pequena demora e despesa. Em julho de 83, dáva-se finalmente por concluído o monumento.*

Por ocasião do Centenário das Linhas de Torres Vedras, viriam a ser colocadas na base duas placas de homenagem a José Maria das Neves Costa e a Richard Fletcher. Ao primeiro se devem os trabalhos topográficos e cartográficos do território a Norte de Lisboa, onde mais tarde o duque de Wellington viria a perceber tratar-se do local ideal para a implantação das Linhas de Torres Vedras. Fletcher, por sua vez, seria o britânico que Wellington encarregaria de dirigir os trabalhos de construção daquele sistema militar defensivo.

O local onde o Monumento das Linhas de Torres Vedras se localiza viria a ser integrado nas áreas a intervencionar ao nível da candidatura apresentada pela Rota Histórica das Linhas de Torres ao Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA Grants) (2007-2011). De igual modo o sítio faz parte do itinerário do percurso temático “A Defesa do Tejo” que consta do Roteiro da Rota Histórica das Linhas de Torres.

O Monumento viria a ser intervencionado, nesse âmbito, através de uma ação de limpeza e conservação e a valorização do espaço envolvente – criação de um Observatório de Paisagem – ações que permitiram valorizar ainda mais aquele espaço de inegável valor histórico-patrimonial.

Aquando das Evocações do Bicentenário das Linhas de Torres Vedras, o Município de Vila Franca de Xira colocaria junto das placas de 1911, uma terceira dedicada ao esforço do povo português na construção das Linhas.

Lamentavelmente as mesmas viriam a ser furtadas – muito provavelmente devido ao material de que eram feitas – vindo a ser substituídas por idênticas em acrílico.



**Fig. 4** Pormenor da base da escultura de Hércules com a assinatura datada do autor, Simões de Almeida. Novembro de 2008.

## Fortuna Estética do Monumento

Estamos perante uma coluna (fuste monólito) de quase 8 metros de altura, sobre pedestal, coroada pela estátua de um Hércules da autoria do escultor Simões de Almeida, um dos primeiros estatuários da época. Simões de Almeida ficaria incumbido da obra – para a qual forneceria a própria pedra – pela quantia de 1:000\$000 réis, a ser paga em três prestações e executada em 18 meses.

A escultura – esta por sua vez com cerca de 2 metros e pesando, como sabemos, mais de 24 toneladas – apresenta características das obras clássicas, lembrando a Joaquim da Costa Cascais o Hércules de Farnésio:

*A figura clássica com que remata o monumento, poderá vir a sêr também um estímulo, para a esculptura nacional, dando por ventura ocasião a que algum nôvo «Ghycon», honra da arte e do paiz, enriqueça Portugal com uma estátua que ainda não seja, digna de collocar-se na linha d'esta tão celebrada obra prima – o Hércules de Farnésio<sup>65</sup>.*

<sup>65</sup> AHM, DIV/3/14/3/27, Fol. 1v.





**Fig. 5** Aspecto da estátua do Hércules. 24 março 2011. IMG\_1581 (DCI da CMVFX).

Estamos pois perante uma figura cujo tratamento escultórico retrata um herói robusto, de figura musculada, ostentando, à imagem do Hércules da Antiguidade Clássica, com 3 dos seus principais atributos, barba, clava e pele do Leão de Nemeia – o primeiro dos seus 12 Trabalhos – que passou a usar como um troféu.

Ao fuste de coluna – proveniente de Pêro Pinheiro e aproveitado certamente de alguma outra encomenda inacabada – Costa Cascais decide acrescentar capitel e coluna da ordem dórica. O autor concebe no projeto um pedestal onde a coluna deve assentar, levantado sobre dois degraus, de forma a dar maior altura ao todo.

A 12 de junho de 1877, um apontamento do *Diário de Notícias* refere-se à estátua do Hércules (que inadvertidamente numa notícia anterior terá apelidado de Júpiter), referindo a intenção simbólica do monumento – uma nobre ideia segundo o jornal – mencionando ainda o acompanhamento prestado pelo “distinto escultor Simões de Almeida”<sup>66</sup>.

Costa Cascais narra a sua ideia quanto à figura do Hércules a coroar o monumento, na descrição do seu projecto:

*Faltava o mais difficil: rematar superiormente a columna. Depois de outras lembranças, occorreo-me o que tenho por melhór, pela qual me decidi, e que effectivamente apresentom isto ém coroaro todo architectonico com a estatua d’Hércules, figurando assim o monumento uma d’essas destacadas columnas, que a Antiguidade fabulára, como balisas delimitando as peregrinações d’aquelle heroe...*<sup>67</sup>

Mantendo ainda a perspectiva simbólica deste monumento, torna-se fundamental que se faça ainda aqui menção à escolha da legenda do monumento: Nec Plus Ultra – 1810 – Linhas de Torres Vedras. A este propósito, Joaquim da Costa Cascais na descrição do seu projeto, diz:

*A legenda do monumento occorreo-me, para logo: a mesma, simples, curta, mas sobretudo significativa, que a Antiguidade nos deixára, accrescentando-lhe apenas “Linhas de Torres Vedras – 1810”. Soyez simple avec art recomenda Boileaux, e se o amôr da própria obra me não ilude, confesso que no projecto se me apresenta ver realizado aquella preceito*<sup>68</sup>.

*Nec Plus Ultra*, entendido como “Não Mais Além”, determina e assinala o local do monumento, no arranque da 1.<sup>a</sup> das Linhas de Defesa de Torres Vedras – em representação de toda a barreira que as Linhas de Torres vieram a constituir – e

<sup>66</sup> AHM, DIV/3/14/3/21.

<sup>67</sup> AHM, DIV/3/14/3/27, Fol. 1.

<sup>68</sup> AHM, DIV/3/14/3/27, Fol. 1v.

que se veio a revelar intransponível para as tropas francesas comandadas pelo marechal Massena aquando da 3.<sup>a</sup> Invasão Francesa, entre outubro e novembro de 1810.

A ideia de se coroar “o todo architectonico” com uma escultura da figura mitológica do romano Hércules – que considera “digna, sem dúvida de figurar em um Monumento Nacional, e própria para desenvolver o génio do artista”<sup>69</sup> – tem aqui uma clara relação com uma das colunas que a Antiguidade narrou sobre aquele herói da Antiguidade, procurando – neste caso específico – simbolizar “a força e coragem dos exércitos aliados, detendo nas Linhas de Torres Vedras as numerosas e aguerridas falanges de Napoleão 1.º”.

Joaquim da Costa Cascais sintetizaria – de forma algo poética – os diversos aspetos simbólicos que presidem a todo o Monumento das Linhas de Torres Vedras e que tornam-no – no nosso entender – não só uma obra artística indiscutível, mas sobretudo, a merecida homenagem a um dos mais eficientes sistemas militares defensivos da História Europeia e de todos os que contribuíram de alguma forma para a sua existência:

*A coluna recordará, por ventura, a valerosa resistência dos nossos, a estátua o limite da invasão, e o todo, a voz de – Alto! dada sobre essas fortificações famosas, pelo sagrado amor da pátria, acceso nos corações de seus heroicos defensores, às correrias de forasteiros assoladores da terra portuguesa, ameaçando a sua independência e glorioso nome. Alto! disseram os nossos então, e Alto! continuará brandando o monumento a presentes e vindouros, em repetidas e solemnes échos de patriótica recordação!*<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> AHM, DIV/3/14/4/8, Fol. 16v.

<sup>70</sup> AHM, DIV/3/14/3/27, Fol. 1.

## Documentação e bibliografia de referência

- AHM, *Monumentos das Linhas de Torres. Correspondência acerca da remoção do fuste de coluna que se destina ao Monumento de Pero Pinheiro para Alhandra*. 1874. DIV/3/14/3/28.
- AHM, *Monumento das Linhas de Torres. Projecto do monumento e respectivo orçamento, apresentado pelo Coronel J. Costa Cascaes*. 1874. DIV/3/14/3/27.
- AHM, *Monumento das Linhas de Torres. Representação do administrador do concelho de V.ª Fr.ª de Xira, em que se julga desprestigiado por factos ocorridos relativos ao Mon.to e correspondência sobre o assunto*. 1877. DIV/3/14/3/37.
- AHM, *Monumentos do Buçaco e de Alhandra. Relatório do general de divisão Joaquim da Costa Cascaes, sobre os monumentos militares do Bussaco e de Alhandra*. 1887. DIV/3/14/4/8.
- AHM, *Monumentos militares. Monumento a Hércules em Alhandra*. 1872. DIV/3/14/3/21.
- AHM, *Monumentos militares. Monumento das Linhas de Torres. Documentação vária*. 1875. DIV/3/14/3/30.
- AHM, *Monumentos militares. Monumento das Linhas de Torres. Documentação vária*. 1877. DIV/3/14/3/38.
- AHM, *Monumentos militares. Monumento das Linhas de Torres. Documentação vária*. 1879. DIV/3/14/3/42.
- Decreto, 20 de outubro de 1807. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/11/24/p.496>.
- Decreto, 26 de novembro de 1807. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/11/24/p.503>.
- GANDAREZ, Maria Piedade Alves, *Introdução ao Teatro de Joaquim da Costa Cascais*, Lisboa, Tese de Licenciatura em Filologia Romântica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1969.
- OLIVEIRA, Manuel Alves de, *O Grande Livro dos Portugueses*, Circulo dos Leitores, 1991.
- SELVAGEM, Carlos, pseud, *Portugal Militar: Compêndio de História Militar e Naval de Portugal Desde as Origens do Estado Portucalense Até o Fim da Dinastia de Bragança*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.
- SERRÃO, História de Portugal, Volume VI: O Despotismo Iluminado (1750-1807), Editorial Verbo, 1982.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal, Volume VII: A Instauração do Liberalismo (1807-1832)*, Lisboa, Editorial Verbo, 2002.



# Monumento ao Campino, Vila Franca de Xira

Ana Sofia Neves<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo dar a conhecer o estudo realizado em torno das características do *Monumento ao Campino* da autoria do escultor Domingos Soares Branco, localizado em Vila Franca de Xira. Foram estudadas particularidades da obra tais como: materiais e técnicas; características da superfície como por exemplo texturas; e ainda questões como a influência da luz nos volumes da escultura. Passando-se por aspetos relacionados com a iconografia e história da obra. Concluiu-se que este monumento possui um trabalho muito elaborado, não só a nível técnico como temático. Uma vez que, o escultor consegue representar, de forma fidedigna, os seus referentes. Traduzindo-se numa escultura que representa a iconografia do campino, bem como o seu quotidiano.

Palavras-chave: **Monumento ao Campino; Domingos Soares Branco; Escultura; Repuxado.**

## 1. Introdução

O Monumento em Homenagem ao Campino é um grupo escultórico<sup>2</sup>, da autoria de Domingos Soares Branco com a colaboração do escultor António Trindade e

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências da Arte e do Património na Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. Investigadora colaboradora do Centro de Investigação e de Estudos em Belas-Artes (CIEBA). Trabalha no Núcleo de Conservação e Restauro da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, desde 2021.

<sup>2</sup> Por grupo escultórico entende-se «a reunião de duas ou mais figuras de vulto sobre um mesmo suporte (...) que participam numa mesma acção ou estão relacionadas por uma situação que lhes é comum. Aplica-se tanto no contexto da estatúária, como no da imaginária» – CARVALHO, Maria João Vilhena de, *Normas de Inventário – Escultura*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2004, p. 24.



do arquiteto Leopoldo Soares Branco. Trata-se de uma «trilogia»<sup>3</sup> que representa um touro, uma égua e um campino. Esta obra ilustra o quotidiano laboral do campino na Lezíria. De acordo com a Vida Ribatejana de 1981 a escultura tem como função homenagear o campino: «constituirá como monumento uma homenagem ao campino, essa figura franca, escorreita, colorida, da lezíria»<sup>4</sup>. Assim o monumento «lembrará aos vindouros, a par da existência do campino a sua importância social, o papel que desempenhou (e desempenha) para levar mais longe a virtualidade da lezíria»<sup>5</sup>.

A iniciativa de erguer um monumento em homenagem ao campino «partiu de um grupo de dez tertúlias e dos homens que as animam e movimentam»<sup>6</sup>. De acordo com a notícia da Vida Ribatejana<sup>7</sup> fizeram parte desta «comissão pró-monumento» tertúlias como a «Cirófila», «O Touro», «O Cavalo», «A Sela», «Os Almoçaristas» e «Os jantaristas» entre outras<sup>8</sup>.

Domingos Soares Branco (1925-2013), entrou para a Escola de Belas-Artes de Lisboa (ESBAL), no ano de 1944, ao mesmo tempo frequentou os *ateliers* de Leopoldo de Almeida, Barata Feio, Álvaro de Brée, Simões de Almeida (sobrinho), Anjos Teixeira e Lázaro Lozano.<sup>9</sup> Concluiu o curso em 1953, e cinco anos mais tarde viria a ser convidado para assistente na ESBAL, onde lecionou as disciplinas de Desenho de Estátua, Desenho de Modelos e Escultura Decorativa<sup>10</sup>.

Soares Branco foi um pioneiro introduzindo novos materiais e técnicas. Em 1958, utilizou resina de poliéster e fibra de vidro para a execução da escultura de *Santo António*, localizada em Lourenço Marques. Outro exemplo é o *Monumento a Sá Carneiro*, em Lisboa, realizado em placas de inox recortadas a laser<sup>11</sup>.

Este escultor realizou, também, obras para fachadas de edifícios<sup>12</sup>, os chamados *entalados* que são relevos que se encontram entre a porta de entrada de um edifício e a primeira janela ou varanda. Desenvolveu, ainda, trabalhos no campo da medalhística<sup>13</sup>.

---

<sup>3</sup> LOPES, Simões Manuel, «No Coração de Vila Franca de Xira-Campino do Ribatejo vai ter Monumento», Vida Ribatejana, N.º 3101, Vila Franca de Xira, Vida Ribatejana, 1981, p.1.

<sup>4</sup> *ibid.*, p.1.

<sup>5</sup> *ibid.*, p.1.

<sup>6</sup> *ibid.* p.1.

<sup>7</sup> *ibid.* p.1.

<sup>8</sup> *ibid.* p. 1.

<sup>9</sup> PEREIRA, José Fernandes, *Dicionário de Escultura Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, 2005, p. 97.

<sup>10</sup> *ibid.*, p. 98.

<sup>11</sup> CORREIA, Emmanuel, *Soares Branco-Mestre Escultor*, Lisboa, Chaves Ferreira Publicações, 1998, p.13-14.

<sup>12</sup> PEREIRA, José Fernandes, *op.cit.*, p. 98.

<sup>13</sup> PEREIRA, José Fernandes, *Dicionário de Escultura Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, 2005, p. 98.



## 2. Características da obra

### 2.1. Materiais e Técnicas

O Monumento ao Campino é realizado em chapa de cobre com uma estrutura interna em aço<sup>14</sup>. O cobre<sup>15</sup> puro apresenta uma tonalidade avermelhada, e não possui capacidade magnética. Com o tempo tende a adquirir uma pátina negra. Contudo, a sua forma de corrosão mais severa assume uma tonalidade azul ou azul-esverdeada. Relativamente à escultura em estudo podemos observar que toda a superfície apresenta uma tonalidade escura, com alguns produtos de corrosão pontuais em azul-esverdeados.

Em relação à técnica utilizada estamos perante o repuxado, que consiste no «trabalho dos metais e ligas metálicas mais maleáveis executadas a frio, por martelagem»<sup>16</sup>, sendo que os metais mais adequados para este processo são «o chumbo, o cobre, o bronze, a prata ou o ouro»<sup>17</sup>.

No que concerne ao monumento podemos verificar que a superfície da mesma demonstra alguma textura resultante da «martelagem» da chapa. O resultado deste processo é um objeto oco, uma vez que a chapa é batida de modo a produzir formas, que posteriormente são soldadas na posição desejada construindo-se assim a figura. O facto de ser oco torna o monumento suscetível a danos físicos, como impactos. É visível no corpo do touro uma área amolgada.

### 2.2. Superfície

Em relação à superfície podemos observar duas tipologias de texturas. Um conjunto criado pelo autor na representação dos volumes, e um outro conjunto intimamente relacionado com o processo de execução da escultura.

No que concerne às texturas criadas pelo autor para representar os seus referentes podemos encontrar superfícies lisas e polidas em contraste com áreas mais texturadas. Por exemplo, o touro que apresenta áreas polidas, nomeadamente, nos cornos e nos cascos. Estas áreas destacam-se da zona das patas, junto dos cascos, onde podemos ver representada alguma pelagem subtil, realizada através da cinzelagem. Para além desta observamos pequenos triângulos solda-

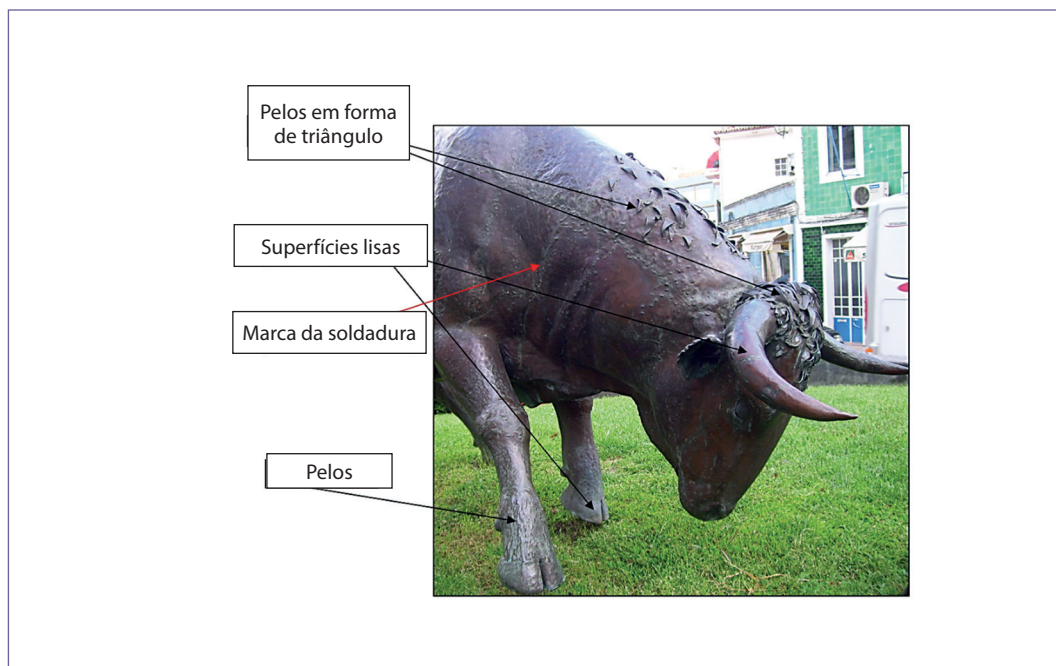
<sup>14</sup> CORREIA, Emmanuel, *Soares Branco-Mestre Escultor*, Lisboa, Chaves Ferreira Publicações, 1998.

<sup>15</sup> ANKERSMIT, Bart; [et. al.], *Basic Care - Recognizing metals and their corrosion products*, [Em linha], Canadá, Canadian Conservation Institute, [Consult. 11 maio 2018]. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/care-objects/metals/basic-care-recognizing-metals-corrosion-products.html>>.

<sup>16</sup> CARVALHO, Maria João Vilhena de, *Normas de Inventário – Escultura*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2004, p.141.

<sup>17</sup> *ibid.*, p.141.

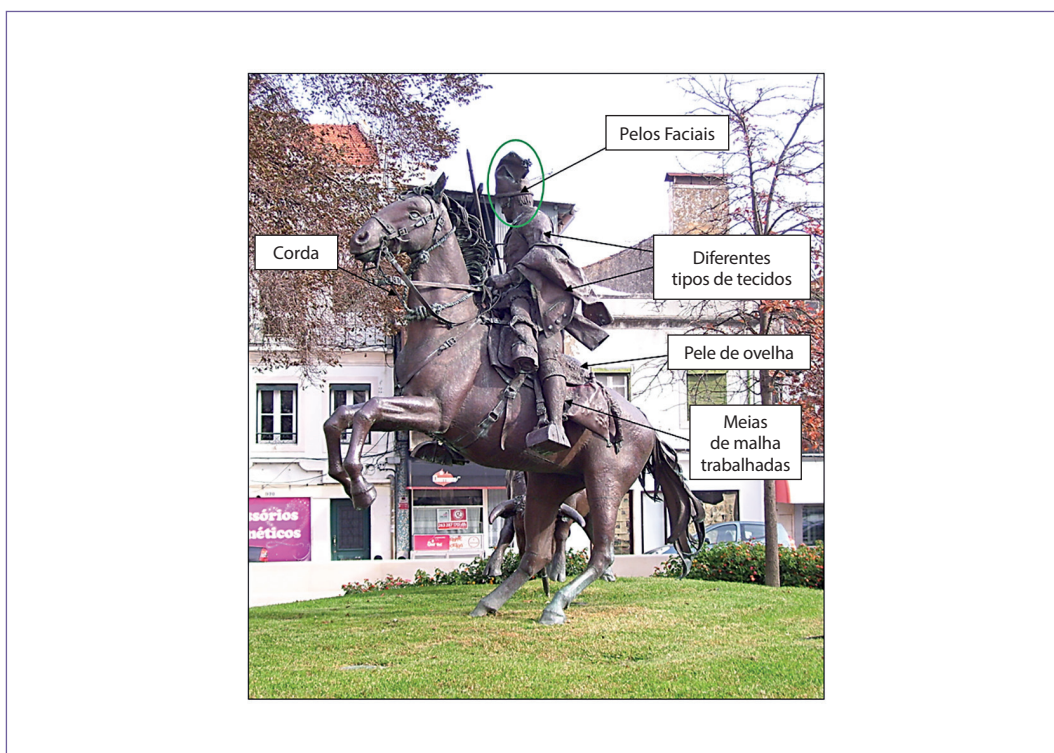
dos junto da base dos cornos, também eles a simularem pelagem, por sua vez mais densa que a anterior (Fig. 1). O mesmo sucede no caso da égua, sendo a crina e cauda representadas por chapa metálica soldada à figura, criando uma ideia de mais volume.



**Fig. 1** Texturas do touro. Fonte: fotografia e esquema da autora (2013).

Relativamente ao campino temos a representação de vários tipos de panejamentos que simulam diferentes tecidos. Conseguimos detetar que o tecido da camisa tem um comportamento distinto do tecido da jaqueta, que o campino tem por cima do braço. É ainda de salientar o trabalho executado na reprodução do pelo de ovelha, cuja textura simula o seu encarolado e leveza. Por sua vez podemos destacar as cordas que se encontram em torno da cabeça da égua (Fig. 2).

Se por um lado temos estes exemplos de texturas realizadas pelo autor com intenção de representar fielmente os referentes. Por outro lado, temos algumas texturas que resultam da técnica utilizada, como por exemplo, marcas da martelagem proveniente do repuxado ou linhas de soldadura que resultam da união das várias partes que compõe cada figura.



**Fig. 2** Texturas do campino e égua. Fonte: fotografia e esquema da autora (2013).

### 2.3. Forma

A escultura pode ser considerada figurativa, uma vez que todos os elementos são «representações plásticas que têm a natureza como referente (...)».<sup>18</sup>

Os elementos de cada figura são muito semelhantes aos seus referentes, como por exemplo as meias do traje do campino, onde se pode ver o trabalhado da malha. É de salientar o pormenor da representação da égua que corresponde à tipologia de cavalos usados pelos campinos no seu trabalho diário. Acrescem ainda todos os elementos aplicados na égua, que correspondem aos usados neste contexto, como por exemplo: os estribos de madeira; a pele de ovelha sobre a sela; a presença de cordas na cabeça do animal para além dos arreios. Tudo isto confere veracidade e realidade à representação (Fig. 3).

<sup>18</sup> CARVALHO, Maria João Vilhena de, *Normas de Inventário – Escultura*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2004, p.125.



**Fig. 3** Pormenor *Monumento ao Campino*. Fonte: fotografia da autora (2013).

## 2.4. Luz

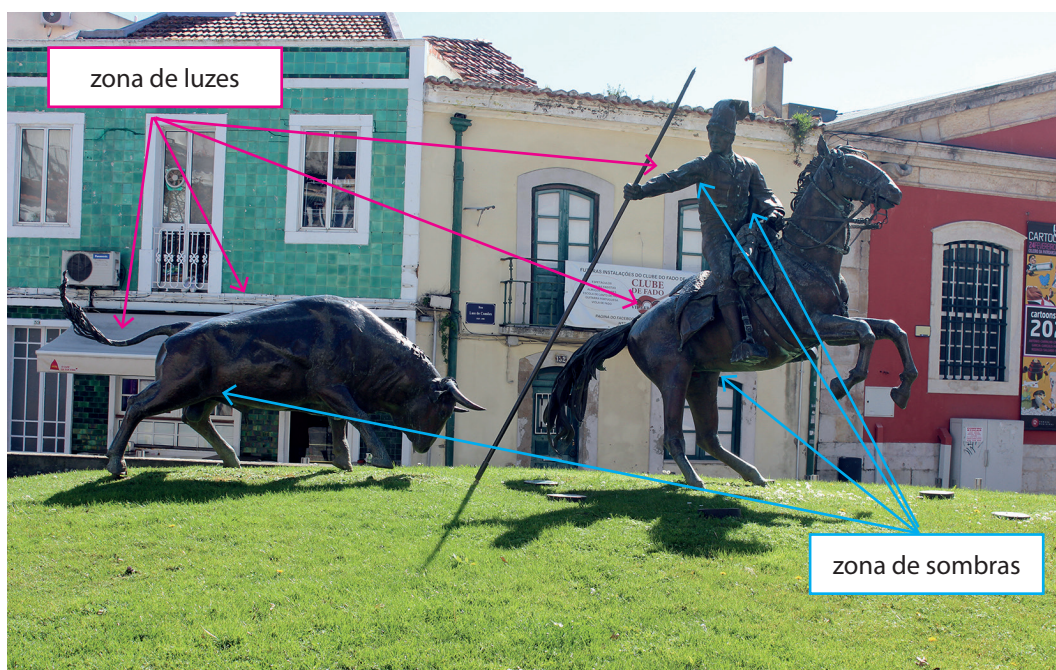
Dado a escultura se encontrar no exterior está sujeita às variações de luz e sombra que ocorrem ao longo do dia, bem como ao longo do ano. Para além destas alterações, pode ainda sofrer a influência de fenómenos meteorológicos, como por exemplo o nevoeiro que difunde a luz natural. A luz que incide na escultura e a sua direção influenciam a perceção dos seus volumes. Desta forma decidiu-se comparar as mudanças de luz e sombra que ocorrem ao longo do dia, tendo-se registado a escultura em três momentos: manhã, fim de tarde e noite.

Quando observamos a escultura pela manhã conseguimos determinar que os pontos de luz surgem maioritariamente na parte superior das figuras. Concentrando-se as áreas de sombra nas zonas inferiores das mesmas. Este é o panorama quando observamos o grupo escultórico pela frente (Fig. 4). Contudo, este cenário altera-se ao examinarmos a escultura pela parte posterior. Nesta vista a escultura encontra-se toda iluminada e os pontos de sombra são mais reduzidos, quando comparados com a vista anteriormente referida (Fig. 5).

Em relação à iluminação no período do final de tarde encontramos os mesmos pontos de luz e sombra mencionados anteriormente no período da manhã. No entanto os pontos de luz são menos intensos e demarcados. Assistindo-se assim a uma homogeneidade na superfície. Por sua vez as áreas de sombra surgem mais acentuadas. (Fig. 6)

Os dois momentos descritos apresentam algumas diferenças, contudo a maior variação ocorre no período da noite, no qual chega mesmo a existir uma

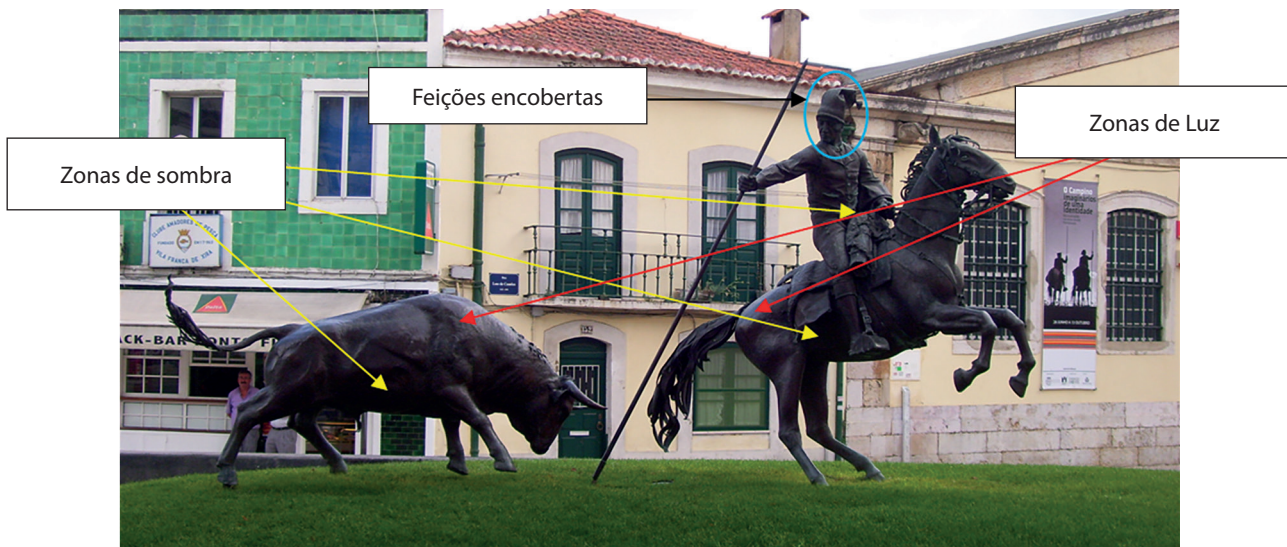




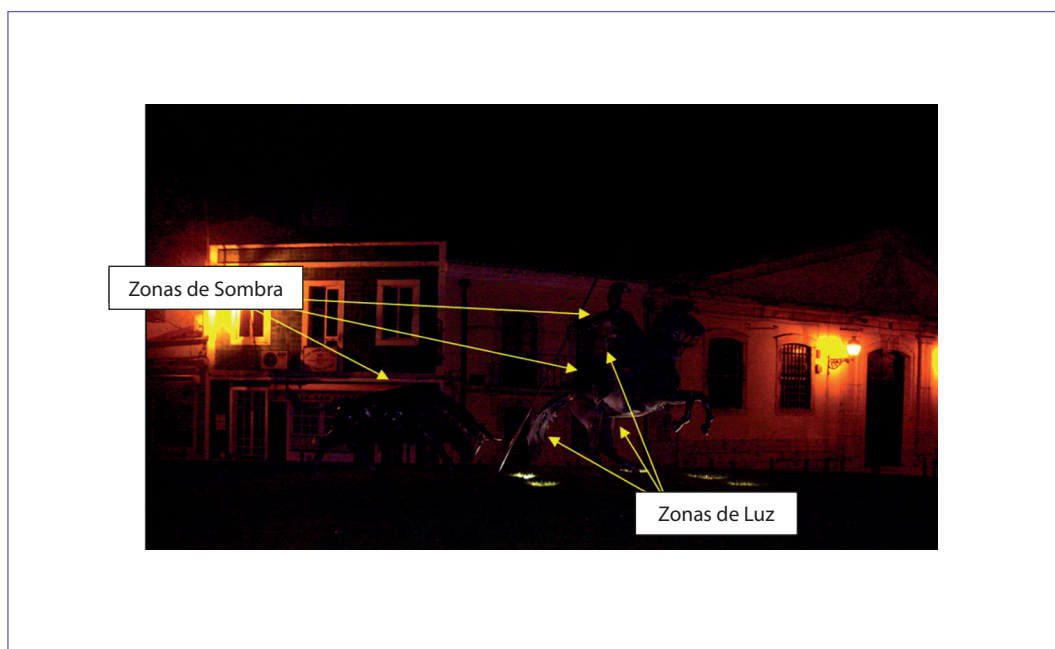
**Fig. 4** Iluminação pela manhã (parte da frente). Fonte: fotografia e esquema da autora (2024).



**Fig. 5** Iluminação pela manhã (parte posterior). Fonte: fotografia e esquema da autora (2024).



**Fig. 6** Iluminação pela tarde. Fonte: fotografia e esquema da autora (2013).



**Fig. 7** Iluminação pela noite. Fonte: fotografia e esquema da autora (2013).



inversão dos pontos de luz e sombra em relação ao dia. Durante a noite o monumento fica numa escuridão bastante acentuada, apenas recebendo luz de uns focos que se encontram no relvado. Se ao longo do dia a luz incide no topo da escultura, à noite incide na parte inferior das figuras (Fig. 7).

## 2.5. Movimento

O monumento transmite muita dinâmica na ação representada. As três figuras desempenham uma cena que se desenvolve através de uma sequência de acontecimentos interligados.

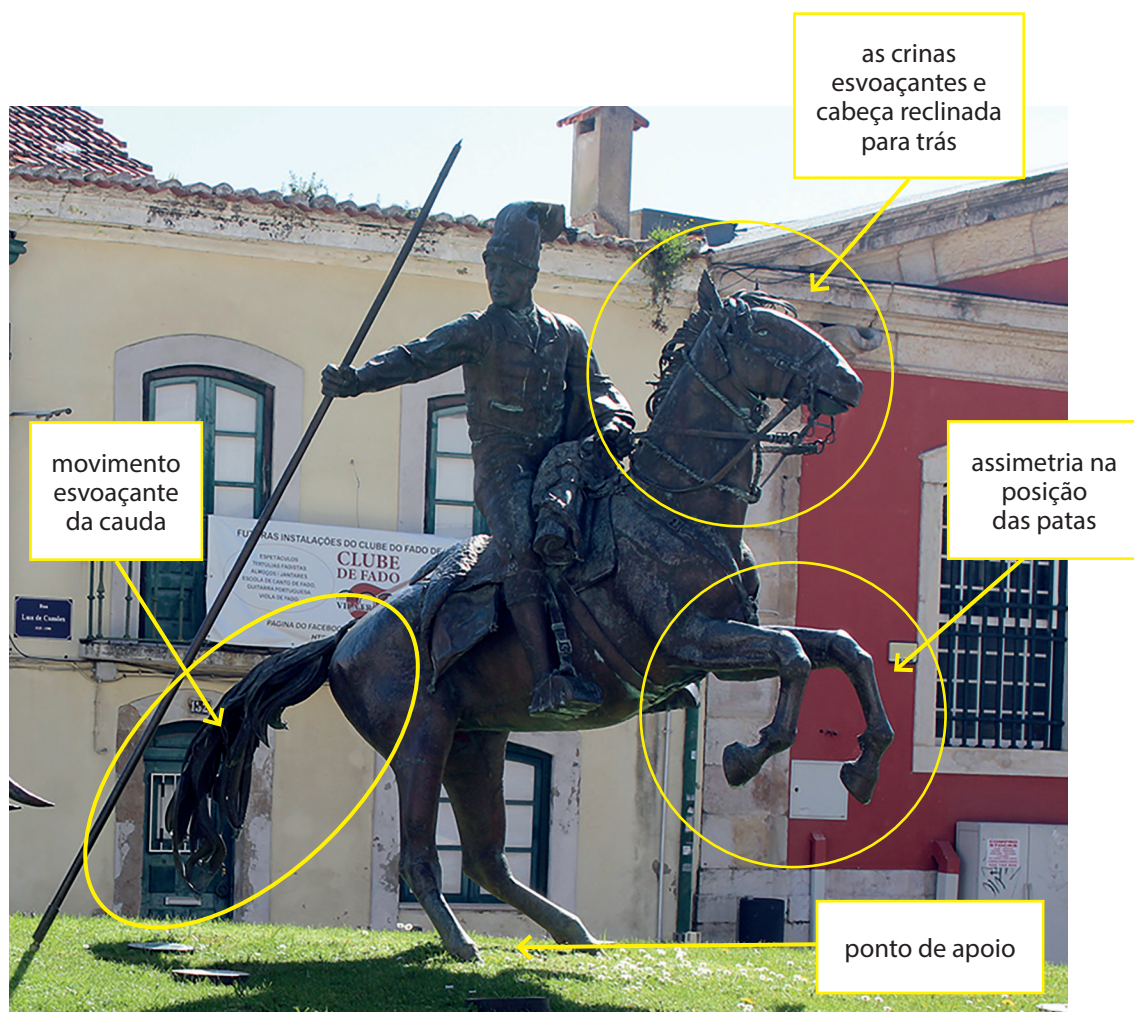
Quando observamos em particular cada elemento encontramos singularidades nos seus movimentos. Em primeiro lugar veremos alguns detalhes do touro. Esta figura desempenha um movimento de corrida simulado pela posição das patas, bem como pela colocação da cabeça, ligeiramente inclinada para baixo num ato de investida. É de salientar ainda a cauda que se agita pelo ar, com os pelos da extremidade a rodopiarem em espiral (Fig. 8).

No que respeita à égua evidencia-se o elevar das patas dianteiras, deixando-a em posição de equilíbrio, apenas assente nas patas traseiras. Este movimento é acompanhado pelo reclinar da cabeça para trás, fazendo com que as crinas



**Fig. 8** Movimento do touro. Fonte: fotografia e esquema da autora (2024).





**Fig. 9** Movimento do campino e égua. Fonte: fotografia e esquema da autora (2024).

sejam representadas de forma esvoaçante. Em relação às patas traseiras assiste-se, a uma ligeira, torsão como se a égua se desviasse da investida do touro.

Por fim, o campino é representado com o braço direito em extensão e com o tronco voltado para o touro. Outro aspeto são os seus pés que se encontram afastados do corpo da égua transmitindo a ideia de agitação causada pelo movimento do animal (Fig. 9).

## 2.6. Localização do fruidor

A localização do fruidor consiste na posição em que o observador se encontra em relação ao objeto observado. O monumento encontra-se junto do Celeiro da

Patriarcal, sobre uma plataforma relvada, ladeada por um passeio que permite ao observador uma visão de todas as perspectivas da escultura.

Atualmente o enquadramento resulta de uma requalificação do espaço urbano, que ocorreu vários anos após a construção do monumento. Tendo sido eliminados do contexto alguns elementos originais, encontrando-se a escultura colocada sobre uma área relvada, de formato triangular (Fig.10).

O enquadramento inicial, para além de uma zona relvada, apresentava um circuito com água.



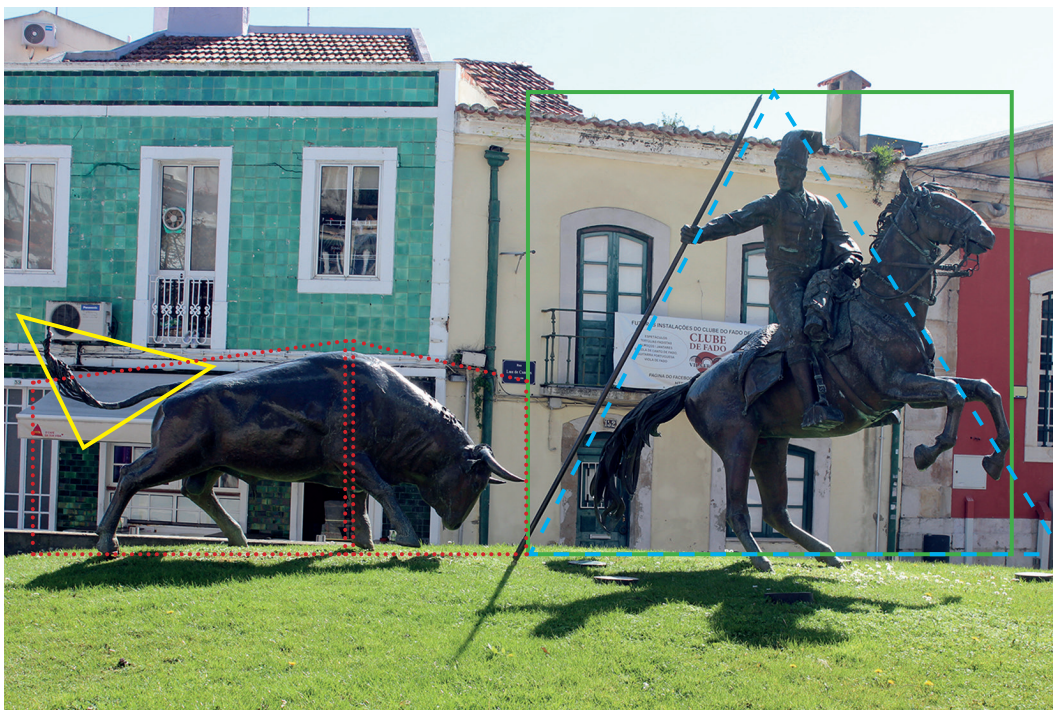
**Fig.10** Enquadramento da escultura. Fonte: fotografia e esquema da autora (2013).

## 2.7. Composição

A composição é a «(...) boa escolha das partes, e discreto modo de as reunir, para formarem um todo completo e perfeito. Em bellas artes é a combinação dos pensamentos que concorrem para a *composição* de qualquer assumpto: (...); é a arte de os representar e dispor de modo que exprimam bem e com decoro os objectos achados pela invenção. (...)»<sup>19</sup>.

O monumento apresenta alguma complexidade, nomeadamente, na relação existente entre os elementos que compõem o grupo. Tendo por

<sup>19</sup> RODRIGUES, Francisco de Assis, *Diccionario Technico e Historico de Pintura, Escultura, Architectura e Gravura*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, p.117 [Consult. 30 maio 2018]. Disponível em: <[http://purl.pt/977/4/ba-1154-p\\_PDF/ba-1154-p\\_PDF\\_24-C-R0150/ba-1154-p\\_0000\\_anterrosto-384\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/977/4/ba-1154-p_PDF/ba-1154-p_PDF_24-C-R0150/ba-1154-p_0000_anterrosto-384_t24-C-R0150.pdf)>.



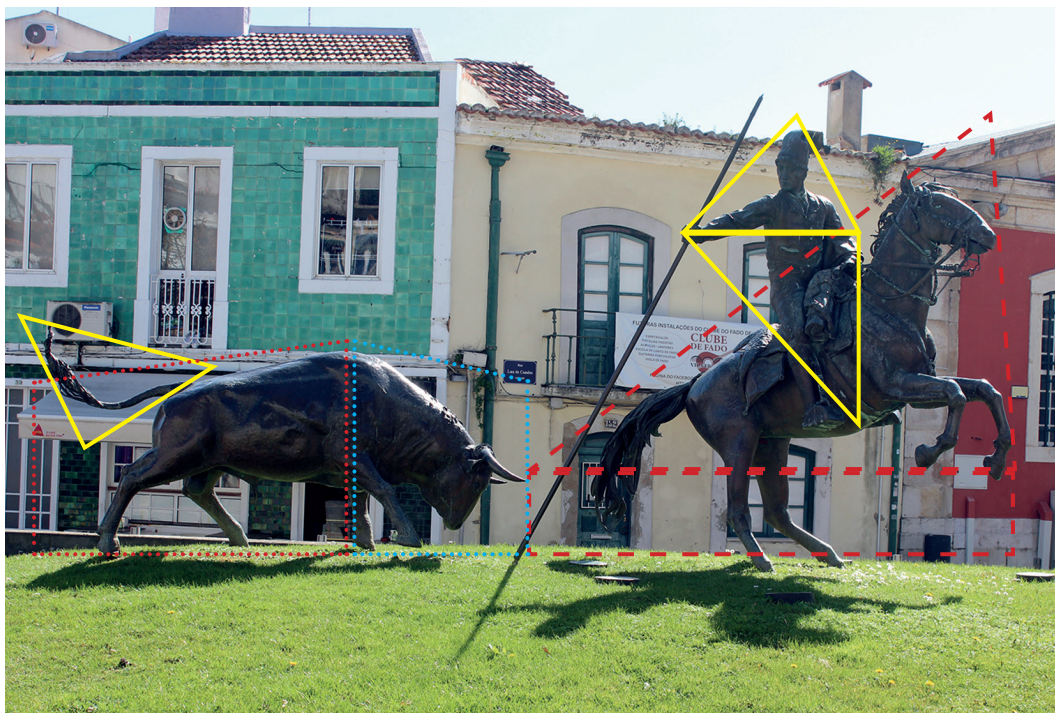
**Fig. 11** Hipótese (1) de esquema compositivo para o monumento. Fonte: fotografia e esquema da autora (2024).

base a observação da escultura podemos pensar em duas hipóteses de composição.

Numa primeira hipótese podemos colocar o touro dentro de dois trapézios, e a sua cauda dentro de um triângulo retângulo. Quanto ao campino e égua podemos colocá-los primeiro dentro de um retângulo e em segundo lugar dentro de um triângulo, em que no vértice superior se encontra a cabeça do campino (Fig. 11).

Numa segunda hipótese podemos manter o touro no mesmo esquema, dentro de dois trapézios, e a sua cauda dentro de um triângulo retângulo. Esta hipótese só se altera quanto ao esquema do campino e da égua. No qual podemos inserir o campino dentro de dois triângulos, sendo a base destes na linha do braço do campino. Quanto à égua pode ser inserida no interior de um retângulo e de um triângulo. Sendo que no vértice superior do triângulo está inserida a cabeça da égua, e o retângulo engloba as patas traseiras da mesma (Fig. 12).





**Fig. 12** Hipótese (1) de esquema compositivo para o monumento. Fonte: fotografia e esquema da autora (2024).

## Conclusões

O *Monumento ao Campino* é uma escultura muito acarinhada pela população de Vila Franca de Xira. Todos os anos esta figura torna-se parte integrante dos festejos do Colete Encarnado, sendo-lhe depositada uma coroa de flores em gesto de homenagem. Esta ligação poderá ser motivada pela identificação que a população tem como esta representação, que está intimamente relacionada com as suas tradições.

O escultor Domingos Soares Branco mostra com este trabalho um cuidado pelo pormenor. Todos os elementos que integram a escultura demonstram conhecimento da temática, sendo visível no tratamento que dá às texturas dos diferentes tecidos e materiais que caracterizam cada personagem. Esta riqueza de detalhes vem garantir veracidade e realismo a cada elemento do grupo escultórico.

Por se tratar de uma escultura de exterior é fortemente influenciada pelas variações de luz e sombra. A forma como esta incide na escultura permite-nos a interpretar volumes que a compõe de forma distinta. Ora desvendado os volumes ora ocultando os mesmos. As diferenças existentes entre a iluminação durante o dia e durante a noite levam à criação de diferentes cenários e percepções da escultura.

Para finalizar, o facto de se encontrar sujeita ao espaço urbano leva a que apresente algumas questões ao nível da conservação, como por exemplo a existência de produtos de corrosão pontuais e uma deformação da chapa.

## Agradecimentos

Agradece-se a Mário Ferreira, representante da antiga tertúlia «A Sela» pelo testemunho sobre o papel da Comissão de Tertúlias no projeto de construção do monumento, quando estudei esta peça para um trabalho académico, em 2013. Dá-se nota também de um agradecimento especial à Mónica Pereira Alves do Centro de Documentação do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pela disponibilização de referências relativas ao *Monumento ao Campino*.

## Referências Bibliográficas

- ANKERSMIT, Bart; [et. al.], *Basic Care - Recognizing metals and their corrosion products*, [Em linha], Canadá, Canadian Conservation Institute, [Consult. 11 maio 2018]. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/care-objects/metals/basic-care-recognizing-metals-corrosion-products.html>>.
- CARVALHO, Maria João Vilhena de, *Normas de Inventário – Escultura*, Lisboa, Instituto Português de Museus, 2004.
- CORREIA, Emmanuel, *Soares Branco-Mestre Escultor*, Lisboa, Chaves Ferreira Publicações, 1998.
- LOPES, Simões Manuel, «No Coração de Vila Franca de Xira-Campino do Ribatejo vai ter Monumento», *Vida Ribatejana*, Nº3101, Vila Franca de Xira, Vida Ribatejana, 1981.
- PEREIRA, José Fernandes, *Dicionário de Escultura Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, 2005.
- RODRIGUES, Francisco de Assis, *Diccionario Technico e Historico de Pintura, Escultura, Architectura e Gravura*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, [Consult. 30 maio 2018]. Disponível em: [http://purl.pt/977/4/ba-1154-p\\_PDF/ba-1154-p\\_PDF\\_24-C-R0150/ba-1154-p\\_0000\\_anterrosto-384\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/977/4/ba-1154-p_PDF/ba-1154-p_PDF_24-C-R0150/ba-1154-p_0000_anterrosto-384_t24-C-R0150.pdf).





# “Que seja pobre e simples, mas que seja nosso e fale de nós”: O Cruzeiro da Independência de Povos (1940)

António Amaro Rosa<sup>1</sup>

## RESUMO

Em plena 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial e inserido nas comemorações da fundação da nacionalidade, o país assistiu no ano de 1940 ao súbito aparecimento de um vasto número de pequenos monumentos evocativos do nascimento de Portugal e da restauração da independência. Do continente às ilhas, de norte ao sul, do interior ao litoral e da montanha ao vale, o território português ficou marcado por centenas ou milhares de *Cruzeiros da Independência*, dotados de uma assinalável diversidade plástica e epigráfica. Decorridos mais de 80 anos sobre o seu surgimento, o presente trabalho tem como objeto de estudo o cruzeiro vila-franquense inaugurado a 15 de dezembro de 1940. Partindo da contextualização da época em que surgiu, procura-se reconstituir o processo que levou à sua criação, bem como à interpretação da estrutura que ainda hoje subsiste no Monte do Senhor da Boa Morte, em Povos.

Palavras-chave: Estado Novo; Escultura; Cruzeiro da Independência; Povos; Monte do Senhor da Boa Morte.

---

<sup>1</sup> António Amaro Rosa (Lisboa, 1976). É licenciado em Direito (UAL) e Mestre em Estudos do Património (UAb). Concluiu ainda o Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (INA) e o Curso de Especialização em Fiscalidade (ISCTE). Exerce funções como jurista e advogado num serviço central da Administração Pública. Autor do *O pelourinho português* e coautor dos *Subsídios para uma cronologia do concelho de Pampilhosa da Serra*, possui vários artigos publicados nas revistas *Açafa*, *Arganília*, *Arunce*, *Ciência e Técnica Fiscal*, *Filermo*, *Lusíada Direito* e *Terra de Lei*, além de participação em algumas obras coletivas. Colabora regularmente no jornal *Serras da Pampilhosa*. antoniorosa@netcabo.pt

## 1. A iniciativa dos Cruzeiros da Independência de 1940

O Cruzeiro da Independência foi uma iniciativa inserida nas Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal, ocorridas em 1940. Apesar da sua designação oficial, estas comemorações pretenderam, no fundo, afirmar uma ideia imperial da nação (JOÃO; 2002: 27), constituindo «(...) um exemplo típico da história (Passado) ao serviço da história (Presente): procurava fortificar a “ideia” de um Estado forte, uno, corporativo, cristão, imperial, nacionalista, sem diversidades partidárias. Depois dos Centenários de Camões e do Marquês de Pombal (...)» (TORGAL, 1989: 32).

A iniciativa de erguer Cruzeiros da Independência partiu de Francisco Moreira das Neves (1906-1992)<sup>2</sup>, ao tempo sacerdote e chefe de redação do diário católico *Novidades* (1923-1975).

Inicialmente lançada aos microfones da Emissora Nacional, em setembro de 1938, conheceu novo impulso através da publicação do artigo “Uma cruz basta para dizer, na história, quem é Portugal” no referido jornal, a 31 de dezembro de 1939, texto que venceu o 1.º prémio do concurso de artigos sobre as comemorações de 1940 publicados na imprensa portuguesa.

O Duplo Centenário pretendia assumir-se como uma «grande festa de família», que não se deveria circunscrever à capital portuguesa, já que «a província, as ilhas, todos os domínios têm de participar nela» (CONSELHO, 1939: 3)<sup>3</sup>. Por outro lado, foi desde o início preocupação da Presidência do Conselho que os dispêndios relacionados com o evento não fossem «(...) em coisas que morrem, em coisas que passam; a máxima parte deve ficar como obra útil e ajudará por si mesma a perpetuar as festas» (*idem*, 7).

---

<sup>2</sup> Sacerdote, poeta e jornalista, nasceu em Gandra (Paredes), a 18 de novembro de 1906, e faleceu em Lisboa, a 31 de março de 1992. Encontra-se sepultado no cemitério da sua terra natal. Frequentou o seminário diocesano do Porto, onde concluiu o curso de Teologia em 1928, tendo sido ordenado sacerdote a 25 de maio de 1929. Em setembro do mesmo ano foi colocado na freguesia de Milhundos (Penafiel). Seguiu-se a sua aldeia natal, em outubro de 1930, e Mosteiró (Vila do Conde), em fevereiro do ano seguinte. Em abril de 1934 rumou para Lisboa, a fim de chefiar a redação do jornal católico *Novidades*, onde exerceu funções até ao encerramento do periódico, em 1974. Além de sacerdote e de jornalista, foi um autor profícuo, tendo publicado mais de 70 títulos, entre poesia, ensaio, biografia e sociologia. Colaborou na televisão, na rádio e em diversas publicações. Além de impulsionador dos Cruzeiros do Centenário, promoveu a preservação dos moinhos. Foi distinguido com a comenda da Ordem Militar da Torre Espada e com a Medalha de Ouro da cidade de Lisboa. Sobre a sua vida e obra, cfr. *Actas do Centenário do Nascimento de Monsenhor Moreira das Neves (1906-2006)*, Câmara Municipal de Paredes, 2008.

<sup>3</sup> Sobre a escultura pública no âmbito deste evento, mas fora do seu palco na capital portuguesa, cfr. SAIAL, Joaquim – «Escultura pública portuguesa em 1940, fora da Exposição de Belém», in *Convocar: Revista de Ciências da Arte*, n.º 1 (dezembro de 2015), pp. 71-84.

Partindo destes dois pressupostos, Francisco Moreira das Neves sugeriu que a comemoração do “Ano Áureo” de 1940 deveria «(...) *fixar-se não apenas nas actas dos congressos, e nas reportagens dos jornais, mas na nossa própria paisagem. Como? Pelo ‘Cruzeiro da Independência’*» (NEVES, 1940: 11). Da mesma forma que os centenários cruzeiros lembravam aos viandantes episódios de bravura ou momentos tráficos da história, a multiplicação de novos cruzeiros faria perpetuar a glória portuguesa celebrada em 1940 muito para além do seu tempo.

Para Francisco Moreira das Neves, o cruzeiro era, de longe, o tipo de monumento que melhor ilustrava a natureza do ser português ao longo da sua história:

*«O Cruzeiro da Independência é a expressão mais feliz, porque mais exacta, do sentido de Portugal. Com a Cruz batalharam os soldados valorosos de Afonso Henriques, com a Cruz engrandeceu a nação de D. Diniz, com a Cruz batalhou Nun’Álvares e a Ala dos Namorados, com a Cruz seguiram os descobridores, com a Cruz venceram os heróis conjurados da Restauração. A Cruz é a luz do nosso destino, a força da nossa Raça, o lume das nossas vitórias, a proa dos nossos barcos. A Cruz brilhou nos copos da espada dos nossos soldados, na coroa dos nossos Reis, na inspiração dos nossos Poetas, no pano das nossas Naus. A Cruz é o símbolo da nossa vida, a explicação dos nossos triunfos, a razão dos nossos roteiros, a definição da nossa História, a alma da nossa Raça»* (NEVES, 1939: 27).

Além da adequação da ideia ao espírito do Duplo Centenário, a mesma revelava-se perfeitamente exequível, uma vez que a criação de um cruzeiro de pedra não exigia especiais formalidades burocráticas nem avultado investimento financeiro. Em alternativa à construção de uma nova estrutura, Francisco Moreira das Neves sugeria até que as povoações porventura mais modestas procedessem à mera recuperação de antigos cruzeiros.

A sugestão lançada pelo sacerdote natural do concelho de Paredes substanciava um convite dirigido não a quaisquer corporações, mas às próprias populações que compunham cada uma das freguesias portuguesas:

*«Toca agora a cada freguesia encontrar os homens que têm nas suas mãos o encargo honroso de participar da sua burocracia. Precisamos, para isso, grandes possibilidades económicas? Não. Apenas uma vontade decidida e fervorosa, guiada por uma inteligência esclarecida e*









*desanuviada. Todas as freguesias têm essa inteligência e vontade. Que outra não haja, não faltará a do pároco» (NEVES, 1939: 27).*

Em suma, a ideia era ambiciosa, mesmo atendendo ao número de freguesias portuguesas envolvidas, mas ainda assim suscetível de ser prosseguida dados os reduzidos meios que a iniciativa exigia.

O *Cruzeiro da Independência* não só se inseria perfeitamente no contexto das comemorações do Duplo Centenário, como até no próprio quadro ideológico do regime de António de Oliveira Salazar. De facto, aquele evento, associado à Exposição do Mundo Português «(...) materializou a imagem do Portugal rural, cristão, espiritual, multicontinental e multirracial que Salazar e o regime do Estado Novo promoveram» (ALMEIDA, 2004: 2).

Não admira, pois, que uma das quatro secções da referida exposição fosse precisamente a “Sala da Fé e do Império”, na qual a primeira aparecia como o traço de união entre os elementos que compunham o segundo (DAMASCENO, 2010: 57).

Efetivamente, a essência católica da identidade nacional constituía um dos mitos do regime do Estado Novo, que «(...) entendia a religião católica como elemento constitutivo do ser português, como atributo definidor da própria nacionalidade e da sua História» (ROSAS, 2008: 33).

Tendo a dilatação da fé católica sido um dos principais objetivos dos portugueses de quinhentos, o *Cruzeiro da Independência* consubstanciaria, no fundo, uma recriação desse espírito expansionista, marcando a paisagem do território português (metropolitano e ultramarino)<sup>4</sup> e simultaneamente atestando a identidade lusa<sup>5</sup>.

Uma linha de investigação que carece de maior desenvolvimento, embora recaia fora do âmbito deste estudo, prende-se com o paralelismo entre o *Cruzeiro da Independência*, em Portugal, e as *Cruces de los Caídos* (também denominados *Monumentos a los Caídos*), em Espanha.

Segundo a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, deve-se a Francisco Moreira das Neves «(...) a campanha do cruzeiro da independência, desenvolvida em 1940 no continente e nas colónias, e que levou o governo de Espanha a desen-

<sup>4</sup> Sobre as comemorações do Duplo Centenário no então Portugal Ultramarino, *cfr.* BARROS, Victor – «Estado Novo e as comemorações do duplo centenário nas colónias», in *Revista de História das Ideias*, 2.ª série, vol. 39 (2021), pp. 141-173.

<sup>5</sup> Ainda sobre o modo como a religião foi projetada neste evento e a forma como as artes plásticas representaram o tópico religioso, *cfr.* BRITO, Ricardo de – «A presença e o papel da religião nas Comemorações Centenárias de 1940», in *Lusitania Sacra*, n.º 24 (julho-dezembro de 2011), pp. 263-276.

volver propaganda semelhante» (AAVVb, s.d., 859). Terá sido efetivamente assim? Ou tratar-se-á de mera coincidência?

De acordo com Mónica Astorga

*En febrero de 1938 se creó la Comisión de Estilo en las Conmemoraciones de la Patria, que se encargaba de establecer las normas y “emitir en cada caso el dictamen necesario, al planteamiento y realización de cada una de las iniciativas” referentes a “cuanto concerniese a la construcción de edificios o edículos, erección de monumentos, fijación de lápidas y sus inscripciones y hasta atribución de nombres a lugares o cambio de los que tuvieran, así como cualquier otra forma de conmemoración artística del sentido, acontecimientos, figuras, glorias y duelos de la lucha nacional de España, así como las de su glorioso pasado histórico”. (...) Con la creación, en marzo de 1942, de la Jefatura de Ceremonial y de la Sección de Organización de Actos Públicos y Plástica, dependientes de la Vicesecretaría de Educación Popular, serían los Servicios Técnicos de esa Sección los encargados de elaborar los informes sobre la conveniencia de autorizar, o no, la construcción de los nuevos monumentos proyectados» (ASTORGA, 2006: 289).*

Ora, é precisamente entre a criação da *Comisión de Estilo en las Conmemoraciones de la Patria* (fevereiro de 1938) e a fundação da *Jefatura de Ceremonial y de la Sección de Organización de Actos Públicos y Plástica* (março de 1942) que surge, inicialmente aos microfones da Emissora Nacional (setembro de 1938) e posteriormente em imprensa escrita (dezembro de 1939), a iniciativa de Francisco Moreira das Neves, ao tempo chefe de redação do jornal *Novidades*. O então chefe de redação era uma pessoa presumivelmente mais atenta e esclarecida sobre o quotidiano nacional e internacional e certamente acompanharia os desenvolvimentos do país vizinho que, entre 1936 e 1939, era palco de uma guerra civil. Repare-se, ainda, que entre a criação da aludida *Comisión de Estilo* em Espanha e a primeira alocução de Francisco Moreira das Neves na rádio portuguesa medeiam sete meses.

Muito embora exista uma idêntica apropriação propagandística (por duas ditaduras “contíguas”), uma coincidência temporal (1938-1940) e alguma afinidade estilística entre os *Cruzeiros da Independência* e as *Cruces de los Caídos*, certo é que a sua natureza é distinta. Enquanto as cruces portuguesas são vistas como um «*acto de fé patriótico*» (NEVES, 1939: 26), as cruces espanholas

constituem monumentos funerários em honra dos vencedores. Razão pela qual Espanha tem vindo a assistir à remoção e até à destruição deste tipo de monumentos (ligados ao franquismo), ao abrigo da sua *Ley de la Memoria Histórica*.<sup>6</sup>

## 2. O Cruzeiro da Independência de Povos

Na base de qualquer criação humana está uma ideia e um rosto. No entanto, o decurso do tempo acaba por gerar, em regra, a desatualização da criação e, com ela, o esquecimento da ideia e do rosto que estiveram por detrás dela.

À História cabe a tarefa de recuperar a memória da ideia, do rosto e de diversos outros aspetos relacionados com a criação através de métodos científicos, independentemente desta última ter, ou não, sobrevivido à passagem do tempo, aos elementos da natureza ou à ação do Homem.

Felizmente para o concelho de Vila Franca de Xira, o Cruzeiro da Independência levantado na localidade de Povos<sup>7</sup>, chegou – mais ou menos incólume (como se verá oportunamente) – até aos nossos dias, embora, compreensivelmente, esteja esquecido na mente dos habitantes deste município, e de quem o visita, o contexto em que aquele monumento surgiu.

Felizmente também para o concelho vila-franquense, importa reconhecer que a tarefa de reconstituir o surgimento histórico do cruzeiro de Povos não apresenta dificuldades inultrapassáveis, nem lacunas assinaláveis comparativamente a outros exemplares espalhados pelo país, já que a génese da ideia, a identificação do seu rosto e a concretização daquela criação humana encontram-se excecionalmente descritas nas páginas do jornal *Vida Ribatejana* (1917-2010), semanário sediado em Vila Franca de Xira.

### 2.1. Génese

Conforme resulta da primeira parte deste estudo, a criação humana dos Cruzeiros da Independência deveu-se a uma ideia de Francisco Moreira das Neves,

<sup>6</sup> «Las Administraciones públicas, en el ejercicio de sus competencias, tomarán las medidas oportunas para la retirada de escudos, insignias, placas y otros objetos o menciones conmemorativas de exaltación, personal o colectiva, de la sublevación militar, de la Guerra Civil y de la represión de la Dictadura» (artigo 15.º).

<sup>7</sup> Sobre esta, cfr. AAVV – *Senhor da Boa Morte: mitos, história e devoção*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2000; *Boletim Cultural Cira*, n.º 7 (1995-1997), Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1998, PARREIRA, Rui – «Inventário do património arqueológico e construído do concelho de Vila Franca de Xira. Notícia da parcela 390-6», in *Boletim Cultural Cira*, n.º 3 (1987/1988), pp. 99-100.

inicialmente lançada aos microfones da Emissora Nacional em setembro de 1938 e publicada no jornal *Novidades* no último dia do ano de 1939.

No caso vila-franquense, a ideia de erguer um Cruzeiro da Independência surgiu praticamente um ano depois daquela transmissão radiofônica, tendo como rosto o recém-colocado pároco de Vila Franca de Xira, António Antunes Abranches<sup>8</sup>, que «*lembrou ao diretor do jornal que, nas comemorações a realizar no concelho, por ocasião das festas dos Centenários, se erguesse, no alto do Senhor da Boa Morte, um cruzeiro de pedra*»<sup>9</sup>.

No entanto, nesta fase, a ideia não conheceu desenvolvimento imediato, apesar da promessa de voltar ao assunto, por parte do diretor do periódico ribatejano.

Decorrido meio ano, António Antunes Abranches insistiu novamente na ideia de erguer um Cruzeiro da Independência em Povos. Através de uma carta dirigida ao *Vida Ribatejana* e por este publicada, desafiava o jornal a concretizar a iniciativa através de uma subscrição pública, dado que «*não se trata de obra política, nem de obra meramente religiosa. A obra é patriótica e, como tal, interessa a todos: católicos, não católicos, crentes e descrentes*»<sup>10</sup>.

A ideia acabou por ser acolhida na ocasião pelo semanário vila-franquense, tendo este inclusivamente iniciado a sugerida subscrição pública através de uma contribuição inaugural no valor de cinquenta escudos, atendendo ao «*(...) alto significado histórico e patriótico (...)*»<sup>11</sup> da iniciativa. Posteriormente, a própria carta aberta do pároco de Vila Franca de Xira e a respetiva resposta da direção do jornal foram alvo de transcrição no jornal *Novidades*<sup>12</sup>.

A explicação para o acolhimento desta iniciativa cerca de seis meses após a primeira apresentação da ideia por António Antunes Abranches não terá ficado apenas a dever-se ao reconhecimento, nesta altura, do seu alegado significado histórico e patriótico. Provavelmente, também terão pesado na decisão do jornal de Vila Franca de Xira quer a publicação do artigo “Uma cruz basta para dizer, na

---

<sup>8</sup> Nasceu em Loriga (Seia), a 9 de dezembro de 1913, e faleceu em Lisboa, a 21 de abril de 2003. Após concluir o ensino primário na sua terra natal, rumou aos 12 anos para Lisboa. Dois anos depois ingressou no Seminário de Santarém, seguindo-se mais tarde os seminários pertencentes ao Patriarcado em Lisboa, tendo sido ordenado sacerdote no Seminário dos Olivais a 29 de junho de 1938 (PINA, 2009: s.p.). Cerca de um ano depois, a 25 de junho de 1939, foi colocado na paróquia de Vila Franca de Xira e Castanheira do Ribatejo. Aqui se manteve por menos de dois anos, tendo-lhe sucedido o padre Vasco Moniz em fevereiro de 1941. «*Antunes Abranches foi um padre de transição. Veio substituir o padre José Dias Napoléon, que, entretanto, por problemas de ordem pessoal, foi afastado da paróquia. Ao cabo de 22 meses à frente das paróquias de Vila Franca e Castanheira do Ribatejo, foi Abranches para Lisboa tomar conta da paróquia de N. S. Fátima, onde permaneceu 50 anos*» (COSTA, 2013: 5).

<sup>9</sup> *Vida Ribatejana*, n.º 872, de 1939-08-27, p. 3.

<sup>10</sup> *Vida Ribatejana*, n.º 901, de 1940-02-25, p. 1.

<sup>11</sup> *Idem*.

<sup>12</sup> *Cfr. Novidades*, n.º 14143, de 1940-02-27, p. 6.

história, quem é Portugal”, na edição de 31 de dezembro de 1939 no jornal *Novidades*, quer a vitória alcançada em fevereiro de 1940 por Francisco Moreira das Neves com a publicação daquele texto no concurso de artigos sobre as comemorações de 1940, quer ainda o acolhimento, quase imediato, da iniciativa do levantamento de Cruzeiros da Independência por várias localidades do país.

Na edição seguinte, o semanário de Vila Franca de Xira noticiava que a iniciativa sugerida causou grande interesse na vila e arredores: «*Sabemos que algumas pessoas e colectividades locais estão empenhadas em auxiliar esta ideia patriótica que, todos esperamos, se tornará em consoladora realidade*»<sup>13</sup>.

Uma vez aberta a subscrição pública para a ereção do Cruzeiro da Independência de Povos, raras foram as edições imediatamente posteriores do *Vida Ribatejana* onde não se deu conta da evolução da iniciativa, sobretudo ao nível das contribuições pecuniárias. Por outro lado, tendo este jornal encabeçado a iniciativa, denota-se não só uma persistência noticiosa sobre o assunto, como ainda a própria divulgação aparece destacada na primeira página do periódico.

Em março de 1940, ainda não existia uma noção sobre a concreta forma que iria assumir o futuro Cruzeiro da Independência de Povos. Em contrapartida, o jornal *Vida Ribatejana* projetava o seu impacto na paisagem e a mensagem que procuraria transmitir:

«O Cruzeiro a erguer no alto de Povos, se os donativos para tanto chegarem (...) será um monumento simples na sua estrutura mas de forma a dominar as Lezírias e o Tejo – a paisagem imensa, surpreendente e linda que do mesmo monte se disfruta.

*Quem não gostará de ver ali, de muito longe, naquele local sagrado que tanto nos faz recordar passadas eras, êsse magnífico simbolo de fé, de Amor, de Civilização que desde D. Afonso Henriques sempre acompanhou as armas, as glórias e as desventuras da nossa Pátria?»*<sup>14</sup>

Ainda no mesmo mês, a ideia apresentada por António Antunes Abranches e secundada pelo *Vida Ribatejana* reuniu um apoio de peso: o incentivo proporcionado pelo próprio mentor dos Cruzeiros da Independência. Numa crónica publicada naquele semanário do Baixo Ribatejo, Francisco Moreira das Neves confessava que:

«Quando há meses lancei, ao microfone da Emissora Nacional a ideia do Cruzeiro da Independência, mal imaginava o carinho e o entusiasmo com que havia de vir a ser recebida em tantas terras de Portugal. (...)»

<sup>13</sup> *Vida Ribatejana*, n.º 902, de 1940-03-03, p. 1.

<sup>14</sup> *Vida Ribatejana*, n.º 904, de 1940-03-17, p. 1.

*Vila Franca de Xira ouviu o apêlo patriótico e logo disse – “presente!” (...)*

*O Cruzeiro da Independência, erguido no monte sobranceiro ao povoado, será para Vila Franca uma expressão de heroísmo e a sua sombra um verdadeiro refúgio espiritual.*

*Estamos numa hora em que, mais do que nunca, temos necessidade de símbolos, mas de símbolos que falem alto, dominando a feira de ruídos que é tôda a vida contemporânea. (...) Que seja pobre e simples, mas que seja nosso e fale de nós.»<sup>15</sup>*

Como oportunamente se verá, a apontada simplicidade acabou por revelar-se profética, contrariamente aos anseios da comissão promotora da construção do cruzeiro.

## 2.2. Execução

O acolhimento da iniciativa de construir um Cruzeiro da Independência no cimo do monte do Senhor da Boa Morte, materializado pelos donativos pecuniários entretanto recebidos, levou a comissão promotora a concretizar aquela ideia. Para tanto, tornava-se necessário a existência de um projeto técnico.

Através das páginas do jornal *Vida Ribatejana*, a referida comissão procurou evitar os custos associados à elaboração do projeto, tendo lançado o convite para que um técnico a auxiliasse através da sua execução gratuita<sup>16</sup>.

Infelizmente, não foi possível determinar o autor do projeto do Cruzeiro da Independência de Povos, nem os termos em que o mesmo foi elaborado, dado que, por um lado, as posteriores edições daquele periódico são omissas quanto a esses factos, e, por outro, não foi detetada a existência do processo de obra referente àquela estrutura nos fundos do Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira.

Ao longo das edições seguintes, o *Vida Ribatejana* noticiou, como habitualmente, as ofertas em dinheiro entretanto recebidas, mediante a identificação do ofertante e do respetivo valor. Outra medida tendente a evitar o esmorecimento da iniciativa passou pela republicação, agora nas páginas daquele jornal, do artigo de Francisco Moreira das Neves que despoletou a construção de Cruzeiros da Independência, de norte a sul do país<sup>17</sup>.

Apesar disso, em finais de maio de 1940 o jornal de Vila Franca de Xira noticiava que «*tem animado pouco a subscrição destinada ao Cruzeiro da Indepen-*

---

<sup>15</sup> *Vida Ribatejana*, n.º 905, de 1940-03-24, p. 1.

<sup>16</sup> *Vida Ribatejana*, n.º 906, de 1940-04-07, p. 1.

<sup>17</sup> *Vida Ribatejana*, n.º 909, de 1940-05-05, pp. 1 e 4.



*dência a construir no Alto do Senhor da Boa Morte»<sup>18</sup>, situação que se manteve ao longo das semanas seguintes, ao ponto de o periódico lançar o alerta de que «(...) se assim continua, não podemos garantir a realização desta iniciativa patriótica»<sup>19</sup>.*

Mas nem só de donativos pecuniários se concretizou a construção do cruzeiro em Povos. Em sessão realizada a 16 de junho, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira deliberou oferecer à comissão promotora *«(...) as pedras que possam aproveitar-se para tal fim, usando qualquer veículo para o seu transporte»<sup>20</sup>*. Por seu turno, em finais de julho o jornal vila-franquense noticiava que *«a pedra em que o Cruzeiro será feito, aproveitar-se-à das cantarias do antigo “passo” da rua Direita, ultimamente demolido»<sup>21</sup>*.

Certamente que estas medidas proporcionaram uma razoável diminuição dos custos inerentes à obra, considerando a escassez e o encarecimento das matérias-primas decorrentes do contexto de guerra então vivido na Europa e à qual Portugal não ficou imune, apesar da sua aparente neutralidade.

Como referido, não foi possível detetar o processo de obra referente ao Cruzeiro da Independência de Povos. Contudo, a edição de 20 de outubro de 1940 do *Vida Ribatejana* fornece alguns elementos que permitem vislumbrar o projeto inicial da comissão promotora:

*«Modesto na sua estrutura, de linhas simples que ficam bem no ambiente do local (...).*

*O Cruzeiro, vai ser, pois, uma realidade. Ficará com cerca de 9 metros de altura e a pedra que nele será empregada é a pedra rústica da serra. O trabalho foi confiado a mestre Henrique Gaspar<sup>22</sup>, desta vila.»<sup>23</sup>*

Porém, e como oportunamente se verificará, a versão final da estrutura ficou aquém deste projeto.

Em finais de outubro de 1940 já se encontravam concluídos os caboucos para o Cruzeiro da Independência. Por outro lado, foi nesta mesma altura iniciado o trabalho de cantaria na oficina de Henrique Gaspar<sup>24</sup>.

<sup>18</sup> *Vida Ribatejana*, n.º 912, de 1940-05-29, p. 1.

<sup>19</sup> *Vida Ribatejana*, n.º 917, de 1940-06-30, p. 1.

<sup>20</sup> Cfr. Fundo Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, “Livros de atas” (1939-11-02 a 1941-05-13), Cód. Referência n.º PT/MVFX-ARQ/AAL/CMVFX/B-A/003/0048, ata da sessão de 16 de junho de 1940, p. 84 verso.

<sup>21</sup> *Vida Ribatejana*, n.º 925, de 1940-07-28, p. 1.

<sup>22</sup> Infelizmente, não se logrou obter qualquer tipo de informação sobre este mestre canteiro. O seu nome encontra-se ausente no *Anuário Comercial de Portugal*, de 1941, na parte referente a Vila Franca de Xira.

<sup>23</sup> *Vida Ribatejana*, n.º 935, de 1940-10-20, p. 1.

<sup>24</sup> *Vida Ribatejana*, n.º 936, de 1940-10-27, p. 1.

No mês seguinte, o *Vida Ribatejana* noticiava que não só faltavam apenas algumas centenas de escudos para o pagamento da obra do cruzeiro, como avançava ainda os dias 1 ou 8 de dezembro como datas prováveis para a sua inauguração, acrescentando que

*«Está sendo constituída a comissão e organizadora destas festas, que será presidida pelo rev.º Padre Antunes Abranches e de que farão parte, entre outros, o sr. José Van-Zeller Pereira Palha, presidente da Câmara Municipal.»*<sup>25</sup>

Contudo, na edição seguinte do semanário informava que, afinal, a inauguração teria lugar no dia 8 de dezembro (coincidindo com a celebração de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Portugal), a qual contaria com a presença e uma alocução de Francisco Moreira das Neves, isto é, do próprio impulsor dos Cruzeiros da Independência. O jornal noticiava igualmente que o artista Noel Perdigão<sup>26</sup> desenhou as legendas que iriam ser gravadas no cruzeiro e que o pároco Antunes Abranches se encontrava a ensaiar

*«(...) Alguns centos de crianças das escolas desta vila que se farão ouvir em lindos coros patrióticos durante o trajecto desta vila para o alto do Senhor da Boa Morte e durante a inauguração do Cruzeiro.»*<sup>27</sup>

A 24 de novembro, o semanário ribatejano publicava nova notícia onde dava conta que a construção do Cruzeiro da Independência de Povos deveria ficar concluída na semana em curso, caso as condições meteorológicas assim o permitissem<sup>28</sup>.

O programa oficial da inauguração (fixada para o dia 8 de dezembro) foi dado a conhecer na edição seguinte. Com honras de primeira página, no *Vida Ribatejana* faziam-se apelos à participação popular, convocavam-se os filiados da Mocidade Portuguesa para o evento e divulgavam-se os habituais donativos pecuniários para custeamento da obra. A tudo isto, acrescia no interior do jornal uma resenha histórica de Povos elaborada por Francisco Câncio<sup>29</sup>.

A edição seguinte, publicada na véspera do evento, manteve a mesma tónica, pedindo

*«(...) Às colectividades que tomarem parte neste cortejo que se apresentem com os seus estandartes. Espera-se a comparência, em massa, do povo desta vila e Povos*

---

<sup>25</sup> *Vida Ribatejana*, n.º 937, de 1940-11-03, p. 1.

<sup>26</sup> Noel Augusto Perdigão nasceu a 21 de outubro de 1895 e faleceu a 17 de janeiro de 1977. Além de pintor, integrou a Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira e encontra-se perpetuado na toponímia local. Foi pai de outro conceituado artista vila-franquense, José Noel Perdigão.

<sup>27</sup> *Vida Ribatejana*, n.º 938, de 1940-11-10, p. 1.

<sup>28</sup> *Vida Ribatejana*, n.º 940, de 1940-11-24, p. 1.

<sup>29</sup> *Vida Ribatejana*, n.º 941, de 1940-12-01, p. 1.

*e igualmente se espera que todas as restantes freguesias se façam representar nesta grande manifestação patriótica.»*<sup>30</sup>

Porém, por razões que não foi possível determinar, a inauguração do Cruzeiro da Independência de Povos não teve lugar no dia 8 de dezembro de 1940, como inicialmente programado, mas, sim, uma semana depois. Na sua edição de 14 de dezembro, o jornal *Vida Ribatejana* limita-se a noticiar na primeira página, embora algo laconicamente, que «*realiza-se, amanhã, definitivamente, no Alto do Senhor da Boa Morte, a inauguração do Cruzeiro da Independência (...)*»<sup>31</sup>.

### 2.3. Conclusão

Cerca de dez meses depois da sua sugestão nas páginas do jornal *Vida Ribatejana*, a 15 de dezembro de 1940 teve lugar a cerimónia de inauguração do Cruzeiro da Independência de Povos, ereto no monte do Senhor da Boa Morte.

Se, como foi dito, o historial da sua construção encontra-se amplamente narrado nas páginas daquele semanário do Baixo Ribatejo, o mesmo pode ser afirmado quanto à descrição do cerimonial de inauguração e ao seu registo fotográfico.

De acordo com a notícia inserida na edição especial de Natal do *Vida Ribatejana*, a inauguração do cruzeiro de Povos contou com a presença de alguns milhares de pessoas. «*(...) Antunes Abranches estava comovidíssimo e a sua comoção logo se comunicou aos milhares de crentes e até aos descrentes (...)*». O capitão José Maria Guedes dirigiu-se aos «*(...) centos de filiados na Ala Afonso de Albuquerque (...)*». Ouviram-se hinos e cânticos, ao passo que as bandas do Ateneu Artístico Vilafranquense e da Sociedade União Musical Vilafranquense tocaram hinos patrióticos. Depois, o menino Toscano Pessoa recitou um lindo soneto, seguindo-se «*(...) a insinuante figura de ribatejano que é o sr. José Van Zeller Palha*», que falou de Deus, da fé, do patriotismo das gentes do concelho e de Salazar. Dirigidas pelo pároco vila-franquense, as crianças das escolas, da eucaristia e da catequese cantaram hinos e cânticos a Deus e a Portugal. Finalmente,

*«Já o sol caía no poente quando o rev.º Antunes Abranches fez nova saudação à Cruz e encaminhou a assistência a beijá-la, o que fez embevecida, juncando, ao mesmo tempo, de ramos; de centenas de ramos, a base do pequeno, humilde mas radioso monumento (...)*»<sup>32</sup>.

<sup>30</sup> *Vida Ribatejana*, n.º 942, de 1940-12-07, p. 1.

<sup>31</sup> *Vida Ribatejana*, n.º 943, de 1940-12-14, p. 1.

<sup>32</sup> *Vida Ribatejana*, n.ºs 944/948, edição especial Natal de 1940, s.p.

Na edição regular seguinte do semanário, o evento tornou a ser referenciado, mais uma vez com honras de primeira página. Longe de repetir o conteúdo da notícia anterior, o texto fornece uma descrição complementar do evento, sobretudo ao nível dos participantes. Através dele, é possível saber que:

*«(...) Em Povos juntaram-se ao cortejo dezenas de campinos rigorosamente fardados (alguns conduzindo camponesas à garupa), à frente dos quais, montando soberbos cavalos, iam os importantes lavradores srs. Dr. Emílio Infante da Câmara e José Van-Zeller Pereira Palha e seu filho José de Assis Van-Zeller Palha. (...)*

*O reverendo pároco desta vila, sr. Antunes Abranches, dirigiu com brilho e alta competência, tôdas as cerimónias (...) e que foram filmadas por um operador do Secretariado da Propaganda Nacional (...).»<sup>33</sup>*

A mesma notícia indicava ainda que não só os donativos recebidos foram suficientes para a construção do cruzeiro, como também geraram um saldo positivo.

Finalmente, é na edição de 16 de março de 1941 do *Vida Ribatejana* que se encontra a última notícia referente à iniciativa do levantamento do Cruzeiro da Independência de Povos. Com efeito, o semanário noticiou que se encontravam ao dispor dos interessados a consulta das contas referentes às obras do cruzeiro. Os donativos recebidos ascenderam 3.696\$05 e as despesas a 3.422\$30, daqui resultando um saldo positivo de 273\$75, o qual foi entregue pelo jornal ao pároco António Antunes Abranches para as obras de reparação da igreja matriz de Vila Franca de Xira<sup>34</sup>.

## 2.4. Descrição e significado

Conforme referido, a edição de 20 de outubro de 1940 do jornal *Vida Ribatejana* noticiava que o futuro Cruzeiro da Independência de Povos seria fabricado com pedra rústica da serra e teria nove metros de altura. Contudo, esse projeto inicial não vingou, dado que a estrutura existente no Monte do Senhor da Boa Morte não ultrapassa os três metros.

As notícias sucessivamente publicadas no semanário vila-franquense não esclarecem a razão do desfasamento entre a intenção inicial e a versão final do cruzeiro<sup>35</sup>. Terá sido uma reação da comissão promotora da construção

---

<sup>33</sup> *Vida Ribatejana*, n.º 949, de 1941-01-05, p. 1.

<sup>34</sup> *Vida Ribatejana*, n.º 959, de 1941-03-16, p. 1.

<sup>35</sup> Em contraponto ao desconhecimento deste desfasamento, mais uma vez o *Vida Ribatejana* constitui uma fonte primordial, já que a edição especial deste jornal referente ao Natal de 1940 inclui uma «*composição fotográfica de Reis Sousa*», intitulada Crepúsculo – Alto do Senhor da Boa Morte. Aparentemente, tratar-se-á de uma fotomontagem do projeto inicial do cruzeiro que, porém, não vingou.

do cruzeiro face ao receio, ao tempo, da insuficiência dos donativos? Ou terá sido resultado da constatação tardia de que a magnitude inicial da estrutura implicaria uma incomportável despesa, sobretudo ao nível das fundações? São hipóteses que carecem de comprovação, uma vez que não se dispõe de elementos.

Comparativamente à considerável diversidade artística dos Cruzeiros da Independência espalhados pelo país<sup>36</sup>, o exemplar construído em Povos constitui uma estrutura muito simples, pois assume a clássica forma de uma cruz latina (cruz da paixão), «*como duas ligações de pontos diametralmente opostos [a cruz] é símbolo da unidade dos extremos (Ex., céu e terra), da síntese e da proporção. Nelas se vinculam tempo e espaço*» (HEINZ-MOHR, 1994: 123). Presentemente, encontra-se pintada de branco e está assente numa base cúbica que, por sua vez, encima uma plataforma quadrada de três degraus.

O seu classicismo não permite sequer a sua imediata identificação como um exemplar de Cruzeiro da Independência. Aliás, à primeira vista, o cruzeiro de Povos aparenta ser uma estrutura construída em época bastante anterior a 1940. A constatação de que efetivamente se trata de um Cruzeiro da Independência apenas é possível de ser demonstrada através das quatro inscrições gravadas na base: “Portugal foi sempre cristão 1140”<sup>37</sup>, “Por mim vencereis 1640”<sup>38</sup>, “Cruzeiro da Independência 1940”<sup>39</sup> e “Uma cruz para dizer, na história, quem é Portugal”<sup>40</sup>.

Graças ao *Vida Ribatejana*, sabe-se que estas inscrições foram desenhadas pelo artista local Noel Perdigão, ficando, porém, por conhecer a sua escolha e autoria<sup>41</sup>. Terão sido isoladamente fixadas pelo sacerdote António Antunes Abranches ou, ao invés, terão sido o resultado de uma decisão colegial por parte da comissão promotora do cruzeiro? Infelizmente, não o sabemos.

<sup>36</sup> Uma boa base de partida para o conhecimento do potencial universo dos Cruzeiros da Independência pode ser encontrada no SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (<URL: <http://www.monumentos.gov.pt>>). No entanto, os 123 exemplares presentemente arrolados neste inventário patrimonial estarão longe de consubstanciar um levantamento exaustivo desta espécie patrimonial (consulta realizada a 2022-08-22).

<sup>37</sup> Autorrepresentação da população portuguesa como católica, designadamente desde o processo da Reconquista Cristã.

<sup>38</sup> Provável alusão ao milagre da Batalha de Ourique, segundo o qual, em vésperas daquele confronto com cinco reis mouros, D. Afonso Henriques viu Cristo Crucificado, o qual Lhe prometeu a vitória no dia seguinte. A referência a 1640 terá sido aqui inserida, não por desconhecimento histórico, mas certamente por constituir a alternativa mais aceitável no conjunto das quatro faces da base.

<sup>39</sup> Identificação do tipo de cruzeiro e ano de construção.

<sup>40</sup> Referência abreviada ao título do texto de Francisco Moreira das Neves, através do qual foi sugerido às freguesias do país que erguessem um cruzeiro novo ou restaurassem um cruzeiro antigo, no âmbito das festas centenárias de 1940.

<sup>41</sup> Note-se que a epígrafe patente no exemplar de Povos não seguiu, no fundo, a fórmula sugerida pelo mentor Francisco Moreira das Neves: «*VIII Centenário da Independência / IV da Restauração de Portugal / 1940*».

Em termos espaciais, o cruzeiro de 1940 foi erguido no alto do Senhor da Boa Morte, local arqueologicamente sensível em virtude de, desde época remota, se terem aí fixado sucessivas comunidades humanas. Historicamente, constituiu um local de povoamento e de batalha. Desde época mais recente, configura essencialmente um miradouro e um local de romagem, sobretudo na Quinta-feira da Ascensão (feriado municipal).

Apesar da ausência de elementos informativos, a decisão de aqui erguer o Cruzeiro da Independência é facilmente compreensível. Poucos espaços no aro de Vila Franca de Xira seriam capazes de conjugar tão bem o elemento histórico-patriótico ao elemento místico-religioso, como implicitamente subjaz à própria iniciativa nacional desencadeada por Francisco Moreira das Neves:

*«O promontório não foi esquecido como um dos locais em que se tinham travado importantes batalhas em prol da pátria (...). Os sítios altos são, por excelência, 'Axis Mundi', pontos de contacto entre o céu e a terra»* (LUCAS, 2000: 22 e 25).

Após a sua construção e inauguração, o Cruzeiro da Independência de Povos rapidamente passou a constituir um elemento integrante das festividades locais.

Uma vez mais, as páginas do jornal *Vida Ribatejana* ao longo dos anos revelam-se uma importante fonte de informação quanto a este aspeto, podendo destacar-se, a título meramente exemplificativo, a seguinte passagem:

*«Na quinta-feira realizou-se a tradicional romaria e festa do Senhor da Boa Morte. (...) Na base do Cruzeiro da Independência foram depositos muitos ramos de flores e rosmaninho. Junto dele rapazes e raparigas da classe piscatória exibiram-se nas suas típicas danças e cantares.»*<sup>42</sup>

Inclusivamente, o cruzeiro passa a ser o local a partir do qual se lança a bênção dos campos, cerimónia múltipla

*«(...) Que engloba todos os seres e todas as coisas – homens, animais, searas, casas, rio, barcos, pois o Senhor Jesus a todos e a tudo envolve com a sua graça, preservando-os das cheias, das pragas, das secas, da doença (...)»* (Maria Micaela Soares *apud* RAMALHO, 2000: 113).

Na década de sessenta, o Monte do Senhor da Boa Morte foi alvo de arranjos, com vista não só a tornar mais cómodas as condições de estada dos romeiros, mas também com vista a promover o local como ponto de interesse turístico (CAMACHO, 2000: 126).

---

<sup>42</sup> *Vida Ribatejana*, n.º 969, de 1941-05-25, p. 1.



Mais recentemente, entre 1986 e 2009, o Monte do Senhor da Boa Morte foi sendo sucessivamente alvo de sondagens, escavações e prospeções arqueológicas, o que permitiu a recolha de espólios tão diversos como cerâmica, numismas, pendentes, brincos, fragmentos de azulejos e ossos humanos.

Em reconhecimento do seu «(...) elevado interesse histórico, arqueológico e antropológico, que nos conta a trajetória cultural das comunidades que desde há séculos ali se fixaram, tirando partido das condições geográficas do local», o Monte do Senhor da Boa Morte foi classificado como Sítio de Interesse Público, através da Portaria n.º 420/2011, de 17 de março de 2011, diploma legal que lhe fixou igualmente uma zona de especial de proteção.

Apesar desta classificação patrimonial, o Monte do Senhor da Boa Morte não se encontra imune à ação do Homem, decorrente de negligência, de dolo ou de novos usos<sup>43</sup>.

Precisamente, um exemplo de vandalismo pueril prendeu-se com o Cruzeiro da Independência de Povos. No decurso de 2017, um jovem ter-se-á pendurado na cruz, quebrando-a. Em resultado, a danificada cruz original em pedra lioz foi apeada da estrutura e encontra-se atualmente depositada nas ruínas do solar dos Condes da Castanheira, aguardando novo e mais digno destino.

Em sua substituição, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca de Xira (proprietária do local) ergueu uma nova cruz, agora em cimento, pintada de branco. Desta forma, apenas a base e a plataforma subsistem hoje como elementos originais do Cruzeiro da Independência levantado em 1940.

### 3. Epílogo

Vila Franca de Xira foi uma entre várias centenas de localidades portuguesas que aderiu à iniciativa do levantamento de um Cruzeiro da Independência em 1940.

Afastado dos centros urbanos quer de Povos, quer da sede concelhia, o cruzeiro levantado no Monte do Senhor da Boa Morte caiu praticamente no esquecimento, natural consequência da passagem de oito décadas sobre o seu surgimento e das transformações políticas e sociais, entretanto, ocorridas no país.

---

<sup>43</sup> Segundo relatos informais recolhidos junto de moradores locais durante a realização deste estudo, a par dos tradicionais piqueniques e visitas turísticas, o Monte do Senhor da Boa Morte tem sido palco frequente de encontros íntimos (sobretudo no período noturno), ajuntamentos de jovens, práticas esotéricas e inclusivamente um local de despejo de cinzas funerárias por parte de particulares.

Misto de obra de arte pública erguida em 1940 e de local de culto católico, apenas esta última função se mantém válida aos dias de hoje. Mas apesar da sua simplicidade artística e do esquecimento do contexto em que ele surgiu, o Cruzeiro da Independência de Povos também deve ser encarado como um monumento histórico, que encerra um passado (que importa conhecer) e algumas mensagens (inclusivamente epigrafadas) enviadas por uma concreta geração (que importa interpretar), a qual, pela lei da vida, deixou de pertencer a este mundo.

O facto de os Cruzeiros da Independência de 1940 constituírem um património cultural relativamente recente<sup>44</sup>, a simplicidade artística de diversos exemplares, a contínua laicização da sociedade portuguesa, a incompreensão do contexto em que surgiram, o desconforto que ainda persiste na abordagem historiográfica de determinados aspetos relacionados com o período do Estado Novo e, mais recentemente, a febre das causas (que leva a revisionismos pouco científicos da História e, sobretudo, a juízos apressados que rapidamente se multiplicam nas redes sociais), colocam desafios à estrutura que hoje subsiste no Monte do Senhor da Boa Morte, assim como a todas as congéneres que chegaram aos nossos dias.

Através deste estudo procurou-se recuperar, de forma objetiva, a micro-história do Cruzeiro da Independência de Povos e interpretar as mensagens provenientes de 1940, procedendo-se à sua contextualização. Porque a par da preservação física, o conhecimento e a divulgação do património cultural constituem elementos fundamentais para a sua conservação e permanência na nossa sociedade.

## 4. Anexos

### 4.1. Lista de subscritores (com o respetivo valor) do Cruzeiro da Independência de Povos

1. 4 filhos de um assinante da Vida Ribatejana, 20\$00
2. Acácio Gambino, 5\$00
3. Adriano Pedro Martins Mendonça, 10\$00

---

<sup>44</sup> Mas que, ainda assim, deveria ser objeto de inventariação exaustiva, à luz da Recomendação n.º R (91) 13 sobre a proteção do património arquitetónico do Século XX (Conselho da Europa, Estrasburgo, 1991).

4. Afonso Lopes Avelar, 5\$00
5. Aida Pereira dos Santos, 5\$00
6. Alberto Augusto Nascimento, 5\$00
7. Albina de Jesus, 1\$00
8. Alfredo da Silva, 1\$00
9. Alice Evangelista Esteves Quaresma, 10\$00
10. Alice Matos Pelouro de Carvalho, 10\$00
11. Álvaro Santos 10\$00
12. Ana Luiza dos Santos, 10\$00
13. Ana Luzio, 1\$00
14. Ana Marques do Nascimento, 1\$00
15. Ana Saturnino, 1\$00
16. Anónima (n.º 1), 1\$00
17. Anónima (n.º 2), 2\$50
18. Anónima (n.º 3), 5\$00
19. Anónima (n.º 4), 50\$00
20. Anónima (n.º 5), 50\$00
21. Anónima (n.º 6), 7\$50
22. Anónimo (n.º 7), 1\$00
23. Anónimo (n.º 8), 1\$00
24. Anónimo (n.º 9), 10\$00
25. Anónimo (n.º 10), 2\$00
26. Anónimo (n.º 11), 2\$50
27. Anónimo (n.º 12), 2\$50
28. Anónimo (n.º 13), 20\$00
29. Anónimo (n.º 14), 20\$00
30. Anónimo (n.º 15), 5\$00
31. Anónimo (n.º 16), 5\$00
32. Anónimo (n.º 17), 5\$00
33. Anónimo (n.º 18), 5\$00
34. António Alberto Alves de Sousa, 50\$00
35. António Augusto dos Santos Malta, 5\$00
36. António da Luz Câncio e sua família, 50\$00
37. António das Neves, 1\$00
38. António Fernandes dos Santos, 15\$00
39. António Júlio Pinto, 10\$00
40. António Marta Pinho, 1\$50

41. Antunes Abranches, 50\$00
42. Armando Benedito, 1\$00
43. Artur Pereira da Cunha, 10\$00
44. Artur Vicente S. Pedro, 20\$00
45. Assunção de Sousa e Melo, 5\$00
46. Augusto Moreno Goulão, 5\$00
47. Aurora Alves da Costa, 2\$50
48. Aurora Rocha, 1\$00
49. Beatriz Maria, 1\$00
50. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 500\$00
51. Carlos e Maria José Clemente Nunes Dias, 10\$00
52. Carlos Maria Paris, 10\$00
53. Clotilde Soares, 1\$50
54. D.M.F.V., 2\$50
55. Deolinda da Silva, 2\$50
56. Domingos Teles da Gama, 20\$00
57. Eduardo Gens de Azevedo, 10\$00
58. Elvira Terenas, 1\$50
59. Emília Simões Mira, 7\$50
60. Emílio Infante da Câmara, 350\$00
61. Ester da Conceição Avelar Martins, 2\$50
62. Estevão A. Brito, 1\$00
63. Família Cunha, 5\$00
64. Faustino dos Reis Sousa, 20\$00
65. Filipe José Vieira, 10\$00
66. Francisco Augusto Póvoa 1\$00
67. Francisco de Sousa e Melo, 5\$00
68. Francisco dos Santos, 20\$00
69. Francisco Ferreira, 1\$00
70. Francisco Ribeiro e Costa, 10\$00
71. Grupo Coral de Nossa Senhora de Fátima de Vila Franca de Xira, 50\$00
72. Guilherme Artur Caldeira, 5\$00
73. Guilherme Augusto dos Anjos, 5\$00
74. Guilherme Domingos dos Santos, 10\$00
75. Guilhermina Ferreira, 1\$00
76. Henrique Leone da Mota Cabral, 50\$00
77. Herdeiros Augusto José da Silva, 20\$00

78. Inácio Castelhana, 1\$00
79. Inocência Terenas da Silva, 2\$50
80. Inocêncio da Silva, 2\$50
81. Isabel d'Assunção Valente Baptista, 1\$00
82. J. Guilherme, 5\$00
83. J.B., 50\$00
84. J.M.M., 5\$00
85. J.V., 5\$00
86. Jaime Manuel Malta Gens de Azevedo e Maria de Lourdes Malta Gens de Azevedo, 10\$00
87. Jesuína Franco, 5\$00
88. João Avelar, 15\$00
89. João da Costa Júnior, 10\$00
90. João da Costa, 2\$50
91. João de Deus Juliana, 10\$00
92. João F. Corigo, 1\$00
93. João Franco Esguelha, 5\$00
94. João Monteiro, 20\$00
95. João Orvalho Teixeira, 10\$00
96. João Pedro Monteiro, 30\$00
97. Joaquim da Silva Delgado, 50\$00
98. Joaquim Esteves Franco, 2\$50
99. Joaquim Germano Tarracha, 2\$50
100. Joaquim Matos Heitor, 5\$00
101. Joaquim Nicolau dos Santos, 5\$00
102. Joaquim Ramalho, 50\$00
103. Joaquim Rodrigues Malta, 5\$00
104. Joaquim Sebastião Ferreira Neto, 1\$00
105. Joaquim Tarracha Júnior, sua esposa e filhos, 15\$00
106. Jornal *Vida Ribatejana*, 50\$00
107. José Clemente, 5\$00
108. José da Conceição Valente Baptista, \$50
109. José Faustino, \$20
110. José Fernandes dos Santos, 30\$00
111. José Inácio, 1\$00
112. José Joaquim Amador, 10\$00
113. José Joaquim de Paiva e Sousa, 5\$00

114. José Luiz Ribeiro, 5\$00
115. José M. Guedes Júnior, 20\$00
116. José Maria Ferreira Delgado, 100\$00
117. José Ribeiro, 1\$00
118. José Terenas, 1\$50
119. José Van-Zeller Pereira Palha, 250\$00
120. Júlia Afonso Seitel, 10\$00
121. Júlia de Assunção Marques, 6\$00
122. Júlio Lôbo, 1\$00
123. Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira e Povos, 400\$00
124. Laura Palha Infante de La Cerda, 50\$00
125. Laura Póvoa, 2\$50
126. Leocádia L. de Jesus Conceição, 5\$00
127. Ludovina de Assunção Valente, 1\$00
128. Luís da Silva Florindo, 5\$00
129. Luiz António de Sousa e Brito, 50\$00
130. Luiz Cota Aranha de Sousa e Meneses, 20\$00
131. Luiz José Franco de Sousa e Melo, 20\$00
132. M.C., 10\$00
133. Manuel da Silva, 1\$00
134. Manuel de Sousa, 5\$00
135. Manuel José da Silva, 20\$00
136. Marciano Mendonça, 40\$00
137. Maria Benta, 1\$50
138. Maria Cândida Lilaia, \$50
139. Maria Capitolina, 1\$00
140. Maria Celeste Terenas Valente, 2\$50
141. Maria da Conceição Duarte Pereira, 4\$00
142. Maria da Conceição Maurício, 2\$00
143. Maria da Conceição Onofre, 1\$00
144. Maria da Conceição, 1\$50
145. Maria das Neves Diniz Franco, 2\$50
146. Maria do Patrocínio Carvalho, 10\$00
147. Maria do Rosário Monteiro de Almeida, 5\$00
148. Maria do Rosário Vieira, 2\$50
149. Maria Eloisa, 2\$50
150. Maria Elvira G. da Fonseca, 5\$00



151. Maria Emília Ramos, 1\$00
152. Maria Fernanda da Silva Maltez, \$50
153. Maria Fernanda, 1\$00
154. Maria Flora, Artur, Maria Fernanda e José Alberto Constâncio de S. Pedro, 20\$00
155. Maria Irene Terenas da Silva, 2\$50
156. Maria Isabel Vidinha Câncio, 2\$50
157. Maria José Carvalho Nascimento, 2\$00
158. Maria José Marcolino Silva e marido, 7\$50
159. Maria José Mendonça Silva e Francisco Gonçalves Silva, 7\$50
160. Maria Josefa, 1\$00
161. Maria Luiza Franco Esguelha, 5\$00
162. Maria Luiza, 1\$00
163. Maria Margarida Matos, 1\$00
164. Maria Piedade Malta, 2\$50
165. Maria Rosa da Conceição, \$50
166. Maria Rosa Félix, 1\$00
167. Maria Rosa Plácido, 1\$00
168. Maria Tamanqueira, 1\$00
169. Maria Van-Zeller Palha, 100\$00
170. Maria Venâncio Doninha, 1\$00
171. Mariana Carvalho Nascimento, 10\$00
172. Mariana da Conceição Carvalho, 2\$50
173. Mariana de Oliveira, 1\$50
174. Mariana Perpétua Santos, 2\$50
175. Matilde Costa, 1\$50
176. Misericórdia e Hospital Civil, 50\$00
177. N.S.C., 20\$00
178. Nadina Heitor, 5\$00
179. Natália C. Terenas Valente, 1\$00
180. Nazaré Moreira, 1\$00
181. Olívia Pereira dos Santos, 5\$00
182. Quitéria Catoja, 1\$00
183. Ramiro Terenas Valente, 1\$00
184. Raul Francisco de Carvalho, 10\$00
185. Regina Pais Lobo Giraldes, 5\$00
186. Rosa Ferreira, 2\$00

187. Rosa Pereira dos Santos, 5\$00
188. Rui Raimundo da Costa, 5\$00
189. Salvador Alves de Carvalho, 10\$00
190. Sara da Silva Afonso, 2\$50
191. Saul Rodrigues Leitão (Filhos), Lda., 50\$00
192. Sindicato dos Descarregadores de Mar e Terra (Secção de Vila Franca de Xira), 20\$00
192. Suzana Almeida, 1\$00
193. Teotónio Dias Ferreira, 20\$00
194. Tereza de Jesus Valente Baptista, \$50
195. Tomaz Miguel Franco, 25\$00
196. V.M.J., 20\$00
197. Vicente Diniz Franco, 5\$00

Fonte: jornal *Vida Ribatejana*, edições referentes aos anos de 1940 e 1941

#### **4.2. Lista das maiores contribuições para a construção do Cruzeiro da Independência de Povos**

- 500\$00 – Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
- 400\$00 – Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira e Povos
- 350\$00 – Emílio Infante da Câmara
- 250\$00 – José Van-Zeller Pereira Palha
- 100\$00 – Maria Van-Zeller Palha e José Maria Ferreira Delgado (cada um)

Fonte: jornal *Vida Ribatejana*, edições referentes aos anos de 1940 e 1941

#### **4.3. Lista das entidades que compareceram na inauguração do Cruzeiro da Independência**

- 400 filiados da “Ala Afonso de Albuquerque” da Mocidade Portuguesa
- Banda da Sociedade União Musical Vilafranquense
- Banda do Ateneu Artístico Vilafranquense
- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (José Van-Zeller Pereira Palha, Manuel Joaquim Teixeira, Abel Boto, Virgílio Ferreira e Júlio Pelouro)
- Comissão Concelhia da União Nacional (Dória Nóbrega e José Joaquim de Paiva e Sousa)
- Deputação da delegação vila-franquense dos Combatente da Grande Guerra

- Deputação dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira
- Direção e alguns sócios do Grupo Columbófilo Vilafranquense
- Juiz de Direito do Tribunal da Comarca de Vila Franca de Xira (Fernando Toscano Pessoa)
- Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira e Povos (Faustino dos Reis Sousa, Teotónio Dias Ferreira e Noel Perdigão)
- “Lança” da Legião Portuguesa
- Operador do Secretariado da Propaganda Nacional
- «Centenas de crianças da Sagrada Eucaristia e da Catequese desta vila»
- «Crianças de todas as escolas da freguesia, acompanhadas pelos seus professores»
- «Dezenas de campinos rigorosamente fardados (alguns conduzindo camponezas à garoupa)»
- «Muitos sócios» da secção vila-franquense do Sindicato dos Descarregadores de Mar e Terra»
- «Representantes de todas as colectividades desta vila e de algumas do concelho»

Fonte: jornal *Vida Ribatejana*, n.º 949, de 1941-01-05.

## 5. Fontes

### 5.1. Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira

Fundo Administração do Concelho, pasta “Correspondência recebida e expedida de diversas entidades para a administração do concelho – 1939” (1939-05-14 a 1940-12-16), Cód. Referência n.º PT/MVFX-ARQ/AACD/ACVFX/C/A.003

Fundo Administração do Concelho, pasta “Correspondência recebida e expedida de diversas entidades para a administração do concelho – 1940” (1940-01-02 a 1940-12-30), Cód. Referência n.º PT/MVFX-ARQ/AACD/ACVFX/C/A.003

Fundo Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, “Livros de atas” (1938-04-12 a 1939-11-21), Cód. Referência n.º PT/MVFX-ARQ/AAL/CMVFX/B-A/003/0047

Fundo Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, “Livros de atas” (1939-11-02 a 1941-05-13), Cód. Referência n.º PT/MVFX-ARQ/AAL/CMVFX/B-A/003/0048

Fundo Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pasta “Correspondência recebida e expedida de diversas entidades para a câmara municipal – 1939” (1939-01-02 a 1939-12-31), Cód. Referência n.º PT/MVFX-ARQ/AAL/CMVFX/ C/A.003

Fundo Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pasta “Correspondência recebida e expedida de diversas entidades para a câmara municipal – 1940” (1940-01-02 a 1940-12-31), Cód. Referência n.º PT/MVFX-ARQ/AAL/CMVFX/ C/A.003

Fundo Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, livro “Copiadores de correspondência expedida – 1939/1940” (1939-11-15 a 1940-11-08), Cód. Referência n.º PT/MVFX-ARQ/AAL/CMVFX/ C/A.004

Fundo Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, livro “Copiadores de correspondência expedida – 1940/1941 (1940-11-11 a 1941-12-26)”, Cód. Referência n.º PT/MVFX-ARQ/AAL/CMVFX/ C/A.004

Fundo Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, livro “Registo de correspondência recebida – n.º 4 – 1939/1940”, Cód. Referência n.º PT/MVFX-ARQ/AAL/CMVFX/C/A.005

Fundo Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, livro “Registo de correspondência recebida – n.º 5 – 1940/1941”, Cód. Referência n.º PT/MVFX-ARQ/AAL/CMVFX/C/A.005

Fundo Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pasta “Senhor da Boa Morte – Cruzeiro da Independência: recortes de imprensa; deliberações-cópias” – 1940” (1940-07-16 a 1940-12-01), Cód. Referência n.º PT/MVFX-ARQ/AAL/CMVFX/R/A.1.9

## **5.2. Museu Municipal de Vila Franca de Xira – Sector de Património Histórico**

Dossier “Senhor da Boa Morte (1968-1998)”, cota n.º 5 – Sr. da Boa Morte – Setor Património

Dossier “Senhor da Boa Morte (1998-2000)”, cota n.º 15.1 – Sr. da Boa Morte – Divisão de Património e Museus

## **5.3. Legislação**

Lei 52/2007, de 26 de dezembro, in *Boletín Oficial del Estado*, n.º 310, de 2007-12-07.

Portaria n.º 420/2011, de 17 de março de 2011, in *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 54, de 2011-03-17.

## **5.4. Periódicos**

Jornal *Novidades* (anos 1939 a 1941)

Jornal *Vida Ribatejana* (anos 1939 a 1941)

## 6. Bibliografia

- ALMEIDA, José Carlos – «Memória e identidade nacional. As comemorações públicas, as grandes exposições e o processo de (re)construção da nação», in *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, 2004 [documento eletrónico]. Disponível em <URL: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/JoseCarlosAlmeida.pdf>>.
- ALMEIDA, José Maria de – *Subsídios para a história do jornal Novidades*, Lisboa, Rádio Renascença, 1989.
- ALVES, Ângelo – «O padre Moreiras das Neves e a Diocese do Porto», in *Actas do Centenário do Nascimento de Monsenhor Moreira das Neves (1906-2006)*, Câmara Municipal de Paredes, 2008, pp. 23-27.
- ASTORGA, Mónica Vázquez – «Los monumentos a los caídos: ¿un patrimonio para la memoria o para el olvido?», in *Anales de Historia del Arte*, 2006, 16, pp. 285-314.
- BLANCO, Miguel Ángel del Arco – «Sangre y cruces: monumentos conmemorativos de la Guerra Civil Española (1936-1945)», in *VII Encuentro de Investigadores Sobre el Franquismo*, Universidade de Santiago de Compostela, 2009.
- CAMACHO, Clara Frayão – «Contributo para a musealização do sítio do Senhor da Boa Morte», in *Senhor da Boa Morte: mitos, história e devoção*, Amílcar Guerra et alli, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2000, pp. 119-133.
- COELHO, Manuel Ferreira – «Cireneu dos tempos modernos: monsenhor Moreira das Neves – Homem de concílio e de diálogo», in *Actas do Centenário do Nascimento de Monsenhor Moreira das Neves (1906-2006)*, Câmara Municipal de Paredes, 2008, pp. 13-16.
- CONSELHO, Presidência do – «Independência de Portugal (Nota oficiosa da Presidência do Conselho)», in *Revista dos Centenários*, n.º 1, de 1939-01-31, Comissão Nacional dos Centenários, pp. 2-7.
- COSTA, José – «Vasco Francisco do Rosário Moniz», in *Vasco Moniz. Uma vida para os outros. Um percurso de vida*, coord. David Santos, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2013, pp. 4-25.
- COSTA, José – *Vila Franca de Xira: cronologia do século XX (1900-2000)*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2001, Col. Património Local 7.
- DAMASCENO, Joana – *Museus para o povo português*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- HEINZ-MOHR, Gerd – *Dicionário dos símbolos. Imagens e sinais da arte cristã*, trad. João Rezende Costa, São Paulo, Paulus, 1994.
- JOÃO, Maria Isabel – *Memória e império: comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.
- LUCAS, Maria Miguel – «Para uma arqueologia da paisagem: o Alto do Senhor da Boa Morte, um espaço vivido», in *Senhor da Boa Morte: mitos, história e devoção*, Amílcar Guerra et alli, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2000, pp. 13-28.
- MOITA, Luís (dir.) – *Anuário Comercial de Portugal*, vol. 2, 61.ª edição, Lisboa, Empresa do Anuário Comercial, 1941.
- NEVES, Moreira das – «Portugal, terra de cruzeiros», in *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, n.º 3, 1941, pp. 13-17.
- NEVES, Moreira das – «Revista da Imprensa», in *Revista dos Centenários*, n.º 11, de 1939-11-30, Comissão Nacional dos Centenários, pp. 26-28.
- NEVES, Moreira das – «Uma cruz basta para dizer, na história, quem é Portugal», in *Revista dos Centenários*, n.º 14, de 1940-02-29, Comissão Nacional dos Centenários, pp. 10-13.

- PINA, Adelino Manuel Martins de – *Gente na história de Loriga: figuras*, 2009 [documento eletrónico]. Disponível em <URL:<http://www.loriga.de/figuras.htm?fbclid=IwAR18px5LLSkTFldErxr90Ddv-qm3kfm7B-1SRoqz3-QAVxh0P9c9dgrHhgM>>.
- RAMALHO, João Alves – «Apontamentos para o estudo da devoção ao Senhor da Boa Morte – Povos», in *Senhor da Boa Morte: mitos, história e devoção*, Amílcar Guerra et alli, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2000, pp. 99-117.
- RIBEIRO, José Alberto – «Conceitos e intervenções de restauro no património do concelho de Vila Franca de Xira durante o “Estado Novo” (1933-1974)», in *Memórias de pedra e cal*, coord. Graça Soares Nunes, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2001, pp. 148-168.
- ROSAS, Fernando – «O Salazarismo e o Homem Novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo nos anos 30 e 40», in *Estados autoritários e totalitários e suas representações*, coord. Luís Reis Torgal e Heloísa Paulo, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 31-48.
- SEM AUTOR – «Monte do Senhor da Boa Morte», in *Portal do Arqueólogo* [documento eletrónico], s.d. Disponível em <URL:<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=48912>>.
- SEM AUTOR – «Cruzeiros da Independência», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VIII, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s.d., p. 178.
- SEM AUTOR – «Moreira das Neves (Padre Francisco)», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XVII, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s.d., p. 859-860.
- SILVA, Maria Antónia – «Cruzeiro da independência: testemunho histórico e religioso», *Actas do centenário do nascimento de monsenhor Moreira das Neves (1906-2006)*, Paredes, Câmara Municipal de Paredes, 2006, pp. 55-63.
- TORGA, Miguel – *Diário V*, 1.<sup>a</sup> edição, Coimbra, 1951.
- VALE, Teresa; FERREIRA, Maria; ANDRADE, Andrade; e FIGUEIREDO, Paula – «Capela do Senhor da Boa Morte/Santuário do Senhor Jesus da Boa Morte», in *SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico*, 1999, 2000 e 2014 [documento eletrónico]. Disponível em <URL:[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=5596](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5596)>.

## 7. Agradecimentos

A Anabela Silva Ferreira (Museu Municipal – Núcleo de Alverca do Ribatejo, pelo desafio que me colocou de regressar à análise de um tema que me é tão querido quanto os pelourinhos portugueses. Ao Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira, em particular a José Moreira da Rocha e a Sandra Mendes, pela inextinguível competência, simpatia e paciência durante as minhas pesquisas presenciais realizadas naquele serviço. A David Fernandes Silva, pela visita guiada ao Monte do Senhor da Boa Morte, mas sobretudo pela sempre generosa partilha do seu vasto conhecimento sobre a história e o património vila-franquenses e a Ana Santos Gomes, pela paciente revisão final deste texto.





# Quem fez Alverca? Investigação Sobre os Movimentos Migratórios e Consequente Desenvolvimento da Cidade de Alverca do Ribatejo Durante o Século XX

Catarina Pimentel Neto<sup>1</sup>

## RESUMO

**Alverca do Ribatejo desenvolveu-se largamente a nível demográfico, industrial e urbanístico durante o século XX, inserindo-se no crescimento decorrente do êxodo urbano e na tendência nacional de crescimento urbanístico do século XX, com algumas especificidades.**

**Este desenvolvimento teve como principal fator definidor as migrações, que se procuram compreender neste artigo nas suas origens, causas e modalidades. Para tal serão abordadas as diferentes vagas migratórias atraídas, principalmente, pela oferta de emprego e promessa de melhores condições de vida, motivações que atravessam todo o século XX, e, especificamente na década de 60 e inícios da década de 70, pelo desejo de evitar a participação na Guerra Colonial, que contribui para a chegada de um grande número de jovens que procuravam cumprir a recruta e o serviço militar empregando-se nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA).**

**Será também analisado o impacto que estas movimentações tiveram, numa primeira fase, no desenvolvimento industrial e urbano, e mais tarde, na terciarização da economia e reprodução da comunidade, bem como no desenvolvimento de um sentimento identitário**

---

<sup>1</sup> Licenciada e Mestre em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com a dissertação de mestrado em História Contemporânea sobre o tema “O Trabalho Infantil no Portugal do Século XX”. Doutoranda em História Contemporânea na mesma instituição. Investigadora integrada do instituto História, Territórios e Comunidades (HTC – NOVA FCSH / CFE-UC), colaborando nos projetos Memória para Todos, Laboratório de História, Congresso de História Local e Encontro Indústria, História, Património.

comum, através das influências regionais diversas e do protagonismo que as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA) assumiram no desenvolvimento de Alverca e, em consequência, na definição da identidade da “cidade da aviação”.

Palavras-chave: Alverca do Ribatejo, Migrações, Crescimento demográfico, Industrialização, Aviação.

## Introdução

Alverca do Ribatejo é uma cidade atualmente habitada por cerca de 36 465 alverquenses<sup>2</sup>, onde o setor terciário e dos serviços é dominante e cuja dimensão urbanística, em constante alargamento, se estende aos vários limites da freguesia.



**Fig.1** Fotografia aérea da cidade de Alverca do Ribatejo no início do século XXI<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Dados do Censos da População de Portugal – 2021.

<sup>3</sup> “Galeria de Imagens – Freguesias – Alverca do Ribatejo e Sobralinho – Alverca do Ribatejo” in site da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, disponível em: [https://www.cm-vfxira.pt/galerias-multimedia/galerias=-de-imagens?\\_1701629410168&image\\_gallery\\_detail\\_66\\_page=1&image\\_gallery\\_id=alverca-do-ribatejo&widget\\_id=66&widget\\_type=ImageGalleryDetail](https://www.cm-vfxira.pt/galerias-multimedia/galerias=-de-imagens?_1701629410168&image_gallery_detail_66_page=1&image_gallery_id=alverca-do-ribatejo&widget_id=66&widget_type=ImageGalleryDetail) consultado a 3 de dezembro de 2023 às 20h00.

Mas como é que esta vila, que no início do século XX tinha apenas 1911<sup>4</sup> habitantes, cresceu demograficamente em quase vinte vezes? Neste artigo será abordado esse aumento, bem como o crescimento e desenvolvimento geral da vila, e depois cidade, de Alverca do Ribatejo, tendo como ponto central de análise o impacto e importância dos movimentos migratórios nesta evolução.

Será tida em consideração a tendência de crescimento demográfico nacional ao longo do século XX, com especial atenção para a área metropolitana de Lisboa, onde se insere Alverca, e o desenvolvimento multifacetado da mesma, decorrente do êxodo urbano, principalmente, em consequência do desenvolvimento industrial da região.

Alverca foi o destino de várias vagas de migrações, que contribuem para mudanças na sociedade tanto nos locais de partida como de chegada, assim, procurar-se-á perceber a modalidade destas movimentações, o papel das mesmas no desenvolvimento urbanístico, comercial e dos serviços na região, e de que forma e em que períodos temporais alteraram a realidade alverquense.

Por fim, será abordado de que forma os fluxos migratórios e o desenvolvimento industrial influenciaram a formação de uma identidade alverquense, fruto das contribuições culturais de diversas regiões do país e do impacto de várias indústrias cuja ação marcou de forma indubitável e constante o crescimento de Alverca, nomeadamente as OGMA (Oficinas Gerais de Material Aeronáutico).

Para trabalhar as linhas acima definidas, foi primeiramente analisado o fenómeno migratório em Portugal, ao longo do século XX, na generalidade, e teorizados os vários conceitos relacionados com a movimentação populacional. Ainda procurando contextualizar a temática central do artigo, foi analisado o desenvolvimento da área metropolitana de Lisboa, a nível demográfico e industrial.

Concluída a contextualização, foi procurado compreender quantitativamente, através dos censos populacionais, o crescimento populacional de Alverca. Posteriormente foi recolhida e analisada a principal fonte deste estudo, testemunhos orais de vários cidadãos alverquenses, aos quais se recorreu devido à falta de bibliografia ou de fontes escritas sobre o fenómeno migratório e o desenvolvimento urbano em Alverca do Ribatejo e também dado o carácter de relação com a comunidade a que esta investigação se propôs. Ao longo destas entrevistas os entrevistados foram inquiridos relativamente à posse de documentos icnográficos que ajudassem a compreender o desenvolvimento da cidade, nomeada-

---

<sup>4</sup> Dados do Censo da População do Reino de Portugal – 1900.

mente no que toca a alterações urbanísticas, tendo sido cedidas fotografias pelo Núcleo Museológico, algumas delas que já teriam sido previamente facultadas ao mesmo por alguns dos entrevistados.

A amostra de entrevistados foi definida com o auxílio da responsável pelo Núcleo Museológico de Alverca do Ribatejo, Doutora Anabela Ferreira, e alargada a partir de sugestões dos entrevistados, e de conhecimentos pessoais.

## Movimentos migratórios e alterações demográficas no Portugal do século XX

No início do século passado, Portugal ainda não tinha conhecido um desenvolvimento industrial de forma realmente impactante na sociedade devido ao fraco ritmo a que se dava esta industrialização. O índice de ruralidade era elevado e, a Norte do Tejo, a tendência era para o cultivo de subsistência em pequenas propriedades, complementado com trabalho assalariado noutras propriedades de maior dimensão, próximas ou nos latifúndios a Sul, para onde eram comuns as migrações de mão-de-obra sazonal.<sup>5</sup>

Na década de 1910, a tendência europeia era de aumento populacional generalizado. Mas, no caso português, uma forte emigração, motivada por uma urbanização e crescimento industriais lentos, e a mortalidade epidémica de 1918 levam ao decréscimo da população e de certas áreas urbanas e ao crescimento das áreas limítrofes do Porto e Lisboa.<sup>6</sup>

Entre 1910 e a década de 30 as taxas de emigração encontravam a sua maior expressão no Norte e no Centro, sendo que a população que se deslocava para fora da sua terra natal ou de residência apresentava entre ela um maior número de solteiros, a grande maioria analfabetos e predominantemente de origem rural.<sup>7</sup>

Estas movimentações para o exterior eram em parte motivadas pelo fraco desenvolvimento do sector industrial, que foi feito sem as condições ou a intensidade de uma verdadeira revolução industrial. Pelo contrário, o investimento neste setor limitou-se ao aproveitamento dos recursos anteriormente disponí-

---

<sup>5</sup> A. H. de Oliveira Marques and Serrão, Joel, *Nova História de Portugal – Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI, Lisboa, Presença, 1991, p. 13. David PEREIRA, “A sociedade”, in *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2010, pp. 81-83, 90.

<sup>6</sup> A. H. de Oliveira Marques and Serrão, Joel, *Nova História de Portugal – Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI, p. 13.

<sup>7</sup> *Ibid.*, pp. 30-36.

veis, como a mão-de-obra abundante e a baixo preço e a energia hidráulica limitada e irregular. Este desenvolvimento, durante muito tempo, funcionava com a articulação entre a fábrica, a pequena indústria e o trabalho a domicílio, localizando-se principalmente em zonas suburbanas e rurais.<sup>8</sup>

Nas décadas que se seguiram, entre 1930 e 1940 a população portuguesa cresceu 13%, equivalendo a uma taxa de crescimento anual de 1,3%, a mais elevada da História portuguesa até 1970. Este crescimento devia-se à conjugação do declínio da mortalidade e do encerramento da emigração, que em conjunto compensavam o declínio da fertilidade.<sup>9</sup> Mas esta limitação à emigração imposta pelo regime ditatorial do Estado Novo, fazia com que este aumento demográfico agravasse ainda mais a já dramática situação económico-social, de um país pobre, com uma economia atrasada, uma agricultura tradicional e pouco produtiva e uma indústria moderna praticamente incipiente, isto é, o desenvolvimento económico não suportava o crescimento demográfico.<sup>10</sup>

A partir de 1945 a emigração volta a aumentar e até 1970 a desaceleração do crescimento é cada vez mais forte, nomeadamente nos anos 60, década profundamente afetada pela Guerra Colonial em África e o deslocamento de jovens rapazes recrutados para participarem na mesma, chegando mesmo ao ponto de se observar uma redução no número absoluto da população.<sup>11</sup>

Apesar da grande maioria da população ativa continuar a dedicar-se à atividade agrícola, a indústria em Portugal, de forma muito mais lenta e inconsistente que noutras regiões da Europa ocidental, afirmou-se empregando 19% da população ativa em 1930 e tendo sucessivos aumentos, para 21,2% em 1940, para 24,5% em 1950 e para 28,9% em 1960.<sup>12</sup> Este desenvolvimento, combinado com o excesso populacional e a escassez de ofertas de trabalho, levaram a que as populações saíssem das zonas rurais em direção às recém estabelecidas áreas industriais, em redor de cidades como Lisboa, Porto, Setúbal, Aveiro e Braga,<sup>13</sup> cujo desenvolvimento criava ofertas de emprego não só no setor secundário mas também no terciário, que entre 1930 e 1950 suplantou o setor industrial,

---

<sup>8</sup> Miriam Halpern PEREIRA, *Diversidade e assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001, pp. 61-62.

<sup>9</sup> Fernando ROSAS, *Nova História de Portugal – Portugal e o Estado Novo*, vol. XII, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p. 259.

<sup>10</sup> Fernando ROSAS, *História de Portugal*, vol. VII, Círculo de Leitores, 1994. *Ibid.*, p. 23.

<sup>11</sup> Fernando ROSAS, *Nova História de Portugal – Portugal e o Estado Novo*, vol. XII, p. 259.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 273.

<sup>13</sup> Fernando ROSAS, *História de Portugal*, vol. VII, p. 23. Fernando ROSAS, *Nova História de Portugal – Portugal e o Estado Novo*, vol. XII, pp. 298-302.



empregando 30,3% da população ativa em 1930, 26,6% em 1940 e 26,4% em 1950, ficando novamente abaixo apenas em 1960, com 27,5%.<sup>14</sup>

Estamos, portanto, numa época de forte impulso das migrações internas do campo para a cidade, com uma observação mais significativa desta tendência nos anos 60 do século XX, que marcaram o início do crescimento populacional, adensado no pós-Revolução de Abril, principalmente para as áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa. No que respeitava a movimentações, os números das migrações para estas áreas na década de 1960 só era ultrapassada pelos números referentes à emigração para outros países europeus, nomeadamente França e Alemanha.<sup>15</sup>

A guerra também contribui muito para movimentações no país, “todos os anos, entre 50.000 e 200.000 soldados circulavam, de Norte a Sul, dentro do país, e entre a metrópole e o Ultramar”. Estas movimentações levaram a novos contactos para estes jovens, nascendo amizades, casamentos e famílias. Além disto, permitiam o contacto com novas realidades, com maior informação, com a vivência nos centros urbanos, levando mesmo, até certo ponto, a uma aculturação, incrementada pelas viagens transcontinentais. Estes novos contactos permitiram a aprendizagem de ofícios técnicos, e a interiorização de disciplinas de trabalho e de regras de vida civil.<sup>16</sup>

Esta tendência vê-se alterada já na década de 1970, com fim da Guerra Colonial. O término do conflito armado leva ao regresso dos exércitos, à afluência de populações deslocadas de África (só em 1975, Portugal recebeu entre 500.000 e 600.000 de ex-residente no Ultramar, crescendo em poucos meses a população em 7%<sup>17</sup>), ao virtual encerramento da emigração, que decresceu rapidamente desde 1974<sup>18</sup>, fatores que conjugados com o regresso de emigrantes, nomeadamente devido à queda do regime estado-novista, impulsionam um surto demográfico excecional.<sup>19</sup>

Nos anos 70 e 80 do século XX altera-se a tendência migratória que até aqui tinha marcado este século, Portugal “um país tradicionalmente de emigração transforma-se num país de imigração”, tendo, nesta última década, a população estrangeira aumentado numa taxa média de 6%. Na década seguinte, em 1990, o crescimento atingiu uma taxa de 7% e diversificou-se, terminando em 1999 com

---

<sup>14</sup> Fernando ROSAS, *Nova História de Portugal – Portugal e o Estado Novo*, vol. XII, p. 273.

<sup>15</sup> Vasco Cruz de Sousa, *Educação, migrações e políticas de geminação em Portugal*, Porto, 2000, p. 16.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 19.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 21.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>19</sup> Fernando ROSAS, *Nova História de Portugal – Portugal e o Estado Novo*, vol. XII.

um número absoluto de estrangeiros em Portugal de 190 856 (47% africanos, 30% europeus, 14% sul-americanos, 5% norte-americanos).<sup>20</sup> Além da redução da emigração, as migrações internas, apesar de se manterem, tiveram uma clara redução no final do século XX, pelo menos a nível de distância de movimentação, sendo mais comuns entre as áreas rurais e as zonas urbanas mais próximas, do que para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

### Desenvolvimento da área Metropolitana de Lisboa

Como referi anteriormente, o início do século, entre 1910 e 1920, foi marcado por um decrescimento de certas áreas urbanas e pelo crescimento de áreas limítrofes do Porto e Lisboa, devido a uma forte emigração e mortalidade epidémica.<sup>21</sup> O crescimento dos centros urbanos por todo o país, acelerado entre 1920 e 1930, não impediu que esta tendência bicefálica se agravasse nas três décadas seguintes<sup>22</sup> e a preponderância destes centros urbanos manter-se-á ao longo do século XX, com especial enfoque em Lisboa. A macrocefalia da capital e sua área circundante é clara até hoje, habitando na área metropolitana lisboeta cerca de 2 869 627 pessoas, o equivalente a quase 28% da população que vive em Portugal.<sup>23</sup>

A partir de 1930, e, apesar do crescimento contínuo da capital, o crescimento da Área Metropolitana passa a depender cada vez mais da contribuição do crescimento dos subúrbios de Lisboa, cujo ritmo ultrapassa o da capital.<sup>24</sup> Este crescimento em parte é justificado pelo facto de, além da preponderância do êxodo rural nas migrações, a população das urbes também começar a avolumar as partidas, indo para as periferias, criando-se os espaços denominados de “bairros” ou “lugares/cidades-dormitório”.<sup>25</sup>

Esta ocupação das periferias, e consequentes desenvolvimento e transformação suburbanos, terá por base os caminhos-de-ferro, nomeadamente as linhas de Cascais, de Sintra e de Vila Franca de Xira, que ligavam estas áreas à capital e, em consequência, entre si. Observamos assim o surgimento de construções

<sup>20</sup> António Costa Pinto, *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Dom Quixote, 2005, p. 143 e 163.p.143 e 163.

<sup>21</sup> A. H. de Oliveira Marques and Serrão, Joel, *Nova História de Portugal – Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI, p. 13.

<sup>22</sup> *Ibid.*, pp. 30-36.

<sup>23</sup> Instituto Nacional de Estatística, “Área Metropolitana de Lisboa em Números – 2021”, Lisboa, 2023, p. 17. Dados do Censo da População de Portugal – 2021.

<sup>24</sup> João Pedro Silva Nunes, “A cintura industrial de Lisboa. Breve aproximação a um território de mudança”, *Jornal de Arquitectos*, 2008.p.30.

<sup>25</sup> Alberto de Alarcão, *Mobilidade geográfica da população de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes) migrações internas 1921-1960*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969, p. 273.

para habitação nas imediações das estações e apeadeiros, e a criação e reforço de zonas industriais que, em conjunto, começavam a formar um tecido industrial complexo.<sup>26</sup>

A nível nacional, a indústria, devido ao desenvolvimento de trabalhos de infraestrutura (construção de alicerces da eletrificação, estradas, barragens; lançamento de indústrias base como a dos cimentos e do ferro), acelera o seu crescimento a partir dos anos 50, e nos anos 60 é o crescimento económico que vê o seu ritmo aumentar. As décadas de 1950 e 1960 são também as décadas do turismo, passando Portugal a ser visitado por milhões de europeus anualmente. As migrações campo-cidade, as novas indústrias e a afirmação do turismo conduzem as populações para o litoral, começando a ser massiva a deslocação para as duas grandes áreas metropolitanas: Porto e Lisboa.<sup>27</sup>

Seguindo a tendência nacional, inicia-se um processo de instalação de fábricas ao longo do Tejo, acompanhando a saída de Lisboa para Norte, já modestamente marcada pelos complexos fabris oitocentistas, tornando-se estas novas estruturas “uma das marcas territoriais dos surtos de industrialização da sociedade portuguesa dos decénios de 1940/50 e de 1960/70.” Este eixo industrial era marcado pela heterogeneidade quer nas dimensões dos complexos, quer na tipologia sectorial das indústrias.<sup>28</sup>

Nos anos 70 e 80 do século XX observamos um forte processo de suburbanização, em que os concelhos limítrofes da cidade de Lisboa, mais do que crescerem a partir da capital, guiados pelos caminhos-de-ferro como parte de uma estrutura, passam a desenvolver-se de forma mais autónoma, através de um novo processo de crescimento que se apoia nas novas ofertas de transporte, tanto rodoviário de passageiros, como de camionagem para mercadorias.<sup>29</sup> Este desenvolvimento era reflexo de um grande crescimento demográfico que criava uma necessidade habitacional exponencialmente urgente, a que se respondeu com uma massiva edificação de alojamento nestes concelhos, integrando de forma progressiva estas zonas industriais numa lógica de urbanização, que substituíu gradualmente a paisagem da “cintura industrial” aí existente.<sup>30</sup>

Este processo de suburbanização coincide com, e podemos dizer que permite, o processo de metropolização de Lisboa, que vê reforçada a sua posição

---

<sup>26</sup> João Pedro Silva Nunes, “A cintura industrial de Lisboa. Breve aproximação a um território de mudança”, p. 30.

<sup>27</sup> Vasco Cruz de Sousa, *Educação, migrações e políticas de geminação em Portugal*, pp. 16-18.

<sup>28</sup> João Pedro Silva Nunes, “A cintura industrial de Lisboa. Breve aproximação a um território de mudança”, p. 30.

<sup>29</sup> *Ibid.*, pp. 32-33.

<sup>30</sup> *Ibid.*

na estrutura urbana portuguesa, expandindo-se o processo de urbanização ao longo dos limites administrativos dos concelhos da Área Metropolitana.<sup>31</sup>

Dentro do desenvolvimento da Área Metropolitana da capital, o objeto de estudo deste artigo insere-se no desenvolvimento da área abrangida pela linha de Vila Franca de Xira. O concelho de Vila Franca de Xira era atravessado por vias de comunicação relevantes como a já referida linha férrea, a EN10<sup>32</sup>, e posteriormente nos anos 60, a A1,<sup>33</sup> e era composto por freguesias fortemente industrializadas, como Alhandra, Póvoa de Santa Iria, Vialonga e Alverca do Ribatejo.<sup>34</sup>

## Alverca do Ribatejo no século XX

Alverca do Ribatejo, na entrada no século XXI é uma cidade e freguesia, até 2013 quando devido às alterações administrativas passou a figurar na União de Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, com cerca de 29 086 habitantes<sup>35</sup>.

Atualmente esta cidade é dominada pelo sector terciário e dos serviços, em crescimento exponencial, e um contínuo alargamento do espaço urbano através de sucessivos empreendimentos habitacionais.

O desenvolvimento desde a perda do estatuto de cabeça de concelho em 1855, em consequência da sobreposição de uma época de estagnação para Alverca e de desenvolvimento para Vila Franca de Xira<sup>36</sup>, passando pela ascensão a cidade em 1990, até à cidade que descrevi acima deveu-se principalmente a dois fatores correlacionados: ao desenvolvimento do tecido industrial e às vagas migratórias que chegavam à vila, depois à cidade, e aí se empregavam, se sediam e constituíam famílias, que até hoje compõem o tecido comunitário alverquense.

Nesse sentido, procuraremos compreender o efetivo crescimento populacional, em termos numéricos, a caracterização dos migrantes, a motivação destas migrações, e o peso que estes fatores tiveram na construção da cidade de Alverca que conhecemos hoje, a nível urbanístico, económico-social, cultural e identitário.

---

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 31.

<sup>33</sup> Fotografias cedidas pelo Núcleo Museológico de Alverca, da Construção do troço da Auto Estrada A1 em 1961.

<sup>34</sup> João Pedro Silva Nunes, “A cintura industrial de Lisboa. Breve aproximação a um território de mudança”, p. 32.

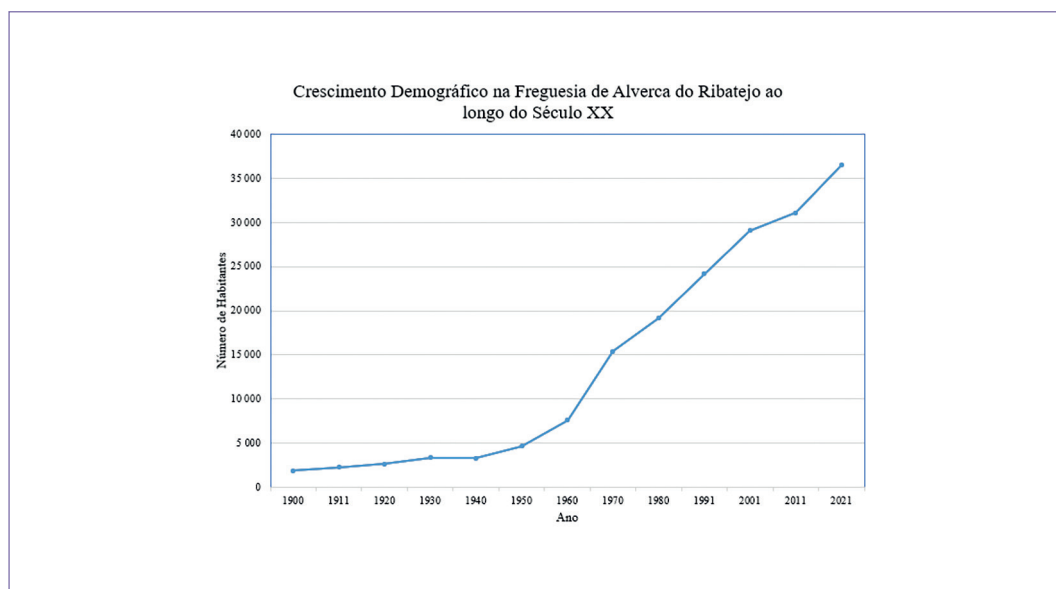
<sup>35</sup> Dados do Censo da População de Portugal – 2001.

<sup>36</sup> Edgar Pereira da Costa Cardoso, *O Jubileu das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico*, Edição das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, 1968, p. 9.

## Crescimento demográfico ao longo do século XX

A análise aos censos mostra um crescimento populacional claro em Portugal entre 1900 e 2000<sup>37</sup>, começando o século XX com 5 423 132 residentes e terminando com 10 356 117, o que significa um aumento de 91%. No mesmo período temporal, Alverca passou de 1 911 residentes para 29 086, apresentando um crescimento de cerca de 1422% em 100 anos.

Apesar desta tendência se inserir no aumento demográfico generalizado a nível nacional referido, é clara a intensidade superior à média com que este crescimento ocorre. Além disso é interessante ver como este aumento se acentua mais a partir de 1940, com uma primeira intensificação nas décadas de 50 e 60, ao contrário da tendência nacional.<sup>38</sup>



**Fig. 2** Representação gráfica da evolução demográfica na Freguesia de Alverca do Ribatejo ao longo dos Séculos XX e XXI, a partir dos dados disponibilizados nos Censos de cada um dos anos indicados.

O gráfico acima mostra-nos como, a partir da década de 1970, o crescimento demográfico em Alverca acompanha a tendência nacional, iniciando um processo de aumento exponencial acentuado.

<sup>37</sup> Dados do Censo da População de Portugal – 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2001.

<sup>38</sup> Dados do Censo da População de Portugal – 1940, 1950, 1960 e 1970.

Ainda que todos estes números absolutos tenham de ter em conta a percentagem que representavam no total da população portuguesa, e que este crescimento tenha de ser lido dentro do desenvolvimento demográfico nacional, e mesmo especificamente da Área Metropolitana de Lisboa, não podendo, portanto, ser retiradas conclusões imediatas desta análise, podemos afirmar que há um efetivo e acentuado crescimento demográfico, exponencial a partir da década de 1960 na freguesia de Alverca do Ribatejo, ao longo do século XX, com um intensidade claramente superior à média nacional.

### **Movimentos migratórios: quem vinha, de onde vinham, porque vinham?**

Logo numa primeira análise das entrevistas conduzidas no contexto desta investigação, torna-se claro o grande peso que as migrações, que tinham esta freguesia como destino, tiveram no crescimento demográfico e no desenvolvimento económico e urbano da cidade.

Estas migrações tiveram diferentes protagonistas, causas, permanências, oscilações e modalidades ao longo do século XX.

Numa primeira fase, a origem dos migrantes seria maioritariamente alentejana, além deste papel na primeira fase, a chegada de alentejanos continuou a ter um peso significativo ao longo do século XX, especialmente até à década de 1980. Deslocavam-se para esta região devido à falta de oferta de emprego nos locais de onde vinham e muitas vezes esta viagem era feita em condições precárias, até mesmo a pé, e noutros casos de comboio.<sup>39</sup>

Inicialmente estes migrantes ocupavam-se com o trabalho agrícola, em terrenos disponíveis e não cultivados junto às habitações informais que eram construídas, enquanto procuravam trabalhos assalariados, cuja oferta aumentou com o desenvolvimento industrial<sup>40</sup>, muitas vezes empregando-se nas OGMA.

Ao contrário das outras empresas e indústrias, cujo desenvolvimento e estabelecimento em Alverca se deu já nos anos 50 e 60,<sup>41</sup> as OGMA instalaram-se na cidade em 1918, e começaram imediatamente a expandir-se, empregando grande número dos habitantes de Alverca. Ao longo do século, conforme aumentava o número de habitantes, aumentava também o número de pessoas empregadas pelas OGMA. Muitas das deslocações para Alverca do Ribatejo, mais do

---

<sup>39</sup> Entrevistas a Arnaldo Barros, a Angelina Novais e a Maria José Santos.

<sup>40</sup> Entrevista a Angelina Novais.

<sup>41</sup> Entrevistas a Arnaldo Barros e António Marques.



que numa busca geral por emprego, eram feitas já com as OGMA em vista, vindo estes migrantes para Alverca procurando empregar-se nestas oficinas.

Além dos trabalhadores que vinham integrar o setor industrial das oficinas, havia ainda um grande afluxo de militares. As OGMA eram inicialmente parte do complexo da Força Aérea presente até hoje na cidade, isto levava, portanto, à instalação de muitos militares que, quando colocados ao serviço nesta base, muitos deles associados às OGMA, casavam com mulheres alverquenses e constituíam família. Estes militares eram vistos como pretendentes mais viáveis para a formação de família, face à maioria dos homens em Alverca que ainda não estavam empregados nas indústrias e, por isso, não tinham salários fixos, trabalhando ‘à jorna’ como valadores, trabalhadores agrícolas, e outras ocupações semelhantes.<sup>42</sup>

Além do aumento populacional decorrente da formação destas novas famílias, muitos militares, principalmente oficiais das patentes mais elevadas, vinham acompanhados da esposa e dos filhos, no caso de já terem formado um núcleo familiar, e de habitantes dos locais de onde eram originários que, por serem considerados pessoas da sua confiança, vinham associados a estes militares já indicados para trabalharem nas oficinas ou como empregados da família (maioritariamente criadas de servir, no caso das mulheres, e chauffeurs, no caso masculino). De entre estas figuras da Força Aérea destaca-se o General Mira Delgado, originário de Beja, que esteve nas OGMA entre 1940 e 1945, voltando em 1954<sup>43</sup>, e ocupou o cargo de diretor das oficinas. A ele se deve o deslocamento de muitos alentejanos oriundos da zona de Beja para Alverca, na modalidade descrita anteriormente neste parágrafo.<sup>44</sup>

O apelo das OGMA ia para além do seu desenvolvimento enquanto empresa ou da sua oferta de postos de trabalho. Na verdade, conseguir um lugar nas oficinas significava, para os jovens rapazes, conseguir evitar a ida para a guerra colonial, realidade que assombrava os jovens portugueses em idade de serviço militar, bem como as suas famílias.

Esta escapatória a um destino vivido como uma condenação era possível devido ao facto de qualquer jovem, em idade de serviço militar, que estivesse empregado nas OGMA estava simultaneamente a cumprir a recruta que fazia

---

<sup>42</sup> Entrevista a Arnaldo Barros

<sup>43</sup> “GENERAL BERNARDO TIAGO MIRA DELGADO – Chefe do Estado-Maior da Força Aérea de 17-04-1961 a 01-05-1961 (Interino) e de 02-05-1961 a 02-03-1964” in Site da Força Aérea, disponível em <https://www.emfa.pt/biografia-593> consultado às 18h00 do dia 3 de dezembro de 2023.

<sup>44</sup> Entrevistas a Arnaldo Barros e António Marques.

parte do serviço militar obrigatório, visto que as oficinas nesta altura ainda eram parte da base da Força Aérea. Não era a recruta em si que permitia que estes jovens evitassem os horrores da guerra, mas o facto de que, dado o carácter específico daquela base e da sua associação às OGMA, era exigido que qualquer jovem que cumprisse a recruta neste complexo servisse naquela base nos quatro anos seguintes, evitando a deportação para os territórios africanos.

Assim, quando, nos anos 60, os conflitos coloniais em África eclodem, as OGMA tornaram-se uma promessa de salvação para muitos jovens, que tentavam arranjar um posto nas oficinas. Os mais favorecidos na hierarquia social pediam a colocação nesta base através de cartas de familiares, de recomendações, muitas vezes os próprios pais e mães faziam o possível para integrar os filhos nestas oficinas e os salvar da ida para a guerra, outros com menos poder económico e influência social conseguiam um lugar através da influência de militares destacados que eram oriundos da sua região. Exemplo disto é a massa de jovens que foi para Alverca desde Torres Novas, por meio do Padre Raúl, capelão nas OGMA e na Força Aérea e posteriormente pároco de Alverca, que era originário dessa região e alugou muitos apartamentos para abrigar esses rapazes e permitir que eles também pudessem evitar o conflito militar.<sup>45</sup>

Esta movimentação impulsionada pela guerra, conferia novas características aos protagonistas migratórios, passavam a ser maioritariamente rapazes, jovens, que chegavam sozinhos, e agora de todas as partes do país, com destaque ainda assim para o Alentejo, Algarve e a zona Norte do país.<sup>46</sup> Estes rapazes, após a recruta e os quatro anos de serviço, ficavam muitas vezes empregados nas OGMA ou utilizavam a formação adquirida para trabalhar na TAP, dada a proximidade do aeroporto, apenas a uma viagem de comboio de distância. Estando empregados, constituíam família com mulheres da região, fixando-se assim em Alverca.

Alverca foi palco de outro fenómeno muito comum nas migrações, os novos habitantes, depois de instalados e empregados, convidavam os seus familiares, em busca de melhores condições de vida, a virem para esta cidade, com a vantagem de iniciarem uma nova vida com uma estrutura familiar de apoio. Nesta modalidade migratória houve novamente um maior peso de pessoas oriundas do Alentejo, neste caso muitas delas jovens raparigas que se vinham empregar no comércio, em prontos a vestir e em fábricas, com a salvaguarda de poderem

---

<sup>45</sup> Entrevistas a Artur Ferreira, Arnaldo Barros, António Marques, Celeste Caldeira, Orlanda Salsinha.

<sup>46</sup> Entrevistas a Artur Ferreira, Celeste Caldeira, Orlanda Salsinha.

ficar na casa dos familiares.<sup>47</sup> A presença de familiares em Alverca também trazia novos migrantes por razões pessoais, tendo alguns, por terem familiares na vila, vindo em visita, durante a qual conheciam alguém com quem acabavam por desenvolver uma relação que culminava no matrimónio e na mudança para Alverca, ou ainda casos de pessoas que saíam de situações complicadas e procuravam refúgio junto dos familiares que já aí habitavam.<sup>48</sup> Estas movimentações ocorreram maioritariamente a partir da década de 1950, vindo estes novos habitantes empregar-se geralmente nas indústrias que se desenvolviam e prosperavam.<sup>49</sup>

Com o fim da ditadura e a implementação da Democracia, iniciou-se o complexo processo de descolonização dos territórios africanos, que levou a movimentações de grandes massas humanas. Na segunda metade da década de 1970, muitas pessoas oriundas dos antigos territórios coloniais chegam a Alverca, não só aqueles comumente conhecidos como ‘retornados’, mas também africanos sem nenhuma ligação familiar a Portugal, procurando fugir da instabilidade que se havia instalado naqueles territórios.<sup>50</sup>

Nesta mesma altura começa a surgir em Alverca um fenómeno já comum noutras regiões próximas, a chegada de pessoas no intuito de se empregarem em Lisboa, mas que procuravam habitação nas regiões circundantes à capital, com serviços de transporte público que permitisse a deslocação casa-trabalho num, relativamente, curto espaço de tempo. Ainda assim, grande parte dos migrantes que se deslocam para Alverca procuram empregar-se na cidade.<sup>51</sup>

No final do século, na década de 1990, após a queda do Muro de Berlim e o colapso da URSS e devido às fortes consequências que esta alteração teve no leste europeu, muitos ucranianos começam a afluir a Alverca. Estes migrantes tinham um perfil completamente distinto dos grupos anteriores, quase todos tinham cursos superiores, caracterizados pela valorização da componente prática em conjunto com a teórica, ao contrário da tradicional formação da Europa ocidental. Ainda assim, devido às barreiras culturais, linguísticas e falta de acreditação da sua formação superior em Portugal, acabavam empregados maioritariamente em trabalhos físicos e não relacionados com a sua formação ou com as suas carreiras. Chegavam casais, mas deixavam quase sempre os filhos com

---

<sup>47</sup> Entrevista a Ana Machado.

<sup>48</sup> Entrevista a Celeste Caldeira.

<sup>49</sup> Entrevista a Júlio Neto.

<sup>50</sup> Entrevista a Angelina Novais.

<sup>51</sup> Entrevista a Artur Ferreira.

os familiares, o que era indício de um tipo de migração provisória, com o intuito de acumular dinheiro, tendo a maioria regressado ao seu país natal alguns anos depois, após conseguirem fazer um ‘pé-de-meia’ e face a uma relativa estabilização da situação geopolítica no leste da Europa.<sup>52</sup>

Desde o final do século XX, e até aos dias de hoje, a tendência das migrações internas, provenientes do Alentejo, do Norte e das Beiras, deu lugar a emigrações vindas de países como a Ucrânia, a Roménia e o Brasil.<sup>53</sup>

No caso do Brasil, as OGMA voltam a ser um fator relevante, visto que as oficinas foram compradas em 2003 por uma empresa brasileira, e em consequência chegaram a Alverca muitos casais novos, com crianças, empregados nas OGMA. Mas além dos emigrantes oriundos do Brasil que têm ligação a esta empresa, chegam também outras famílias deste país, no intuito de se estabelecerem cá, não só em busca de oportunidades de emprego mas também procurando um ambiente em que se sintam mais seguros.<sup>54</sup>

### **Desenvolvimento da vila à cidade**

Até aos anos 50 do século XX, tanto os relatos como a icnografia, mostram-nos uma vila resumida ao que é agora o centro histórico, um conjunto de habitações de pedra, baixas, construídas em torno da Igreja Matriz e do que resta das ruínas do castelo, complementadas com ruas estreitas de terra batida ou calçada, como podemos observar na figura 3.<sup>55</sup>

O restante espaço da, na altura, vila era ocupado pelas salinas, por uma pequena estação ferroviária, pelo cemitério, por zonas de arvoredo e campo agrícola, pelo rio crós-cós, que à época ainda corria a céu aberto, e por quintas de grande dimensão, onde figuravam casas senhoriais.<sup>56</sup>

Existiam apenas duas ruas principais, a Avenida Capitão Meleças e a Rua Joaquim Sabino Faria, que iam do centro histórico até à rua da estação, por sua vez rodeada por terrenos baldios com apenas duas ou três moradias.<sup>57</sup>

É já na década de 1960 que os desenvolvimentos industrial e urbanístico se fazem notar em Alverca do Ribatejo.

---

<sup>52</sup> Entrevistas a Arnaldo Barros e Júlio Neto.

<sup>53</sup> Entrevista a Júlio Neto.

<sup>54</sup> Entrevista a Arnaldo Barros.

<sup>55</sup> Entrevista a Arnaldo Barros, e fotografias cedidas pelo mesmo ao Núcleo Museológico de Alverca, de uma Procissão do Senhor dos Passos em 1952.

<sup>56</sup> Fotografias cedidas pelo Núcleo Museológico de Alverca, das lavadeiras no Rio Crós-Cós em 1940, das Salinas em 1940, e Entrevista a Artur Ferreira.

<sup>57</sup> Fotografias cedidas pelo Núcleo Museológico de Alverca, da Rua da Estação em 1956 e Entrevista a Artur Ferreira.



**Fig. 3** Registo fotográfico da Procissão do Senhor dos Passos em 1952. Na imagem podemos ver a Igreja Matriz de São Pedro e a zona circundante.





**Fig. 4** Lavadeiras no rio Crós-cós, 1940.



**Fig. 5** Salinas de Alverca do Ribatejo, 1940.





**Fig. 6** Construção de passeios na Avenida Capitão João de Almeida Meleças, 1959.



**Figs. 7 e 8** Rua da Estação, 1956.

A nível industrial, surgem primeiro fábricas de cal e de lacticínios, depois surgem várias fábricas ligadas ao setor metalúrgico, como a Argibay, uma sociedade de construção naval e mecânica, e, em 1961, a Mague.

A Mague era uma grande estrutura industrial de construção metalo-mecânica, destinada à indústria pesada e com projeção além-fronteiras.<sup>58</sup> Esta empresa foi um dos maiores empregadores de Alverca ao longo da segunda metade do século XX, até ao seu encerramento, durante a década de 1980, tendo várias pequenas empresas sob a sua dependência e comprando peças a pequenas oficinas espalhadas por Alverca.<sup>59</sup>

Com exceção das OGMA e da MAGUE, o tecido industrial de Alverca era primordialmente marcado por empresas de menor dimensão, como a Empec, que trabalhava no âmbito das construções metálicas, a Portal, uma fábrica de embalagens de madeira, a Actus, centrada no fabrico de plásticos, a Coel, que produzia embalagens na generalidade, a Provimi, produtora de farinhas para gado, as Construções Técnicas, ligadas à construção civil, a Somecol, indústria metalo-mecânica, a Somapre, construção civil e pré-esforçados, a Previdente, indústrias metálicas e materiais vários, a Sonadel, uma fábrica de detergentes, a Sociedade de Madeiras Africanas, que produzia contraplacados, a Milhóleo, produtora de óleo de milho, farinhas e germes, a Fábrica Nacional de Penteação de Lãs, já mais nas imediações da cidade, a Fábrica de Tapetes «Oriental», a Rodrigues & Silva, indústria dos licores, a Almeida & Ermete, produtora de vinagres, a Somague, especialista em construção civil em alta escala, a Iberagar, que produzia alcaloides para fins farmacêuticos, a Financeira de Comércio Exterior, indústria de produtos para correção de vinhos, a Movitejo, que produzia móveis metálicos, a Inal, fábrica de molas para automóveis, a Prefor, especialista em materiais pré-esforçados, a Imperial de Vidros, produtora de pérolas artificiais e fantasias de vidro, a Intento, onde se fabricavam colas e tintas, a Propel, de produtos asfálticos, a Soface, de produtos cerâmicos, tal como a Cruz e Cruz, a Sociedade de Mármore e Cantarias<sup>60</sup>, os Nitratos de Portugal, a Fábrica da Cerveja<sup>61</sup> e a Fábrica de Estampagens de Seda.<sup>62</sup>

A variedade de indústrias é evidente, mas é também claro que um grande número delas estão ligadas, direta ou indiretamente, à construção civil e à cons-

---

<sup>58</sup> Edgar Pereira da Costa Cardoso, *O Jubileu das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico*, p. 12.

<sup>59</sup> Entrevista a António Marques.

<sup>60</sup> Edgar Pereira da Costa Cardoso, *O Jubileu das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico*, pp. 13-14.

<sup>61</sup> Entrevista a Arnaldo de Barros.

<sup>62</sup> Entrevista a António Marques.

trução de arruamentos. O surgimento destas indústrias coincide com o aumento da afluência à, na altura, vila, uma relação pouco surpreendente, visto que era óbvia uma necessidade de construir habitações para albergar estes novos migrantes.

Nas décadas de 80 e 90 do século XX, o declínio generalizado do peso do setor industrial, cada vez mais substituído pelo setor dos serviços, fez-se sentir em Alverca com o fecho consecutivo da quase totalidade das unidades fabris. O encerramento destas indústrias leva a uma explosão do desenvolvimento dos serviços, nomeadamente dos cafés, abertos por aqueles que se viam desempregados e investiam o montante com que tinham sido indemnizados na abertura destes espaços, que habitualmente também serviam refeições e nos quais ofereciam pratos da gastronomia regional de onde eles próprios, ou os seus familiares que haviam migrado para Alverca, eram oriundos.<sup>63</sup>

Como já foi referido, era necessário adequar a oferta habitacional à massa populacional que crescia exponencialmente em Alverca. Numa primeira fase, dá-se um desenvolvimento das zonas circundantes à nacional, sendo vendidas as principais quintas e iniciando-se o processo de construção de vários prédios. Começaram por aquilo que era conhecido pelo Bairro Novo, construções que compunham três ruas, perpendiculares às duas ruas principais acima referidas como pré-existentes.<sup>64</sup>

Foi nessa zona que se criaram muitas repúblicas de rapazes, organizadas pelas OGMA e pelo padre Raúl, para acolherem os jovens que se deslocavam para trabalhar nas oficinas, pelas razões referidas anteriormente. Estes jovens ficavam também em casas de casais que habitavam nessa zona e alugavam os quartos e as salas a estes rapazes, acabando a dormir eles próprios na cozinha, num colchão que colocavam no chão e enrolavam todas as manhãs, de forma a conseguir pagar os custos associados à habitação, dando assim sinal das dificuldades financeiras da altura.

Muitas das habitações nesta zona, também na Rua Joaquim Sabino Faria, eram construídas pelas OGMA e destinadas aos seus funcionários, principalmente àqueles que seriam chamados com maior necessidade e prontidão, como os chauffeurs. Estas construções podem ser vistas na figura 10, no lado esquerdo da rua após a interseção da atual Rua César Augusto Gonçalves Ferreira, perpendicular à rua Joaquim Sabino Faria.

---

<sup>63</sup> Entrevista a Júlio Neto.

<sup>64</sup> Entrevistas a Arnaldo de Barros, Júlio Neto e Orlanda Salsinha.





**Fig. 9** Estrada Nacional 10, junto à atual Rua Manuel Maria Vieira, c.1956.



**Fig. 10** Rua Joaquim Sabino Faria, c. 1956.

Depois do 25 de Abril de 1974, com o aumento dos salários, o congelamento das rendas e a subida dos juros no banco, os donos das casas deste “Bairro Novo” começaram a propor aos inquilinos a compra das casas, e a maior parte desses casais compraram as casas aos seus senhorios. Este fenómeno generalizado de vendas foi mais um fator de fixação destas famílias na vila alverquense. Entretanto os filhos cresciam, eles remodelavam as casas para os filhos e quando chegavam a uma idade mais avançada, já depois da reforma, muitos cediam as casas aos filhos e regressavam à sua terra de origem.<sup>65</sup>

Os bairros de Arcena e do Bom Sucesso, na zona mais a Norte e com mais altitude de Alverca, tiveram uma evolução excecional. Esta região começou a desenvolver-se logo com a chegada dos primeiros alentejanos, que se instalaram e naquela zona, primeiro em habitações precárias, como já foi referido, melhorando gradualmente as habitações e aumentando a intensidade de construção.

A ligação entre a zona histórica e este bairro era feita através do bairro do Choupal, até aos anos 60 ainda zona de arvoredos e de rio a céu aberto, que foi depois também urbanizada.<sup>66</sup> Com a chegada da Democracia, estes bairros desenvolveram-se mais através das cooperativas de construção. Foi também a partir destas cooperativas que se deu construção do bairro da Chasa, que se estende da zona central de Alverca à saída mais a Sul.<sup>67</sup>

No que concerne ao centro histórico, é no final dos anos 50 do século XX que se constroem os primeiros prédios, o quartel dos bombeiros e o edifício do Mercado, que antes era a céu aberto.<sup>68</sup>

É também nesta época que se dá a pavimentação de várias ruas em Alverca e a construção do troço da autoestrada número 1, vulgo A1.<sup>69</sup>

Nos anos 90 do século XX começam as construções na zona mais próxima da linha ferroviária, a zona mais a sul, com a urbanização da Quinta das Drogas, e a construção de vários condomínios na zona do Choupal e entre este bairro e o Bom Sucesso. Ainda antes do final do século XX, em 1998 concluíam-se a construção da nova estação ferroviária.<sup>70</sup>

---

<sup>65</sup> Entrevistas a Arnaldo de Barros, Júlio Neto e Orlanda Salsinha.

<sup>66</sup> Fotografias cedidas pelo Núcleo Museológico de Alverca, das lavadeiras no Rio Crós-Cós em 1940, da Avenida do Choupal em 1960.

<sup>67</sup> Entrevistas a Arnaldo de Barros e Angelina Novais.

<sup>68</sup> Entrevista a Artur Ferreira e Fotografias cedidas pelo Núcleo Museológico de Alverca, do Novo Mercado depois de concluído em 1958.

<sup>69</sup> Fotografias cedidas pelo Núcleo Museológico de Alverca, da Construção do troço da Auto Estrada A1 em 1961, e da pavimentação de arruamentos, alargamento de ruas e construção de passeios.

<sup>70</sup> Entrevistas a Arnaldo Barros e a Celeste Caldeira.





**Fig. 11** Início da obra de construção do novo Mercado, 1956.



**Fig. 12** Novo Mercado Municipal após a sua conclusão, 1958.





**Fig. 13** Aspetos da pavimentação de arruamentos, na passagem do Largo César Alípio Ferreira para a Rua de Diu, 1961.



**Fig.14** Construção da Autoestrada número 1, 1960.



**Fig.15** Construção da Autoestrada número 1, 1961.

Já no século XXI dá-se a construção de uma nova igreja, a Igreja dos Pastinhos, junto da Quinta das Drogas, inaugurada em 2005, e começa a construção de uma nova urbanização junto da saída para a autoestrada, no terreno onde estava sediada anteriormente a grande empresa empregadora Mague,<sup>71</sup> a urbanização da Malvarosa, cujas construções pararam em parte desde a crise imobiliária.<sup>72</sup>

### **Formação de uma identidade coletiva alverquense**

Considerando todo aquilo que foi dito neste artigo, a cidade de Alverca tem uma comunidade que é composta por conjuntos de várias tradições e identidades nacionais e internacionais conjugadas. São apenas as segundas gerações, que já nascem e crescem em Alverca, que se assumem como alverquenses, ainda assim sempre com ligações a regiões exteriores, sempre com uma “terra” de família que os marca através de influências linguísticas e gastronómicas, e de

<sup>71</sup> Entrevista a Celeste Caldeira.

<sup>72</sup> Informações obtidas através de conhecimento pessoal presencial destes acontecimentos na comunidade.



referências diversas que, através da constituição de novas famílias, se misturam e criam novos sentidos identitários.

Apesar desta multiplicidade de influências e identidades, a aviação conquistou um papel de protagonismo na identidade da cidade. Isto deve-se principalmente ao papel das OGMA, que se assumiram como grande empregador, como empresa em que famílias inteiras trabalhavam, e ainda trabalham, a quem os empregados estavam agradecidos pela oportunidade e pela formação, desenvolvendo-se muitas das suas relações pessoais neste espaço, ao qual as associam, considerando este local de trabalho como uma ‘casa’.<sup>73</sup>

É desta forma que, numa cidade marcada pela multiplicidade identitária, a aviação se torna um fator unitário de distinção desta comunidade, Alverca passava a ser a cidade do ar.

O primeiro momento de afirmação desta identidade dá-se com a instalação do Museu do Ar em 1971<sup>74</sup>, que foi quase totalmente movido para a base aérea de Sintra em 2009. Posteriormente vários monumentos alusivos à aviação foram colocados pela cidade, desde uma réplica de um avião no centro de um parque infantil cujo próprio equipamento destinado às crianças imita um avião e que se localiza, propiciamente, circundado pelas Rua Gago Coutinho, Rua Sacadura Cabral e Rua da Aviação, passando por uma asa de avião exposta na Avenida Infante Dom Pedro, uma das ruas mais movimentadas da cidade, até à mais atual construção de um monumento evocação do centenário da aviação, em 2018, que inclui o primeiro avião militar supersónico português, construído na principal rotunda do nó de Alverca de acesso à Autoestrada do Norte.<sup>75</sup>

Como referido no parágrafo anterior, a toponímia reflete também o impacto das OGMA de forma indireta, através da valorização da aviação, com exemplos como Rua dos Heróis da Aviação, Rua Gago Coutinho, aviador que também dá nome à Escola Secundária Gago Coutinho, Rua Sacadura Cabral, Rua da Aviação, Rua do Aeroporto, e de forma direta, homenageando figuras de relevo da história das oficinas, como a Rua Brigadeiro Fernando Alberto de Oliveira e a Rua Brigadeiro Alberto Fernandes, ruas da zona referida no ponto anterior deste artigo como “Bairro Novo”, cujo nome pertenceu a dois oficiais das OGMA.

---

<sup>73</sup> Entrevista a Orlanda Salsinha. Edgar Pereira da Costa Cardoso, *O Jubileu das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico*.

<sup>74</sup> “MUSEU DO AR: HÁ 53 ANOS A CONTAR A HISTÓRIA DA AVIAÇÃO” in *Site da Força Aérea*, disponível em <https://emfa.pt/noticia-3227> consultado às 20h30 de 3 de dezembro de 2023.

<sup>75</sup> “Primeiro supersónico português é agora monumento à aviação em Alverca” in *Site do Público*, disponível em [https://www.publico.pt/2019/06/17/local/noticia/supersonico-portugues-monumento-aviacao-alverca-1876722?fbclid=IwAR-3cDevhZfn36q409QXYez45KXS7Xb84xpt2ZF\\_eVMJEgKnebLOLjKO7fUo](https://www.publico.pt/2019/06/17/local/noticia/supersonico-portugues-monumento-aviacao-alverca-1876722?fbclid=IwAR-3cDevhZfn36q409QXYez45KXS7Xb84xpt2ZF_eVMJEgKnebLOLjKO7fUo), consultado às 20h45 de 3 de dezembro de 2023.

## Conclusão

O lugar de Alverca tem uma história longuíssima que se estende à época anterior à formação de Portugal, mas a Alverca que conhecemos hoje formou-se ao longo do século XX.

Este artigo mostra como este crescimento e desenvolvimento se inseriram na tendência nacional de crescimento urbanístico do século XX, mas aponta também algumas especificidades marcantes.

A premissa com que se inicia esta investigação, de que as migrações foram o principal fator definidor do desenvolvimento de Alverca do Ribatejo confirma-se. Os vários afluxos de pessoas de várias regiões do país e do estrangeiro moldaram a comunidade alverquense de várias formas.

Por um lado, permitiram o desenvolvimento industrial acentuado e a multiplicação de unidades fabris, alimentando estas empresas com a mão-de-obra necessária, fruto do êxodo rural que marcava as movimentações no país. Por outro, a simples movimentação e estabilização populacional na vila tornou necessária a construção de inúmeras habitações, justificou as melhorias dos arruamentos e criou um mercado que permitiu a terciarização da economia. Além disto, estes migrantes garantiram a continuidade do crescimento demográfico, com a formação de famílias e reprodução, que além de contribuir para este aumento da população permitiu também rejuvenescer a cidade.

É importante destacar o papel que o setor industrial teve como fator atrativo destes fluxos migratórios, que eram motivados pela oferta de emprego, nomeadamente de um emprego assalariado que garantisse uma estabilidade que a produção agrícola própria não conferia, e promessa de melhores condições de vida.

De entre as várias indústrias é importante destacar o papel da Mague e das OGMA enquanto maiores empregadoras em Alverca durante várias décadas, atraindo um grande número de migrantes que vinha para a vila especificamente para empregar-se nestes dois complexos industriais. O papel das OGMA enquanto atrativo ultrapassa o da Mague, especialmente enquanto oficinas associadas à base da Força Aérea de Alverca cujos postos de trabalho, por esta razão, se tornaram disputados entre os jovens rapazes portugueses, nas décadas de 1960 e 1970, que procuram um meio de fugir aos horrores da Guerra Colonial em África.

Estas oficinas tiveram um impacto de tal forma marcante na cidade que assumem um papel de protagonismo na definição da identidade coletiva alver-

quense. Esta vila e depois cidade, na qual conviviam, e convivem, tantos costumes e especificidades regionais e internacionais, tornou-se a “Cidade do Ar” ou a “cidade da aviação”, e este traço identitário rapidamente foi abraçado e apropriado pela população alverquense, mesmo por aqueles que não tinham nenhuma ligação direta às OGMA ou à base aérea. As ruas onde moram, onde passam, as escolas onde estudam, os monumentos que pontuam a cidade e até mesmo os parques infantis, refletem esta ligação à aviação, que na verdade sempre se fez em terra, na construção e reparação, mas que não impediu os alverquenses de se identificarem com o Ar.

## Bibliografia

- ALARCÃO, Alberto de, *Mobilidade geográfica da população de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes) migrações internas 1921-1960*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.
- CARDOSO, Edgar Pereira da Costa, *O Jubileu das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico*, s. l., Edição das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, 1968.
- Instituto Nacional de Estatística, “Área Metropolitana de Lisboa em Números – 2021”, Lisboa, 2023.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO, Joel, *Nova História de Portugal – Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI, Lisboa, Presença, 1991.
- NUNES, João Pedro Silva, “A cintura industrial de Lisboa. Breve aproximação a um território de mudança”, in *Jornal de Arquitectos*, s. l., s. ed., 2008.
- PEREIRA, David, “A sociedade”, in *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2010.
- PEREIRA, Miriam Halpern, *Diversidade e assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001.
- PINTO, António Costa, *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Dom Quixote, 2005.
- ROSAS, Fernando, *História de Portugal*, vol. VII, s.l., Círculo de Leitores, 1994.
- ROSAS, Fernando, *Nova História de Portugal – Portugal e o Estado Novo*, vol. XII, Lisboa, Editorial Presença, 1992.
- S.A., “Galeria de Imagens – Freguesias – Alverca do Ribatejo e Sobralinho – Alverca do Ribatejo” in *site da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*, disponível em: [https://www.cm-vfxira.pt/galerias-multimedia/galerias-de-imagens?\\_id=1701629410168&image\\_gallery\\_detail\\_66\\_page=1&image\\_gallery\\_id=alverca-do-ribatejo&widget\\_id=66&widget\\_type=ImageGalleryDetail](https://www.cm-vfxira.pt/galerias-multimedia/galerias-de-imagens?_id=1701629410168&image_gallery_detail_66_page=1&image_gallery_id=alverca-do-ribatejo&widget_id=66&widget_type=ImageGalleryDetail) consultado a 3 de dezembro de 2023 às 20h00.
- S.A., “GENERAL BERNARDO TIAGO MIRA DELGADO – Chefe do Estado-Maior da Força Aérea de 17-04-1961 a 01-05-1961 (Interino) e de 02-05-1961 a 02-03-1964” in *Site da Força Aérea*, disponível em <https://www.emfa.pt/biografia-593> consultado às 18h00 do dia 3 de dezembro de 2023.

S.A., “MUSEU DO AR: HÁ 53 ANOS A CONTAR A HISTÓRIA DA AVIAÇÃO” in *Site da Força Aérea*, disponível em <https://emfa.pt/noticia-3227> consultado às 20h30 de 3 de dezembro de 2023.

S.A., “Primeiro supersónico português é agora monumento à aviação em Alverca” in *Site do Público*, disponível em [https://www.publico.pt/2019/06/17/local/noticia/supersonico-portugues-monumento-aviacao-alverca-1876722?fbclid=IwAR3cDcvhZfn36q409QXYez45KX-S7Xb84xpt2ZF\\_eVMJEgKnebLOLjKO7fUo](https://www.publico.pt/2019/06/17/local/noticia/supersonico-portugues-monumento-aviacao-alverca-1876722?fbclid=IwAR3cDcvhZfn36q409QXYez45KX-S7Xb84xpt2ZF_eVMJEgKnebLOLjKO7fUo), consultado às 20h45 de 3 de dezembro de 2023.

Sousa, Vasco Cruz de, *Educação, migrações e políticas de geminação em Portugal*, Porto, 2000.

## Fontes

Censo da População do Reino de Portugal – 1900.

Censo da População de Portugal – 1911.

Censo da População de Portugal – 1920.

Censo da População de Portugal – 1930.

Censo da População de Portugal – 1940.

Censo da População de Portugal – 1950.

Censo da População de Portugal – 1960.

Censo da População de Portugal – 1970.

Censo da População de Portugal – 1980.

Censo da População de Portugal – 1991.

Censo da População de Portugal – 2001.

Censo da População de Portugal – 2011.

Censo da População de Portugal – 2021.

Entrevistas a:

Ana Machado

Angelina Novais

António Marques

Arnaldo Barros

Artur Ferreira

Celeste Caldeira

Júlio Neto

Maria José Santos

Orlanda Salsinha

Fotografias cedidas pelo Museu Municipal – Núcleo Museológico de Alverca e por Arnaldo Barros.



